



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE
PPGCOM/UFT

MARIA LÚCIA ADRIANA SILVA GOMES

NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS NO YOUTUBE

PALMAS/TO
2020

MARIA LÚCIA ADRIANA SILVA GOMES

NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS NO YOUTUBE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Comunicação e Sociedade, da Universidade Federal do Tocantins - UFT, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade.

Orientadora: Dr^a Amanda Maurício Pereira Leite

PALMAS/TO
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- G633n Gomes, Maria Lúcia Adriana Silva.
Narrativas de Mulheres Negras no YouTube. / Maria Lúcia Adriana Silva
Gomes. – Palmas, TO, 2020.
135 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Comunicação e Sociedade, 2020.
Orientadora : Amanda Maurício Pereira Leite
1. Comunicação. 2. Mulheres Negras. 3. YouTube. 4. Representação e
Representatividade. I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**



MESTRADO ACADÊMICO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

Av: NS 15 ALC NO 14 – Bloco II – Sala 16 | 77020-210 | Palmas/TO
(63) 3229-4616 | www.uft.edu.br/ppgcom | ppgcom@uft.edu.br

ATA DE APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MARIA LÚCIA ADRIANA SILVA GOMES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

Aos 08 dias do mês de abril do ano de 2020, no bloco BALA 1, telessaúde, as 14h, no Campus de Palmas da UFT, reuniu-se a comissão examinadora composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. Amanda Maurício Pereira Leite, orientadora, UFT; Prof. Dr. Elton Antunes, UFMG, membro (videoconferência); Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda, membro UFT, sob a presidência da primeira, a fim de proceder à argumentação pública da dissertação de mestrado de **MARIA LÚCIA ADRIANA SILVA GOMES**, intitulada: “**NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS NO YOUTUBE**”. Após a apresentação, a discente foi arguida oralmente pelos membros da comissão examinadora, recebendo parecer (X) **Favorável** () **Não favorável** à aprovação. Nada mais havendo, foi lavrada a ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da comissão examinadora.

Profa. Dra. Amanda Maurício Pereira Leite
Universidade Federal do Tocantins
Orientadora

Prof. Dr. Elton Antunes (videoconferência)
Universidade Federal de Minas Gerais
Primeiro avaliador

Prof.ª Dra. Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins
Segunda avaliadora

É possível escrever para um público sem nome e sem rosto, mas o ato de usar a voz exige que haja alguém ouvindo e, portanto, estabelece uma conexão. Para as afro-americanas, o ouvinte mais capaz de romper a invisibilidade criada pela objetivificação das mulheres negras é outra mulher negra. Esse processo de confiança umas nas outras pode parecer perigoso, porque somente as mulheres negras sabem o que significa ser mulher negra. Mas se não escutarmos umas às outras, quem vai nos escutar?

Patricia Hill Collins

AGRADECIMENTOS

A Deus, por eu ter chegado até aqui. Minhas convicções de fé me fazem crer que todas as coisas foram feitas por intermédio Dele.

A minha mãe e meu pai, Celijane e José Ribamar, por me instruírem com amor, sabedoria e sacrifício e por me ajudarem a construir a trajetória que me trouxe até aqui.

Aos meus irmãos, Luciano e Ângelo, e a minha irmã, Brenda, por terem me suportado em amor e por terem me ensinado desde cedo o valor da caminhada em conjunto.

A minha professora orientadora, Amanda Leite,, por compartilhar comigo conhecimentos e experiências de vida, por apontar caminhos e por respeitar minhas escolhas.

A todos os professores do PPGCOM por terem se colocado à disposição do meu aprendizado e do meu crescimento pessoal.

Aos colegas do PPGCOM por caminharem comigo essa etapa importante da minha vida. Em especial, agradeço a Gabriela Melo pela inspiração e pelo encorajamento em momentos críticos.

Ao querido João Ferreira por ter me dado colo e me deixado falar e chorar quando precisei.

A Débora Canoli, minha amiga, que genuinamente se alegra com minha alegria, assim como me entende e me acolhe nos meus dias maus.

A Ustana Ferraz, por se preocupar e se dedicar zelosamente à revisão das referências deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos aqueles que estiveram comigo nesse período tão intenso da minha história.

GOMES, Maria Lúcia Adriana Silva. **Narrativas de Mulheres Negras no YouTube**. 2020. 133f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020.

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é identificar como as mulheres negras se autorrepresentam em canais do YouTube. Para isso, vamos verificar as principais temáticas presentes nas narrativas de youtubers negras na campanha *YouTubeBlack* Brasil no ano de 2017, levantar temas confluentes e observar se essas narrativas lidam diretamente com a questão do empoderamento feminino negro. A pesquisa é desenvolvida a partir de um conjunto de sete vídeos produzidos e publicados no YouTube Brasil, com narrativas de Ramana Borba, Nátaly Nery, Camila Nunes, Gabi Oliveira, Luci Gonçalves, Tia Má e Mari Ribeiro. As publicações integram a campanha *YouTubeBlack*, em comemoração ao dia da Consciência Negra no país, no ano de 2017. A pesquisa tem como aporte teórico a perspectiva de Stuart Hall e os Estudos Culturais, considerando que a abordagem sob esse ponto de vista aponta que os artefatos culturais podem educar pessoas, produzindo novos modos de pensar e fazer. Propõe uma reflexão sobre as heranças escravocratas do período colonial, a construção da representação social e da identidade da mulher negra no Brasil e para tais discussões, cita os estudos sobre negritude de Patricia Hill Collins, Djamila Ribeiro, Sílvio de Almeida e Frantz Fanon. Como método de análise adotamos a netnografia, com base nos ensinamentos de Kozinets (2014), por se tratar de uma pesquisa de campo on-line que se dedica à interpretação de fenômenos que acontecem a partir da interação de pessoas no mundo virtual. Para a análise dos dados, empregamos como estratégia metodológica a análise de narrativas, a partir do plano da metanarrativa, proposto por Motta (2013). A apreciação dos relatos sob esse aspecto possibilita a percepção de temas ou motivos que levam o narrador a expressar-se da forma que o fazem e a compreensão mais profunda da estrutura social e dos modelos de mundo nas quais estão inseridos. A análise do material demonstrou que representação, representatividade, interseccionalidade e feminismo negro são temáticas que se entremeiam no decorrer das falas das sete entrevistadas e que, algumas vezes, surgem implicitamente. Verificamos que não há como traçar um perfil das mulheres negras que produzem conteúdos para o YouTube, haja vista que possuem realidades sociais e históricos familiares distintos e até mesmo sua relação com a plataforma é diferente, todavia, o racismo estrutural revela-se como um dos grandes temas que permeia as narrativas de todas elas.

Palavras-chave: *YouTubeBlack*, mulheres negras, análise de narrativas.

GOMES, Maria Lúcia Adriana Silva. **Narratives of Black Women on YouTube**. 2020. 133f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020.

ABSTRACT

The main objective of the work is to identify how black women represent themselves on YouTube channels and also to verify the main themes present in the narratives of black youtubers, to raise confluent themes and to observe if these narratives deal directly with the issue of black female empowerment. The research was developed from a set of seven videos produced and published by YouTube Brazil, with narratives by Ramana Borba, Nátaly Nery, Camila Nunes, Gabi Oliveira, Luci Gonçalves, Tia Má and Mari Ribeiro. The publications were part of the actions of the YouTubeBlack campaign, in celebration of Black Awareness Day in the country, in the year of 2017. The investigation has as theoretical support the perspective of Stuart Hall and Cultural Studies, considering that the approach under this point of view points out that cultural artifacts can educate people, producing new ways of thinking and doing. Besides that, this work is related to the slave heritage of the colonial period, the construction of social representation and the identity of the black woman in Brazil. For such discussions, it was mainly used the studies on blackness by Patricia Hill Collins, Djamila Ribeiro, Sílvio de Almeida and Frantz Fanon. Netnography was used as the method of analysis, based on the teachings of Kozinets (2014), as it is an online field research that is dedicated to the interpretation of phenomena that happen from the interaction of people in the virtual world. For data analysis, narrative analysis was used as a methodological strategy, based on the meta-narrative plan, proposed by Motta (2013). The appreciation of the reports under this aspect allows the perception of themes or reasons that lead the narrator to express himself in the way they do and the deeper understanding of the social structure and models of the world in which they are inserted. The analysis of the material showed that representation, representativeness, intersectionality and black feminism are thematic areas that intermingle during the speeches of the seven interviewees and that sometimes appear implicitly. It was verified that there is no way to profile black women who produce content for YouTube, given that they have different social realities and family historical and even their relationship with the platform is different, however, the structural racism has proved to be the great theme that permeates the narratives of all of them.

Keywords: *YouTubeBlack*, black women, analysis of narratives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Logotipo #YouTubeBlackBrasil	14
Imagem 2 - Para entender interseccionalidade	32
Imagem 3 - Interseccionalidade por múltiplos eixos	33
Imagem 4 - <i>Printscreen</i> de vídeo de Ana Clara Barbosa	50
Imagem 5 - Ana Clara Barbosa como garota propaganda da <i>Salon Line</i>	51
Quadro 1 - Perfis das personagens	76
Imagem 6 - Vídeos em números	79
Quadro 2 - Instâncias de análise do discurso narrativo	84
Imagem 7 – Categorias de análise	85
Imagem 8 - <i>Printscreen</i> Nátaly Neri	87
Imagem 9 - <i>Printscreen</i> Camila Nunes emocionada	93
Imagem 10 - Montagem Luci Gonçalves e personagem Mia Colucci	98
Imagem 11 – Paquitas	99
Imagem 12 - Tia Má no Encontro	103
Imagem 13 - <i>Printscreen</i> Luci Gonçalves mostrando foto do dia da formatura	107
Imagem 14 - Entrevistadas mostram fotos de momentos de sua vida acadêmica	110

SUMÁRIO

PREMISSA DA PESQUISA.....	11
1 MULHER NEGRA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	19
1.1 Identidade, Representação Social e Representatividade em Perspectivas Negras..	23
1.2 Racismo e Machismo: a representação social de mulheres negras na mídia brasileira.....	32
1.3 O Feminismo Negro e a Geração Internet.....	40
1.4 O YouTube como Espaço de Construção de Novas Narrativas	48
2 ESTUDOS CULTURAIS: DAS DEFINIÇÕES À PRODUÇÃO DE SENTIDOS .	53
2.1 Possibilidades de Pesquisa nos Estudos Culturais	58
2.2 Aproximações entre Comunicação, Estudos Culturais e Estudos de Gênero e Raça.	60
3 NETNOGRAFIA: UMA ETNOGRAFIA ON-LINE.....	68
3.1 A Análise de Fenômenos Sociais On-line	71
4 A CAMPANHA YOUTUBE BLACK BRASIL.....	75
4.1 Corpus de Pesquisa	80
4.2 Descrição dos Procedimentos.....	81
4.3 Planejamento e Entrada.....	82
4.4 Coleta e Análise de Dados.....	83
4.4.1 <i>As três instâncias do discurso narrativo.....</i>	<i>84</i>
4.5 Interpretação e Apresentação dos Resultados da Pesquisa	89
5 O QUE DIZEM AS MULHERES NEGRAS NO YOUTUBE	90
5.1 Sobre Representação	90
5.2 Sobre Representatividade	97
5.3 Sobre Interseccionalidade.....	104
5.4 Sobre Feminismo Negro.....	113
6 CONSIDERAÇÕES EFÊMERAS	119
REFERÊNCIAS.....	124

PREMISSA DA PESQUISA

*Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala.
(Lélia Gonzáles)*

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54,9% da população brasileira se autodeclara parda ou preta (IBGE, 2017 *apud* SARAIVA, 2019). Essa mesma pesquisa revela que entre os anos de 2012 e 2016 houve uma redução de 1,8% no número dos que se declaravam brancos e aumentou o número de pardos e pretos autodeclarados. Nesse levantamento há ainda outro indicador significativo para este trabalho, entre esses quase 55% que se autodeclararam pardo ou preto, 8,2% se consideram pretos. Estes dados dão condições de apresentar os objetivos da pesquisa, que aborda questões ligadas às narrativas de mulheres negras em canais no YouTube, personagens que compõem essa fatia majoritária da pesquisa do IBGE.

Mesmo correspondendo a um quantitativo maior de indivíduos, pessoas negras ainda são tratadas em nossa sociedade como parte das “minorias sociais”. Isso porque, sociologicamente, maioria e minoria não são conceitos que dizem respeito à representação numérica, mas, às relações de poder que conduzem uma sociedade. Como explica Chaves (1971), essa qualificação está relacionada à dominação que determinado grupo impõe sobre outro. Pessoas que estão em desvantagem social, cultural, política, física, étnica, religiosa e/ou econômica, são minorias que vivem preconceitos e discriminações diárias por estarem à margem nas relações de dominação entre os diferentes grupos sociais.

A fim de alertar os leitores, antes de continuar com as discussões pertinentes à pesquisa, esclareço que neste trabalho utilizarei o primeiro nome e sobrenome das autoras que fizer referência no texto, sobrepondo as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a qual estabelece que nas citações deve-se fazer a indicação da fonte apenas pelo sobrenome de cada autor, validando o ideal do masculino universalizante, haja vista que ao utilizar apenas o último nome é de praxe nos referirmos à pessoa responsável pela produção de determinada teoria/pesquisa/frase com o artigo “o”.

Adoto essa prática tendo como referência Débora Diniz (2013), que defende e utiliza em sua obra *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. A autora alerta que essa é uma decisão que pode ser considerada excesso por alguns, por considerarem uma violação à neutralidade da ciência, mas, explica, que é algo que já está sendo utilizado por outras autoras.

Ao citar e referenciar autoras e autores dessa maneira, julgo que o gesto nada interfere na cientificidade do trabalho, além de enaltecer a escrita feminina e representar uma forma de reflexão sobre uma sociedade que generaliza a figura do homem em todos os âmbitos, inclusive no acadêmico.

Posto isto, quero delimitar meu lugar de fala enquanto autora-pesquisadora. Faço parte daquela parcela da população que se autodeclara preta, que mencionei no parágrafo inicial. Mas, não foi sempre assim. Já fui morena clara em outros tempos. A mim, parecia menos pesado ser morena. Afinal de contas *'eu nem era tão escura assim'* para me considerar preta ou negra. Não era para menos, até porque *'preto nem é gente'* (para utilizar uma expressão popular, que de tão apregoada, nem se nota mais a potência danosa que ela carrega).

Nasci na segunda metade da década de 1980, momento em que a televisão se apresentava como dos principais meios de comunicação de massa, presente em 70% dos lares brasileiros (RIVERO, 1993), e em pleno processo de regionalização, impulsionado pelo que Mattos (1990, p. 19) chama de “verdadeiro festival de concessões de canais de rádio e de televisão no Brasil”, considerando que entre 1985 a 1988 foram outorgadas 90 concessões de canais de televisão.

Quem viveu a infância e a adolescência nessa fase, testemunhou um período histórico bastante emblemático para as crianças negras, para as meninas principalmente. As apresentadoras dos programas infantis mais populares exibidos em rede nacional, pelas principais emissoras da época, eram brancas, loiras e de olhos claros. Mas, não para por aí, nas telenovelas, nas bancadas dos telejornais, nos comerciais nas revistas, o padrão de beleza tinha em comum a pele clara, lábios finos, cabelos lisos e nariz *'delicado'*. Para fazer sucesso e/ou ter chances de lucro com a venda de algum produto, os heróis, as mocinhas, a *'cara'* que agregava valor precisava se encaixar nesse molde.

Esse tipo genérico e limitado de representação coopera para que a população negra tenha dificuldades em se admitir ou se reconhecer como tal, afinal, não há identificação com às referências sobre negritude apresentadas pelos diversos produtos midiáticos, e também induz à depreciação do fenótipo negro pelos próprios negros.

Por conta dessa estrutura social, quando se fala em representatividade negra na mídia, a situação da mulher negra é de invisibilidade e de silenciamento. Podemos dizer que ainda não há espaço nos meios de comunicação de massa para sua voz, seus interesses e suas dores.

Todavia, a internet inaugura um novo momento na história da comunicação e aponta uma abertura para a construção de um novo cenário. As plataformas de informação e as mídias sociais permitem que essas mulheres produzam conteúdos autorais, de forma barata e

com alcance mundial. Com apropriação desse ambiente elas podem contar e se fazerem protagonistas de suas próprias histórias, além de encontrar apoio e identificação em outras vozes com questões parecidas com as suas.

E foi justamente essa apropriação que me trouxe a esta pesquisa. Tenho cabelo cacheado e, como tantas meninas negras fazia processos químicos de alisamento. Em 2011, cortei meu cabelo curtinho e decidi que não faria mais esse tipo de procedimento.

Decisão essa que não foi um ato de contraposição consciente aos padrões estéticos impostos socialmente, ou ainda motivada pelo entendimento de que não alisar meu cabelo se configurava como um gesto político de resistência e de afirmação da minha identidade. Não fazia parte de grupos de movimento negro e na escola as aulas sobre negritude também não me davam base para fazer qualquer elucubração nesse sentido. Meus motivos foram financeiros mesmo. Eu tenho muito cabelo, uma das minhas avós costumava dizer que “*era cabelo para duas cabeças*”, e por conta disso, o processo químico acabava saindo muito caro para minhas condições financeiras. Passei um ano sem fazer a escova progressiva e passado esse período mandei cortar bem curtinho, *a la* ‘joãozinho’.

A partir disso, descobri o ‘fantástico mundo’ das mulheres pretas no YouTube. Elas estavam lá, várias delas, falando sobre cabelo, mas também sobre maquiagem, viagem, culinária, cotidiano e outros assuntos. Contando suas histórias, que poderiam ser minhas também, me fazendo sorrir e chorar.

Percebi, então, que o YouTube, assim como outras mídias sociais que existem atualmente, tem conseguido dar a mulher negra um espaço nunca antes permitido pelas mídias tradicionais (TV, rádio, jornais, revistas e *outdoors*).

Viver essa realidade e encontrar essas mulheres foi algo muito confortável e encorajador para mim, isso porque pessoas negras pouco se veem nos produtos midiáticos que consomem, realidade que pode causar efeitos sociais e pessoais muito marcantes.

Para mim, falar sobre esse assunto se tornou mais que uma obrigação, uma missão. E é desse sentimento que surge essa investigação que tem com o **objetivo geral** identificar como as mulheres negras se autorrepresentam em canais do YouTube. E como **objetivos específicos**: a) verificar as principais temáticas presentes nas narrativas de youtubers negras na campanha *YouTubeBlack* Brasil no ano de 2017; b) levantar temas confluentes na comparação das narrativas dessas youtubers; c) observar se as narrativas produzidas por elas lidam diretamente com a questão do empoderamento feminino negro.

Esses objetivos me ajudam a investigar a **questão norteadora**: como youtubers negras constroem narrativas de si na contemporaneidade? A partir deste questionamento parto para

as seguintes **hipóteses de pesquisa**: 1) – as narrativas de diferentes mulheres negras no Youtube contribuem para a desnaturalização do imaginário depreciativo que se cristalizou historicamente no Brasil a respeito das mulheres negras? 2) – o alcance e a repercussão dessas narrativas, assim como seus personagens, têm conseguido fazer com que as temáticas abordadas nos canais cheguem as mídias tradicionais? 3) – apesar de apresentarem temas e questões comuns, poderíamos traçar um perfil de mulheres negras que produzem conteúdo no YouTube, haja vista que as realidades vivenciadas e compartilhadas são distintas?

Para delinear o recorte da pesquisa, tomo como **objeto de estudo** um conjunto de sete vídeos produzidos e publicados no YouTube Brasil no dia 20 de novembro de 2017, como ação comemorativa ao dia da Consciência Negra no país. Ao todo, a série completa que a plataforma colocou no ‘ar’, em forma de *playlist*¹, é composta por 21 vídeos, dez deles são relatos de youtubers (mulheres e homens) negros conhecidos pelo público (Imagem 1). Para criar ligação entre eles, foi fixado o tema “Eu Sou” e os vídeos foram identificados com a *hashtag* #YouTubeBlackBrasil.

Dos 10 vídeos, sete foram escolhidos para objeto deste estudo. São os que contêm mulheres negras contando suas histórias de vida. Os outros três são de homens, logo, foram excluídos por não apresentarem o perfil do público que se quer avaliar aqui. Para que você, leitor, consiga compreender melhor o contexto dessa investigação, sugiro que utilize o *QR code*² disponível na Imagem 1 para acessar o conteúdo dos referidos vídeos e siga pensando comigo sobre as temáticas centrais desta pesquisa.

Imagem 1 - Logotipo #YouTubeBlackBrasil



Fonte: YouTube (2019).

¹ *Playlist* é uma coleção de vídeos.

² O *QR code* (sigla em inglês para *Quick Response*, ou seja, resposta rápida) é um código de barras 2D e pode ser lido facilmente pelas pessoas usando um celular com câmera fotográfica. Basta escanear o código com um aplicativo apropriado, que o converte imediatamente em texto, localização, números de telefone e links para sites, vídeos, imagens e outros. (KLIX, Tatiana, 2018). Para conseguir acessar o conteúdo é necessário baixar no seu celular um aplicativo de leitura de *QR codes* criados em sites específicos.

A escolha dos vídeos analisados está relacionada a minha vivência enquanto usuária do YouTube. Sou inscrita no canal de todas as mulheres que participaram da série #YouTubeBlackBrasil, desde antes deste estudo.

Como podem ver, esta pesquisa tem muito de sua pesquisadora, o que poderia induzir à ideia de que tal relação prejudicaria o caráter científico daquilo que é tratado aqui. Isso porque é fator que contraria o ideal científico clássico, o qual se fundamenta na lógica de que deve haver distinção entre sujeito e objeto do conhecimento, a fim de que se estabeleça uma “independência dos fenômenos em relação ao sujeito que conhece e age” (CHAUI, Marilena, 2000, p. 354).

Todavia, Paula Scherre (2015) nos diz que atualmente a ciência moderna está se abrindo para uma nova tendência no que diz respeito à relação pesquisador-objeto. Segundo ela, há uma predisposição à mudança de visão por meio da qual passa-se a compreender que sujeito e objeto são integrados, interdependentes e inseparáveis.

A esse respeito, Sérgio Oliveira (2014) pondera que ao admitir sua subjetividade, o/a pesquisador/a tende a ter um compromisso ainda maior com o resultado do seu trabalho. Paula Scherre (2015, p. 268) pontua que opor-se a essa noção de neutralidade não é colocar-se acima das responsabilidades éticas que o/a pesquisador/a deve ter perante a sociedade, mas pressupõe “entender e considerar as relações e inter-relações existentes entre sujeito e objeto nos processos de conhecimento, de pesquisa e de formação”.

Opto nesse trabalho por enveredar por esse caminho, considerando que não conseguiria percorrer a jornada desta pesquisa me colocando como observadora alheia, diante de uma temática que também é sobre mim.

Aliás, em se tratando de cientificidade e da subjetividade, de acordo com estudiosos das questões étnico-raciais (GOMES, Nilma, 2009; OLIVEIRA, O., 2016; RIBEIRO, Djamila, 2017), ao se tratar de negritude é importante ter negros e negras contando história dos seus ou atuando como “sujeitos de seu próprio conhecimento científico”, frisa Otair Oliveira (2016, p. 109).

No entanto, não é apenas o meu envolvimento com o assunto que justifica esse trabalho. Julgo de bastante relevância levar para a Academia uma pesquisa com o recorte gênero/raça, haja vista que os cursos de Pós-Graduação da Região Norte do Brasil são os que menos produzem conhecimentos científicos sobre estes temas, conforme expuseram Amélia Artes e Mena-Chalco (2017), em estudo que mapeou a quantidade de teses e dissertações com temáticas pertinentes a relações raciais publicadas no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no período de 25 anos.

Ao todo, o autor e a autora identificaram 4.204 trabalhos sobre a temática, defendidos entre 1987 e 2011. Desse total, apenas 104 foram produzidos por universidades dos estados do Norte. Claro, que a pesquisa levou em consideração o fato da distribuição desigual de cursos e programas de pós-graduação nas diferentes regiões do país, mas ainda assim, analisando proporcionalmente, consideraram o número muito baixo.

No recorte por Estado, o indicador revelou que nesse período não houve produções no Tocantins com a temática, publicada nos bancos da Capes. Fato que se justifica pois os programas de pós-graduação são recentes nas universidades tocantinenses, no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, por exemplo, a primeira turma de mestrado ingressou no ano de 2006³.

O referido trabalho também trouxe o recorte das dez áreas com maior participação na inserção das produções analisadas. No item teses de doutorados, a área de Comunicação é a décima e entre as dissertações de mestrado ela não aparece entre as dez. Assim, considero que fazer o registro científico das narrativas de mulheres negras no YouTube se configura também como um esforço metodológico bastante necessário para a expansão das discussões com esse recorte no Tocantins e na Região Norte brasileira.

Além da temática, a subjetividade desse trabalho tem ainda outro marcador importante: a escrita em primeira pessoa. Recebi com estranhamento a proposta desse desafio pela professora Amanda Leite, orientadora dessa pesquisa. Afinal, enquanto pesquisadora, sempre acreditei que a utilização da partícula “se” como índice de indeterminação do sujeito, tal como se utiliza usualmente nos textos científicos a exemplo de *observa-se/compreende-se/infere-se*, era requisito obrigatório para uma dissertação ou qualquer outro texto acadêmico ser considerado “sério” e, enquanto jornalista, estou acostumada a recorrer a um arsenal de verbos dicendi (aqueles que geralmente encontramos nas notícias para se referir ao modo como um entrevistado se expressou, tais como: dizer, contar, afirmar, revelar), a fim de reportar aos meus interlocutores o que se diz sobre algo. Em ambos os papéis, utilizando a justificativa da neutralidade na busca de alcançar uma construção textual mais impessoal possível.

Todavia, Sérgio Oliveira (2014), em pesquisa sobre práticas discursivas no texto acadêmico, analisou artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso e verificou que atualmente já existe uma tendência ao que ele denomina ‘explicitação da autoria no texto

³ Os primeiros mestrado e doutorado da UFT foram oferecidos pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal Tropical, os quais iniciaram suas atividades nos anos de 2006 e 2009, respectivamente (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2019).

acadêmico’, o que – nas palavras do autor – apesar de se configurar como sendo uma ‘transgressão’ para os mais tradicionais, agrega valor à produção final.

Segundo ele, “em nome da objetividade, da neutralidade e da modéstia, instalou-se no meio acadêmico um preconceito e um tabu: ‘primeira pessoa, nem se cogita’” (OLIVEIRA, S., 2014, p. 5). Ou seja, a utilização da terceira pessoa se configura mais como uma tradição do que como uma regra, podendo ou não ser utilizada pelo/a pesquisador/a.

Bem, em termos de estrutura, este trabalho é dividido cinco capítulos, os quais obedecem uma sequência de leitura que julgo ser a mais adequada para que se tenha uma compreensão sobre todos os aspectos engendrados nesta pesquisa.

O capítulo um, *Mulher Negra: Uma Construção Social*, é voltado para tratar o recorte gênero/raça. Discuto o branqueamento negro no contexto brasileiro, a partir de um breve resgate histórico do processo de escravização da pessoa negra em nosso país. Também relaciono racismo e machismo com a construção sociocultural da imagem das mulheres negras no contexto brasileiro, contextualização necessária porque, na minha visão, está diretamente ligada aos conceitos de representação e representatividade da mulher negra na mídia nacional. Além de fazer considerações sobre o engajamento de mulheres negras on/off-line ao trazer discussões a respeito do feminismo negro nas mídias sociais e discorrer sobre a importância do YouTube nesse contexto.

Já o capítulo dois, *Estudos Culturais: Das Definições À Produção De Sentidos*, é reservado à descrição dos princípios teóricos que fundamentam essa dissertação. Trago considerações acerca dos conceitos de cultura e de Estudos Culturais, dando destaque sobre como eles são atravessados pela evolução das Tecnologias de Informação (TIC) e faço ponderações sobre sua relação com estudos de raça e gênero.

No capítulo três, destaco a Netnografia, por ser o método-chave desta análise, trazendo elementos para a compreensão sobre como se dá a pesquisa em ambientes on-line.

O capítulo quatro traz elementos da parte mais prática da investigação, nele são descritos o corpus e os procedimentos e também apresentadas a delimitação metodológica e as categorias de análise.

Os resultados são discutidos no capítulo cinco, no qual apresento a relação entre as narrativas das mulheres entrevistadas e os conceitos abordados nas argumentações tecidas no capítulo anterior.

Por fim, o trabalho encerra o ciclo de discussões no tópico que traz a *Considerações Efêmeras* da pesquisa, onde tento demonstrar se as hipóteses foram ou não confirmadas, além de apresentar proposições que puderam ser inferidas com este estudo e apontar sugestões de

pesquisas futuras, por isso, não tomo as considerações como finais, mas como lugar do efêmero, do momentâneo, do provisório.

1 MULHER NEGRA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

*A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que vai de graça pro presídio e para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego e pros hospitais psiquiátricos.
(Elza Soares)*

Em um trabalho que aborda narrativas de mulheres negras, não poderia me furtar de falar sobre o processo de escravização da pessoa negra no Brasil, isso porque minha investigação parte da ideia que a imagem pejorativa e a conformação deturpada que se tem hoje sobre corpo, lugares ‘autorizados’, ou estética da mulher negra são heranças dessa forma de relação social que regeu o Brasil por mais de três séculos.

Ainda temos marcas muito latentes deste período na sociedade brasileira. E acabo entendendo que seja razoável esse pensamento ao analisar que a escravidão negra em nosso país durou de 1550 a 1888, um total de 338 anos, ou seja, o Brasil tem mais tempo de sua história sendo orientado por um regime escravocrata do que o contrário, isso claro tomando como base o marco oficial da chegada dos portugueses em 1500.

O que eu quero dizer é que a sociedade brasileira – em alguma medida - ainda não se desvencilhou da imagem do/a negro/a que é propriedade de alguém, merecedor/a de castigos ou que precisa ser ‘catequizado/a’ de determinada forma. É um imaginário coletivo que demorou muito tempo para ser construído e cristalizado e, mesmo depois da abolição oficial, não consegue ser dissipado, haja vista as condições de vida que a população negra ainda é sujeitada mesmo após a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel.

Apesar de ‘libertos/as’, a opressão e a manutenção do poder não permitiram que esses homens e mulheres ascendessem à condição “de gente”, assim, de imediato. De lá para cá são 131 anos buscando o mínimo, que é se firmar enquanto pessoa e ocupar posições que não lhes são ‘autorizadas’. Por isso, ao falar de representação da pessoa negra neste país é indeclinável a abordagem desse período.

O Brasil foi um dos últimos países no mundo a abolir a escravidão e só aconteceu devido a pressão dos ingleses, tal qual esclarece Conceição (2012):

Após a Revolução Industrial, a busca por mercados consumidores mais amplos começou a se intensificar. Era preciso buscar trabalhadores assalariados e como os escravos não recebiam por seus trabalhos e não podiam comprar, a Inglaterra começou a fazer pressão para o fim da escravidão. O Brasil era, naquela época, o maior comprador de escravos, logo esta pressão caiu sobre o nosso país.

A partir de então, estabelecer-se como pessoa em uma sociedade que até aquele momento via pessoas negras como objetos se tornou a grande causa do/a negro/a brasileiro/a. Agora ‘livres’, buscavam sair da condição de escravos/as, como descreve Neusa Souza (1983, p. 21):

E como naquela sociedade, o cidadão era o branco, os serviços respeitáveis eram os “serviços de branco”, ser bem tratado era ser tratado como branco. Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda que tendo que deixar de ser negro – que o negro buscou via ascensão social, tornar-se gente.

Considero que esta questão perdura até os dias atuais, claro que ressignificada, mas é perceptível que ainda não se conseguiu romper com essa visão negativa que os mais de trezentos anos de escravidão deixaram de herança para cada negro/a, autodeclarado/a ou não, com traços fenotípicos bem marcados ou não, é um desafio diário.

A carga negativa que o assumir-se negro/a impõe, não é apenas senso comum ou coisa que ficou no passado. A rejeição dos termos “preto/a” ou “negro/a” na autodeclaração ainda é bastante comum em pleno século XXI. Rita de Cássia Fazzi (2000 *apud* ROCHA, 2005), em pesquisa que tratou sobre o preconceito racial entre crianças de 07 a 11 anos, constatou que ao serem indagadas sobre sua cor, em pergunta aberta (modalidade cujas respostas não são induzidas pelo/a pesquisador/a, restando ao respondente a liberdade de declarar o que sentir vontade), a maioria das participantes utilizou o termo “moreno/a” para se definir, assim como eu já fiz em outro momento da minha vida. Para a autora, esse indicativo revelava que no mundo infantil “ser moreno/a” representava uma vantagem em relação a “ser negro/a”.

Em Munanga (2009) compreendi que a maneira de ver o/a negro/a hoje é fruto do imaginário colonizador, forjado ainda no século XV, em tempos de expansão europeia e conquista dos territórios africanos. O autor destaca que todos os relatos desse período apresentam os habitantes do interior da África semelhantes a animais selvagens. Para a igreja católica a simbologia da cor preta estava relacionada ao pecado e a uma maldição divina, e era esse o motivo – segundo os religiosos da época - pelo qual os/as negros/as eram tão arredios/as ao evangelismo. Esse pensamento serviu de justificativa cristã para a escravidão, a qual chegou a ser considerada a única forma de redenção para um povo corrompido.

Munanga (2009) destaca ainda que essa foi uma ideia tão naturalizada que nem mesmo os grandes pensadores iluministas do século XVIII, que se opunham ao entendimento de Deus como razão das coisas e apregoavam ser o homem o centro de tudo, foram capazes de

contribuir para o que ele chama de “correção da imagem negativa” que se tinha em relação ao/a negro/a.

Pelo contrário, eles consolidaram a noção depreciativa herdada das épocas anteriores. Nesse século, elabora-se nitidamente o conceito de perfectibilidade humana, ou seja, do progresso. Mas o negro, o selvagem, continuava a viver, segundo os filósofos, nos antípodas da humanidade, isto é, fora do circuito histórico e do caminho do desenvolvimento. Sexualidade, nudez, feiura, preguiça e indolência constituem os temas-chave da descrição do negro na literatura da época (MUNANGA, 2009, p. 29-30).

No século XIX, ganham força três demarcadores científicos do lugar do/a negro/a na sociedade. Os estudos do evolucionismo darwiniano, os quais acreditam que as sociedades evoluem naturalmente de um estágio inferior para um superior e mais complexo de organização social (estando o/a negro/a na fase mais elementar e o/a europeu/ia sendo a referência de civilização); o surgimento da teoria racial, baseada na noção de que o destino dos indivíduos é determinado pela raça a qual pertencem; e o avanço dos estudos em etnologia, que disseminavam a ideia de que os/as negros/as possuíam características físicas (tamanho do cérebro, formato da cabeça, cor da pele, tamanho de pernas, braços e órgãos sexuais) que denotavam sua posição de inferioridade em relação aos indivíduos com distintivos caucasianos/as (MUNANGA, 2009).

Ao fazer essa contextualização histórica sobre a construção - não só social, mas também científica - da imagem do/a negro/a através dos tempos, Munanga (2009) chama atenção para o fato de que a desvalorização da pessoa negra se estabeleceu de forma tão sólida na humanidade que fez com que o racismo fosse incorporado naturalmente ao cotidiano das pessoas, demonstrado por gestos, palavras e condutas, assimilados desde a infância e reforçados pela educação.

E é inegável que essa formação conceitual incrustada no imaginário social ao longo de séculos de dominação influencia não só a percepção do/a outro/a, mas, também, afeta a autopercepção do/a negro/a. Costa (1983) revela que toda a carga histórica de violência física, mental e cultural por qual passaram negros e negras no Brasil faz com não se aceitem, nem se reconheçam como seres dignos. Socialmente, ser negro/a é tido como algo ruim, “o belo, o bom, o justo, o verdadeiro são brancos”. Por isso, no decorrer de sua caminhada histórica, na busca pelo enquadramento e até pela ascensão social, o desejo do/a negro/a é o embranquecimento. “Seu projeto é o de, no futuro, deixar de existir, sua aspiração é a de não ser ou não ter sido” (COSTA, 1983, p. 5).

Corroborando com essa visão, Maria Aparecida Bento (2002, p. 3), em estudo que aborda questões relacionadas à branquitude e ao processo de branqueamento no Brasil, afirma “qualquer grupo precisa de referenciais positivos sobre si próprio para manter a sua autoestima, o seu autoconceito, valorizando suas características e, dessa forma, fortalecendo o grupo”.

Para as mulheres negras, modificar cabelo e fazer intervenções no corpo, por exemplo, é mais do que uma questão de vaidade ou de tratamento estético: é identitária (GOMES, Nilma, 2012, p. 3). Isso porque a combinação textura do cabelo e pigmentação da pele são elementos que definem como ela será lida socialmente.

Olhando sob essa ótica, é possível compreender o embraquecimento almejado por alguns negros/as. As pessoas querem ser aceitas pelos seus pares. E por um período da história, que julgo não ter passado ainda, a solução para muitos/as foi embranquecer. Neusa Souza (1983) elucida mais assertivamente essa questão: “não possuindo uma outra concepção positiva de si mesmo, o negro viu-se obrigado a tomar o branco como modelo de identidade, ao estruturar e levar a cabo a estratégia de ascensão social” (SOUZA, Neusa, 1983, p. 19).

Em *Peles negras, máscaras brancas*, Fanon (2008) avalia que tentar se igualar ao branco faz parte do desejo do/a negro/a de recuperar sua humanidade, que foi contestada e extirpada no processo de colonização.

Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco [...] Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade (FANON, 2008, p. 94).

Diante desse contexto, Fanon (2008, p.90) faz questão de ressaltar que esse sentimento de inferioridade não é característica inata da pessoa negra. Segundo ele: “é o racista que cria o inferiorizado”.

A assertiva de Fanon nos leva a reflexão sobre a formação das identidades individuais e – mais especificamente - sobre como essa construção social interfere nas posições pessoais que um indivíduo negro ocupa na sociedade. Mas, trabalharemos melhor esse conceito de posicionamento com o auxílio de Stuart Hall na seção seguinte.

1.1 Identidade, Representação Social e Representatividade em Perspectivas Negras

A negação de si mesmo e de suas características físicas e estéticas, vivenciada por pessoas negras em diferentes momentos de sua vida, é cultural. É o que vem de fora que ajuda a formar o autoconceito. Nilma Gomes (2012) ratifica esse entendimento ao aduzir que identidade é construída na coletividade, não há como construí-la no isolamento.

Hilka Machado (2003), explica que a identidade nasce tendo as experiências sociais como principal referência. A autora reforça que a visão do outro é tão decisiva na formação identitária que o indivíduo é capaz inclusive de adotar padrões comportamentais que contrariem sua autodeterminação com o objetivo de preencher as expectativas alheias.

Construir a própria identidade é, portanto, permanente desafio no sentido de encontrar o equilíbrio entre aquilo que se é e o que os outros esperam que nós sejamos. O outro é o espelho social que permite ao indivíduo reconhecer-se, avaliar-se e aprovar-se. Sob essa perspectiva, o eu não existe, a não ser em interação com os outros (WHETTEN; GODFREY, 1998 *apud* MACHADO, Hilka, 2003).

Seguindo essa linha de raciocínio, o conceito de identidade adotado por mim nesta pesquisa vem de Hall (2013). A exemplo das autoras que mencionei nos parágrafos anteriores, Hall também considera que a identidade se constitui por meio de um processo de interação e se configura como o resultado de “formações históricas específicas, de histórias e repertórios culturais de enunciação muito específicos”, que impõe ao sujeito o que ele chama de posicionamento social. Essa enunciação de que o autor fala está relacionada às práticas discursivas que já existem antes do indivíduo vir ao mundo (HALL, 2013, p. 479).

Viviane Fernandes e Maria Cecília Souza (2016) em artigo no qual discutem os efeitos desses constructos sociais em torno do “corpo negro”, explicam como essa perspectiva de Hall sobre identidade é fundamental para os estudos étnico-raciais. Partindo desse ponto de vista, as autoras consideram que em uma sociedade racista, a construção de identidade individual de pessoas negras e brancas (ou seja, a posição do sujeito no mundo, utilizando Hall como referência) são estabelecidas a partir de significações que criam um imaginário social para cada grupo.

Ambas [identidades de negros/as e brancos/as] são mistificadas socialmente, mas de maneira distinta e contraposta. Na forma dominante, o branco é mistificado como expressão de superioridade e universalidade que dispensa especificações. Em contraposição, o negro é colocado no paradigma de inferioridade, expressão do que é exótico ou ruim (FERNANDES, Viviane; SOUZA, Maria Cecília, 2016, p. 109).

Esse pensamento de Hall sobre identidade se constrói no campo dos Estudos Culturais⁴. A esse respeito, Tessarolo e Natália da Silva (2017) elucidam que os estudiosos do referido campo, do qual Hall é uma das principais referências, consideram que o processo de construção das identidades está associado a sistemas de representação, sendo representação compreendida como:

O processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para instituir significados. Essa definição carrega uma premissa: as coisas, os objetos, os eventos do mundo não têm, neles mesmos, qualquer sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós, em sociedade, entre culturas humanas, que atribuímos sentidos às coisas. (HALL, 1997 *apud* TESSAROLO; SILVA Natália, 2017, p. 38).

De acordo com Silva (2012) a representação pode se expressar por meio de pinturas, fotografias, filmes, texto e expressões orais, por exemplo. O autor pontua ainda que o processo de construção de identidades e diferenças são dependentes dos sistemas de representação, os quais – por sua vez – estão atrelados aos sistemas de poder: “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2012, p. 91)

Todavia, se tomo apenas o lado do condicionamento de um em relação ao outro, a minha discussão se direcionaria para os mesmos rumos que tradicionalmente tomam em algumas escolas, por exemplo, nos quais a imagem de um/a negro/a que sucumbe à supremacia eurocêntrica.

Hall (2013) quebra essa lógica ao pontuar que esse “posicionamento” a qual o indivíduo é convocado a ocupar não é algo fixo e que apesar, de todo esse contexto histórico de sujeição que tracei até aqui, os indivíduos negros não estão inertes a essa construção que o autor chama de “sistema de representações”, na verdade há muito têm lutado para que se estabeleçam novas representações e novas enunciações a respeito da negritude.

Não importa o quão deformadas, cooptadas e inautênticas sejam as formas como os negros e as tradições e comunidades negras pareçam ou sejam representadas na cultura popular, nós continuamos a ver nessas figuras e repertórios, aos quais a cultura popular recorre, as experiências que estão por trás delas. Em sua expressividade, sua musicalidade, sua oralidade e na sua rica, profunda e variada atenção à fala; em suas inflexões vernaculares e locais; em sua rica produção e contranarrativas; e, sobretudo, em seu uso metafórico do vocabulário musical, a cultura popular negra tem permitido trazer à tona, até nas modalidades mistas e contraditórias da cultura popular

⁴ Os Estudos Culturais se configuram como marco teórico desse trabalho e será melhor detalhado no próximo capítulo. Foram mencionados aqui com o propósito de situar melhor o conceito de identidade proposto por Hall.

mainstream, elementos de um discurso que é diferente – outras formas de vida, outras tradições de representação (HALL, 2013, p. 380).

Fanon (2008) também faz alusão à resistência dos indivíduos negros em relação às imposições históricas que lhes foram estabelecidas, e às conquistas que isso resultou. Para tanto, usa o exemplo dos movimentos negros nos Estados Unidos: “na América, o preto luta e é combatido. Existem leis que, pouco a pouco, desaparecem da constituição. Existem decretos que proíbem certas discriminações. **E estamos seguros de que não foram doações.** Há batalhas, derrotas, tréguas, vitórias” (FANON, 2008, p. 184, grifo nosso).

Segundo os estudos de Munanga (2009), as duas Guerras Mundiais foram elementos-chave no processo de desmistificação, no imaginário negro, do colonizador como figura a ser alcançada. Primeiro, porque ao participar diretamente dos combates, os/as negros/as puderam ter uma convivência que permitiu acompanhar os conflitos que existiam entre os próprios brancos e as atrocidades que esses últimos eram capazes de realizar. E segundo, porque - mais especificamente após a Segunda Guerra - houve um levante de intelectuais negros/as em todo o mundo, os quais se esforçaram para ‘exorcizar’ entre toda a comunidade negra o sentimento de rejeição de si que foi assimilado e aprendido durante séculos.

Foi nos Estados Unidos que se iniciou esse “Renascimento Negro” (MUNANGA, 2009, p. 46), que tinha como mote a volta às origens e a disseminação do orgulho racial. Uma das principais referências desse movimento foi o norte-americano Du Bois (negro e doutor em Filosofia), cujos estudos tinham como objetivo revelar aos seus “irmãos de raça” que não havia motivos para se envergonhar de seus ancestrais africanos. Ainda, segundo Munanga (2009), o livro *Almas Negras* de Du Bois tornou-se uma espécie de bíblia para os demais intelectuais do movimento entre os anos de 1920 e 1940. Du Bois não foi o criador do termo, contudo, foi a partir dos seus trabalhos que se começou a falar em *negritude*, como conceito de caráter político, ideológico e cultural.

No terreno político, negritude serve de subsídio para a ação do movimento negro organizado. No campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana. Portanto, negritude é um conceito multifacetado, que precisa ser compreendido a luz dos diversos contextos históricos (DOMINGUES, 2005, p. 2).

No Brasil, surge em 1931, vigorando até 1937, a maior e mais importante entidade negra a se projetar no cenário nacional no período pós-abolição, a Frente Negra Brasileira (FNB), que, apesar de ter surgido na cidade de São Paulo, conseguiu expandir e criar filiais no

Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, chegando a ter aproximadamente 20 mil associados/as. Durante seus seis anos de existência, a FNB realizou atividades esportivas e culturais, lançou um jornal próprio (A Voz da Raça) e até um partido político foi criado pelo grupo (RONCOLATO, 2015).

Contudo, segundo Domingues (2008b), a questão principal da organização era o empoderamento da pessoa negra por meio da educação. Eram oferecidas a negros e negras além de escolarização, uma formação cultural e moral, a fim de que, ao progredir no âmbito educacional, passassem a ser respeitados//as. Para tanto, a FNB implementou ações como criar escolas com cursos de alfabetização e ensino fundamental. A esse respeito, o autor esclarece que não havia uma proposta sistematizada de política educacional ou projeto pedagógico que privilegiasse a temática negra, nem material didático específico abordando essa questão:

[...] só o fato de uma escola reunir somente professores "de cor" e dezenas ou talvez centenas de crianças, jovens e adultos negros em um único recinto já causava efeito simbólico. Isto é, a escola da FNB favorecia o surgimento de um ambiente étnico de incentivos múltiplos, o que por sua vez **deve ter influenciado positivamente na formação da auto-estima da maior parte de sua clientela**. Quando se agrupavam com seus "irmãos de cor", os alunos negros sentiam-se a cavaleiro e quiçá mais motivados a aproveitar aquele momento de aprendizagem (DOMINGUES, 2008b, p. 532-533, grifo nosso).

Além da FNB o Brasil também contou com inúmeras entidades que lutaram pela inclusão e pelo reconhecimento dos direitos da pessoa negra. Um exemplo disso é que de 1897 a 1930 estima-se que existiram cerca de 85 associações negras só em São Paulo, sendo desse total 25 dançantes, 9 beneficentes, 4 cívicas, 14 esportivas, 21 grêmios recreativos, dramáticos e literários e 12 cordões carnavalescos (DOMINGUES, 2008b).

Ana Célia Silva (2011) explica que esse arranjo em forma de clubes, associações recreativas e agremiações foi bastante comum nas três primeiras décadas que sucederam à abolição. A autora ressalta que apesar de não terem a finalidade de defender direitos ou lutar contra a discriminação, essas entidades foram fundamentais para a agregação de negros e negras, possibilitando a partilha das dores, a troca de experiências, assim como articulação para futuras formas de organização cultural e política.

Isso demonstra que apesar da alienação cultural a que foram submetidos/as por séculos, as pessoas negras não estacionaram no estado de resignação cega. Inclusive, o pós-abolição brasileiro foi marcado pela resistência negra contra a subordinação em busca da cidadania.

Um exemplo relacionado à luta nesse período é a Revolta da Chibata⁵ (1910). Embora tenha acontecido sem intervenção de entidades negras oficiais, é reconhecida como a primeira manifestação pública do século XX contra o racismo, haja vista que os marinheiros rebelados que reivindicavam um tratamento digno eram em sua maioria negros e mestiços (SANTOS, 2007).

Nesse sentido, apesar de pontual e de ter ocorrido sem qualquer articulação política específica, a ação desses marujos pode ser sim apontada como parte do movimento negro da época, considerando o conceito de Ana Célia Silva (2011), que qualifica como Movimento Negro toda entidade ou indivíduo que lutou ou luta pela liberdade da pessoa negra, seja por meio de denúncias, reivindicações, estratégias de ocupação de espaços ou quaisquer outros tipos de ações que visem a conquista de direitos.

É importante destacar os atos de oposição e de resistência a fim de demarcar que foi por meio da luta que esses homens e mulheres empreenderam conquistas históricas importantes. Além disso, ao dar luz a esses levantes de embate é possível perceber uma característica importante das representações sociais, é que - apesar de arbitrárias - elas podem ser transformadas, e quando isso acontece surge a possibilidade da construção de identidades não mais baseadas na sustentação ou manutenção de poder e de superioridade de um grupo em relação a outro. Ou seja, quando são mudadas as representações, novos posicionamentos sociais afloram, é o que assegura Ana Célia Silva (2011, p. 31):

Nesse sentido, transformar as representações sociais significa transformar os processos de formação de conduta em relação ao outro representado, bem como as relações com esse outro, porque na medida em que essas representações não apresentarem objetos de recalque e inferiorização desse outro, a percepção inicial e o conceito resultante dessa percepção, em nossa consciência, terá grande aproximação com o real.

Esse ‘real’ que a autora menciona no final da citação é utilizado no seu sentido denotativo. A ‘aproximação com o real’ a que ela se refere está relacionada ao fato de as representações, quando não restritas a determinados arquétipos, conseguem desenhar melhor a diversidade das realidades existentes na sociedade.

Acho conveniente pontuar essa questão do ‘real’ porque Silvio Almeida (2018) faz uma reflexão muito relevante para este trabalho sobre esse termo. Segundo o autor, representações

⁵ A Revolta da Chibata foi um motim realizado de 22 a 27 de novembro de 1910, ocasionado pela insatisfação de marujos com os castigos físicos que sofriam na Marinha brasileira no começo do século XX. O castigo era a chibatada, designada àqueles que violassem as regras da corporação. Os marujos rebelaram-se e tomaram o controle de quatro embarcações da Marinha brasileira: Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Deodoro, atracadas na Baía de Guanabara – RJ (SILVA, 2020).

que reforçam a inferioridade da pessoa negra ou que concebem homens e mulheres em lugares sociais específicos, poderiam ser entendidas como mera constatação de uma realidade. Afinal, “mulheres negras são a grande maioria das domésticas, a maior parte das pessoas encarceradas é negra e as posições de mando nas empresas e no governo geralmente está nas mãos de homens brancos” (ALMEIDA, S., 2018, p. 51). Todavia, essa é uma lógica racista. Ele explica que ao fazer esse tipo de retrato da realidade, os programas de televisão, as capas de revistas e os currículos escolares não estão expondo a realidade material, e sim, a apresentação da relação concreta que têm com a realidade social.

O que temos é que os modos de representação dependem de quem a produz e da experiência que esse/a produtor/a tem com a realidade que retrata. Entendendo essa ótica, é muito simples compreender o porquê que a lógica da superioridade branca é tão difícil de ser alterada. Em um mundo onde meios de comunicação, posições de poder e de influência e os sistemas de escolarização estão nas mãos do clichê *homem, branco, heterossexual e rico*, o rompimento de um imaginário limitado e pouco suscetível a mudanças não se dá sem lutas.

Ao traçar esse perfil social, Silvio Almeida (2018) traz à tona outro problema que também serve de apoio à naturalização da representação social estigmatizada de negros e negras: a meritocracia. Ele esclarece que o discurso meritocrático ignora todo o percurso histórico do período de escravização a pós-abolição que tivemos em nosso país e sustenta a máxima de que atualmente todos são iguais. Dessa forma, estamos construindo uma ‘verdade’ bastante propagada por aqueles que defendem a equação do esforço/conquista: a de que os/as responsáveis pelas condições em que se encontram são as próprias pessoas negras, que não fizeram tudo o que estava ao seu alcance para mudar sua realidade.

A noção de meritocracia serve de justificativa para que, por exemplo, o perfil racial dos/as ocupantes de cargos importantes, dos/as estudantes universitários/as em cursos concorridos, da população do sistema carcerário, dos apresentadores e apresentadoras de televisão se apresente da forma que temos hoje. São os méritos próprios que os/as fazem ascender ou não socialmente. Segundo Silvio Almeida (2018), esse entendimento prejudica, inclusive, a criação de políticas de governo que mudem o quadro de desigualdade racial, haja vista que a impressão de igualdade de oportunidades endossa a conformação social em torno dessa questão.

Em relação a esse cenário, Ana Célia Silva (2011), citando Berger e Luckmann (1998), reforça que, apesar do contexto, transformações são possíveis, isso porque as representações são universos construídos socialmente e, por isso, podem ser modificadas por ações concretas

dos seres humanos. A autora assegura que as ações dos movimentos sociais são fundamentais para que as mudanças ocorram.

As ações do Movimento Negro têm contribuído, em grande parte, para uma reflexão na sociedade em relação aos reais determinantes de exclusão das populações afro-descendentes. Sua prática de atuação, que abrange vários setores, tem influenciado instituições oficiais e sociais, tais como o MEC, a universidade, os partidos, os sindicatos, as igrejas, entre outras (SILVA, Ana Célia, 2011, p. 34).

Julgo que as delimitações em torno dos conceitos de identidade e representação social feitas até aqui são capazes de apontar os paradigmas que envolvem este tema de pesquisa, por isso, passo agora a problematizar outro conceito primordial para o caminho que escolhi percorrer nessa investigação a representatividade.

Vem de Silvio Almeida (2018, p. 84) o conceito de representatividade que adoto neste trabalho, o qual a define como “a participação de minorias em espaços de poder e prestígio social, inclusive nos centros de difusão ideológica como os meios de comunicação social e a academia”. O autor afirma que a representatividade é um dos fatores preponderantes não só na luta contra o racismo, mas, contra quaisquer outras formas de discriminação e aponta dois efeitos importantes gerados a partir dela. São eles: a abertura de um espaço político para que as reivindicações das minorias possam ser repercutidas e o desmantelamento de narrativas que subalternizam essas minorias.

Falar de representatividade negra é algo relacionado a quantidade, presença ou ausência de pessoas negras em lugares “não previstos” para elas, e esses lugares não se restringem a espaços físicos, mas, me refiro também a livros, histórias em quadrinhos e manifestações artísticas.

Destaco que representatividade e representação não são tratadas como sinônimos no contexto desse trabalho. A primeira refere-se a aspectos quantitativos e a segunda a aspectos qualitativos. E para deixar ainda mais evidente a diferença entre um termo e outro, cito Ana Célia Silva (2011) em pesquisa que analisou a representação social do negro em livros didáticos na década de 1990, percebeu que, em comparação com investigação similar que ela mesma realizou na década de 1980, a quantidade de vezes (representatividade) que personagens negros (151 vezes) aparecem em relação aos brancos (1360 vezes) no material analisado não se diferencia muito de uma década para outra. Entretanto, constatou que nos anos 1990 houve uma humanização dos personagens negros, os quais apareciam com família, descritos sem estereótipos e com funções diversificadas na sociedade (representação).

Silvio Almeida (2018) afirma ainda que representatividade é sempre uma conquista que tem por trás anos de lutas e elaborações intelectuais de pessoas e movimentos que se esforçaram para galgar espaços em diferentes áreas. Entretanto, o autor pondera que é importante não restringir a noção de representatividade a questões quantitativas, baseadas na presença ou ausência de minorias em espaço determinado. Segundo ele, há que se considerar que, por vezes, a pessoa que ascende ao lugar de importância, advindo de um grupo minoritário, não necessariamente representará aquele grupo. Querendo dizer com isso que acontecerá casos em que a pessoa que “chegou lá”, pode não ser a voz do grupo do qual ele saiu.

Nesse sentido, Chagas (2018) acrescenta que há sempre a expectativa que alguém em condição de opressão que chega a um lugar de influência se manifeste ou produza discursos que contribuam para o enfrentamento das questões que afligem o seu grupo, mas isso não é regra. Como exemplo, o autor lembra o caso do vereador do município de São Paulo, Fernando Silva Bispo, conhecido como Fernando Holiday, “o fato de ser negro, homossexual e de origem pobre e periférica não foi suficiente para que não se transformasse num dos maiores inimigos da luta anti-racista” (CHAGAS, 2018, p. 10).

Chagas (2018) faz essa afirmação levando em consideração o fato de mesmo Holiday - eleito em 2016, aos 20 anos, tornar-se o vereador mais jovem da história da cidade de São Paulo – sendo uma expressão corporificada de diferentes formas de dominação ou de discriminação, ele não perfaz a figura do representante do grupo oprimido.

Isso porque o vereador, antes mesmo de lançar sua candidatura, sempre apresentou discursos destoantes aos dos movimentos negros e LGBTQ+⁶, se posicionando veementemente contra a política de cotas raciais e questionando a existência de uma coordenadoria criada para cuidar de questões da comunidade LGBTQ+, ligada à Secretaria de Direitos Humanos da capital paulista. Em relação a isso Quinalha (2016) assevera que a eleição de um negro gay para um mandato parlamentar, não implica, necessariamente, em uma conquista por representatividade.

[...] a maneira como ele opta existir naquele espaço parlamentar não é reivindicando seu corpo negro e homossexual estigmatizado pelos preconceitos, diariamente assassinado pela polícia militar nas periferias, frequentemente agredido por lampadadas nas ruas de São Paulo. Antes, ele está ali por escolha consciente e uma posição política clara, usando do

⁶ Termo utilizado para referir-se a pessoas que se identificam como lésbicas, gay, bissexuais, travestis e transexuais ou queer. O sinal de + visa a representação de pessoas que não estejam representadas por nenhuma das identidades que as letras estão associadas.

espaço e de seu “lugar de fala”, para fortalecer os discursos hegemônicos e discriminatórios dos que já ocupavam, por tradição, laços pessoais e poder econômico, a Câmara Municipal (QUINALHA, 2016, n. p.).

É claro que não se pode olvidar o fato de que uma pessoa como ele (com suas características étnicas, sociais e de orientação sexual) estar no lugar onde está é fruto de uma série de enfrentamentos de pessoas que vieram antes dele, sendo – ‘só’ por isso – já uma conquista, mas, a verificação de Quinalha (2016) coaduna com uma outra constatação de Silvio Almeida (2018). Segundo esse último, a liderança de uma pessoa negra não significa que os/as negros/as estarão no poder.

Assim, a reflexão sobre representatividade leva à compreensão de que ter pessoas negras ocupando lugares de influência é reconhecidamente uma conquista importante, todavia, não deve ser algo isolado. A figura do negro único⁷ não atende a interesses das pessoas negras como um todo, até porque, como frisa Silvio Almeida (2018), os membros dos grupos de minoria não pensam em blocos e a manutenção dessa condição de figura negra unitária é elemento bastante conveniente para a sustentação da lógica racista.

A partir do exposto, é possível assentir que os conceitos de identidade, representação social e representatividade se entrelaçam nas discussões étnico-raciais. E a representação social estereotipada que se faz/tem do indivíduo negro e de seus aspectos físicos/históricos/culturais tem gerado sequelas na autoaceitação e na forma como estes/as se relacionam com o mundo a sua volta e com seus pares (identidade). A representatividade, aliada a novas formas de representação, surge como possibilidade para a quebra de padrões e o estabelecimento de novas narrativas.

Tão importante quanto a presença de negros e negras e a forma como eles e elas são representados nos espaços é a identificação da pessoa negra com a figura ou com os modos de enunciação que se levantam como seus “representantes”, isso porque é essa adesão que influencia sua construção identitária e determina se haverá o rompimento ou se persistirá a manutenção de valores coloniais.

Penso que os apontamentos sobre identidade, representação social e representatividade abordados neste tópico são o bastante para seguir para a próxima seção. Creio que o esforço foi válido levando em conta que tais conceitos são esteio para as especificidades que serão melhor trabalhadas a seguir, onde minha intenção é perceber como eles se inter-relacionam

⁷ “O negro único é aquele que é, literalmente, a ilha cercada de brancos. Ele é único, ele é pinçado para ocupar determinados lugares. Muitas vezes é tido como representante de um todo e cobrado por abrir espaços por esse todo, mesmo muitas vezes não tendo poder para isso” (RIBEIRO, Stephanie, 2018, n.p.).

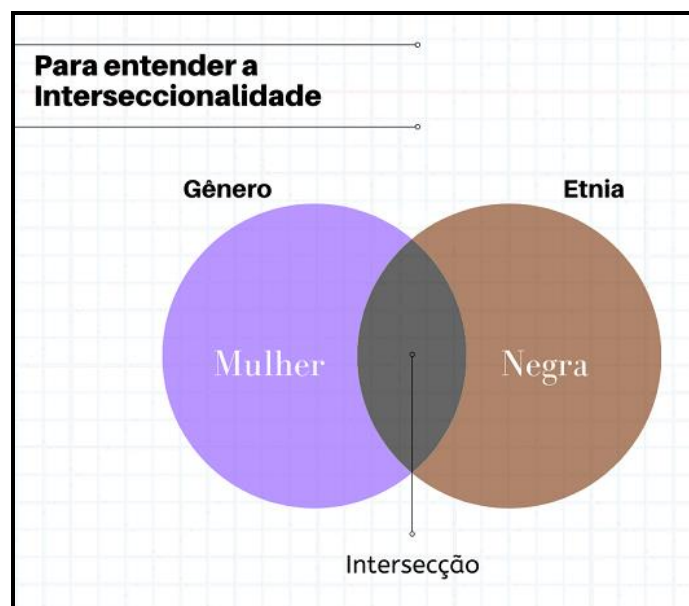
com as implicações do ser mulher negra. Além disso, na próxima seção também abordarei sobre o papel das mídias no reforço de padrões estereotipados dessas mulheres e sobre a importância dos estudos de feministas negras na mudança de paradigmas sociais por meio do questionamento dessas representações e da reivindicação por espaços “não autorizados”.

1.2 Racismo e Machismo: a representação social de mulheres negras na mídia brasileira

Nesta seção, a proposta é compreender como mulheres negras são representadas nos meios de comunicação de massa tradicionais. No entanto, antes de fazer minhas considerações, julgo ser necessário discorrer acerca das posições sociais que essas mulheres foram alocadas durante anos, já que – a meu ver – essa contextualização serve de suporte para que sejam alcançados com mais chances de êxito os objetivos a que se propõe essa investigação, assim como permite que sejam trabalhados os diferentes vieses que envolvem o problema levantado neste estudo.

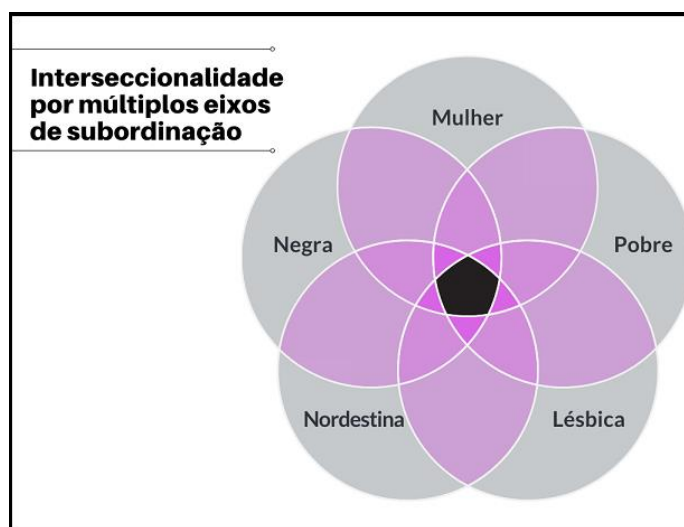
Socialmente, as mulheres negras ainda ocupam um lugar de opressão que primariamente está entrecortado por dois eixos de subordinação: o de gênero e o de etnia (Imagem 2). E essa associação de subordinações é definida por Kimberlé Crenshaw (2002) como interseccionalidade.

Imagem 2 – Para entender interseccionalidade



Fonte: Elaboração própria para esta pesquisa (2020).

Imagem 3 – Interseccionalidade por múltiplos eixos



Fonte: Elaboração própria para esta pesquisa (2020).

A intersecção demonstrada na Imagem 2 é - como falei anteriormente - apenas primária, tendo em vista que outros sistemas de opressão podem se encontrar (Imagem 3) e personificar impondo a determinadas mulheres uma carga ainda maior de invisibilidade e silenciamento. Patricia Collins (2019, p. 33) explica que o termo *opressão* é utilizado para descrever qualquer “situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro o acesso aos recursos da sociedade”.

Segundo Kimberlé Crenshaw (2002), os estudos que se enveredam por essa seara da discriminação composta, como também é conhecida a interseccionalidade, estão relacionados não a grupos distintos, mas a grupos sobrepostos.

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, freqüentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam (CRENSHAW, Kimberlé, 2002, p. 177).

Nesse contexto, são as mulheres negras que se encontram em mais posições de convergência dessas vias (CRENSHAW, Kimberlé, 2002). Essa constatação nos remete, mais uma vez e, quase que automaticamente, ao processo de escravidão da pessoa negra, o qual – de acordo Patricia Collins (2019) – foi o responsável pela maneira como essas combinações de opressões de raça, classe e gênero se encontraram e se personificaram em mulher negra,

determinando a forma de todas as suas relações, independente se ocorrem no âmbito familiar, profissional ou pessoal.

Hall (2013) atesta que as discussões e os movimentos relacionados à cultura negra devem levar em consideração o momento histórico que se vive, embora haja elementos semelhantes e até um caráter de continuidade, é preciso ter sempre em mente a especificidade do momento e da questão. Logo, acho pertinente ressaltar que apesar de os estudos de Patricia Collins (2019) e Kimberlé Crenshaw (2002) terem como objeto mulheres negras estadunidenses em período não-contemporâneo ao meu, as reflexões de ambas são referências mundiais em se tratando de feminismo negro e ajudam a compreender a realidade de negras brasileiras na atualidade.

Até porque, por aqui também, nós, mulheres negras, somos afetadas por múltiplos eixos de subordinação. Em 2010, o Governo Federal, por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com ONU Mulheres, divulgou pesquisa denominada *Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça* (BRASIL, 2011), que ratificou que ser mulher negra no Brasil é ocupar os lugares mais vulneráveis da pirâmide social. A investigação foi realizada no ano anterior à publicação dos resultados, 2009, e levantou dados nos eixos: população, saúde, educação, previdência e assistência social, chefia de família, mercado de trabalho, habitação e saneamento, entre outros.

Os números relacionados a chefia de família, por exemplo, apontam que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997,00 enquanto que numa família chefiada por uma mulher negra essa renda é de apenas de R\$ 491,00. O indicador educação revelou que a taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, já entre as mulheres negras é de apenas 9,9%. Além disso, no ensino médio a distorção idade-série⁸ atinge 38,2% das jovens negras, contra 24,1% das brancas. Em se falando de mercado de trabalho, à época da pesquisa, a taxa de desemprego entre as mulheres negras era a maior, 12%, enquanto a de homens brancos era de 5%. No que diz respeito ao nível de proteção social, medido pela cobertura direta e indireta da previdência na população em idade ativa, os homens brancos são os que têm a melhor cobertura, 70,7%, entre as mulheres negras essa cobertura é de 56% (BRASIL, 2011).

⁸ Indicador que permite avaliar o percentual de alunos e alunas, em cada série, com idade superior à idade recomendada. No Brasil, a idade de 6 anos é considerada como a adequada para ingresso no ensino fundamental, cuja duração, normalmente, é de 9 anos. Seguindo este raciocínio, 14 anos seria a idade adequada para um aluno ou aluna finalizar o 9º ano. O aluno que possui 2 anos ou mais da idade considerada ideal para a série é considerado dentro da distorção idade-série. Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão da Controladoria Geral da União (e-SIC CGU) (BRASIL, 2019b).

A pesquisa apresenta outros dados, mas, creio que esses se mostram suficientes para demarcar o lugar das mulheres negras nesse país e justificar as formas de representação relacionadas a elas.

Em relação a isso, Maria Teixeira e Josiane Queiroz (2017) levantam uma discussão interessante: o corpo da mulher negra é perpassado pelo que elas chamam de ‘dualidade do ser’, sendo ora desprezado por se distanciar do padrão considerado belo, ora endeusado pela sua sensualidade arrebatadora. Para as pesquisadoras, tal dualidade é fruto do passado escravista de nossa sociedade, os corpos das mulheres escravizadas eram expostos como produtos, não só para serem comercializados, mas também consumidos.

E essas imagens são resultado do sistema escravocrata que determina até hoje os lugares e as imagens referentes à mulher negra. A invisibilidade dá-se no mercado de trabalho, na mídia, e etc. e por outro lado tem-se a ultrassexualização que é percebida nas letras de músicas e na mídia assumindo, por exemplo, no carnaval dois sentidos “exaltação da beleza como algo positivo ou que remete ao prazer” (TEIXEIRA, Maria; QUEIROZ, Josiane, 2017, p. 3).

Tanto a desvalorização estética quanto a objetificação e a hipersexualização são consideradas pelas autoras formas de violência contra a mulher negra, responsáveis por desencadear o processo de negação de sua identidade ainda quando crianças.

Em sua tese de doutorado, *“Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”*: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia, Ana Pacheco (2008) estuda como os estereótipos podem influenciar nas relações afetivo-sexuais de mulheres negras na Bahia. No trabalho foram colhidos depoimentos de 25 participantes sem parceiros fixos, as quais estavam divididas em dois grupos: ativistas e não-ativistas.

Um dos objetivos da autora era a compreensão de como elas percebem as experiências de solidão. Suas hipóteses partiam do pressuposto de que há um “excedente” de mulheres negras “solitárias”, por isso, pressupunha que existe uma preferência afetiva maior de homens negros por mulheres brancas, do que de mulheres negras por homens brancos; as mulheres negras são as menos preferidas para uma relação estável por homens negros e brancos.

Na busca desse amor é que as mulheres negras aqui analisadas tentam criar estratégias não só de sobrevivência, mas de negociar e equilibrar o jogo das emoções através de novas configurações de gênero, construídas em contextos históricos específicos. Equilibrar o jogo do racismo e do sexismo numa sociedade onde as mulheres negras ainda são vistas, segundo Carneiro, como “fusas” e as mulheres brancas como “monzas”; nas palavras de um

escritor negro e intelectual que, ao tentar explicar “porque os negros que sobem na vida arranjam logo uma branca e de preferência loira?”, afirmou que todo homem negro em processo de ascensão social “troca” o seu carro velho (um fusca, uma mulher negra) por um carro do ano (monza, por uma mulher branca) (PACHECO, Ana, 2008, p. 192).

O trabalho de Ana Pacheco (2008) reforça que existem lugares para as mulheres negras em nossa sociedade e que isso tem repercussões até em sua vida amorosa. Maria Teixeira e Josiane Queiroz (2017) concordam e ainda pontuam que ao ser alvo de inúmeras violências, as mulheres negras ainda permanecem sozinhas em suas dores e lutas. Além disso, estas pesquisadoras lembram que a miscigenação de nosso país, alardeada por alguns como algo a ser visto positivamente, se deu graças ao estupro de muitas negras e indígenas.

No âmbito da Comunicação, área de interesse deste trabalho, é possível constatar que, mesmo em meio a todo o avanço tecnológico por qual passamos em sociedade nas últimas décadas, a representação e a representatividade da pessoa negra nos *mass media* ainda deixa a desejar. A figura do/a afrodescendente na grande mídia quase sempre está associada a algo inferior, feio, violento ou dominado.

Pesquisa realizada pelo coletivo de mídia *Vaidapé*⁹ (SANTANA; SALLES, 2017) exemplifica a ratificação e a persistência desse padrão. Com o objetivo de quantificar o número de apresentadores/as negros/as no país, a *Vaidapé* realizou um levantamento nas sete principais emissoras de TV da rede aberta (Cultura, SBT, Rede Globo, Rede Record, RedeTV, Gazeta e Bandeirantes). Entre o segundo semestre de 2016 e o primeiro de 2017, os pesquisadores checaram 204 programas, o resultado mostrou a presença de 272 apresentadores compondo as grades de programação, sendo que desse total, foram contabilizados 10 apresentadores negros e 261 brancos.

Outro indicador relevante de representatividade irrisória de negros e negras na mídia brasileira foi revelado por pesquisa de Martins (2010 *apud* BERNARDES, 2012), da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). O trabalho analisou anúncios publicados na revista *Veja* entre 1985 e 2005 e constatou que nesse período a presença de pessoas negras na publicidade foi de 3% em 1985, para 13% em 2005”. Apesar do aumento, o autor destaca que:

Poucas vezes, eles [os personagens negros] aparecem em posições valorizadas ou de destaque como executivos, donos de negócios, professores

⁹ “A *Vaidapé* é um coletivo de mídia fundado em 2012 por jovens comunicadores da cidade de São Paulo. Somos um grupo de jornalistas, designers, programadores, educadores, produtores culturais e audiovisuais que julgam necessária a construção de processos de comunicação democrática, buscando retratar temas que ficam de fora dos holofotes da grande imprensa” (VAIDAPÉ, 2020).

ou jornalistas, [...] são comuns representações do negro como trabalhador braçal, tais como doméstica, operário, carregador [...]. (MARTINS, 2010 *apud* BERNARDES, 2012).

Ana Célia Silva (2011) assinala que negros e negras exercem uma diversidade de papéis e funções na sociedade, há médicos/as, engenheiros/as, comerciantes, professores/as e tantos outros profissionais. Entretanto, esses perfis são quase invisíveis nos meios de comunicação. Ela destaca que nos últimos anos, as telenovelas até têm apresentado personagens negros/as em “papéis não estigmatizados”, mas aparecem episodicamente e em pequena quantidade.

Essa acanhada representatividade negra nas telenovelas ficou demonstrada por Maureci Almeida (2016) em seu trabalho de mestrado que investigou o ideário do branqueamento nas telenovelas brasileiras e levantou que há uma desproporcionalidade na quantidade de personagens negras e no destaque dado a elas se comparado às brancas, isso ocorre em todas as emissoras de televisão. Na novela “Geração Brasil” transmitida em 2014 pela Rede Globo, dos 68 atores que compunham o elenco, 10 eram negros e na novela “Vidas Cruzadas”, trama que foi ao ar em 2000, pela Rede Record, do total de 35 atores, 5 eram negros, por exemplo (ALMEIDA, M., 2016, p. 155).

Maureci Almeida (2016, p. 15, grifo do autor) assevera ainda que “a indústria cultural, com seus produtos audiovisuais predominantemente *embranquecidos*, fragiliza a identidade negra”. As telenovelas, consideradas por ele como principal produto audiovisual da programação da televisão brasileira, representam um meio bastante eficaz na disseminação do “desejo de branqueamento do brasileiro”.

A plausibilidade da afirmação tem por base o destaque que as exhibições novelísticas oferecem ao fenótipo branco, associando-o à ideia de beleza, de riqueza, de prosperidade e de comportamento virtuoso, e relacionando o negro quase sempre a pobreza, ao insucesso, a criminalidade, a sensualidade e ao aspecto estético depreciativo. Isso parece desfavorecer a percepção identitária dos afro-brasileiros de forma mais afirmativa, induzindo-os a acreditar ideologicamente na supremacia branca (ALMEIDA, M., 2016, p. 14).

A pesquisa analisou também a novela “Lado a Lado”, veiculada pela Rede Globo no ano de 2012, no horário das 18h, e verificou que, apesar do folhetim apresentar a trajetória da população negra no Brasil no início do século XX, a produção – que contava com 56 personagens, dos quais 16 eram pretos ou pardos – reforçou estereótipos já bastante arraigados em nossa sociedade, tais como: o negro bom de bola, malandro, a sensualidade da mulher negra e o gosto pela dança.

Silvio Almeida (2018, p. 39) avaliza que todo esse contexto de desvalorização da imagem de negros e negras no Brasil e a rejeição àquilo que se atribui às pessoas com características não-brancas está relacionado ao “racismo estrutural”, termo que tem se tornado cada vez mais comum nas rodas de conversa é definido como concepção que compreende que devido ao processo histórico e político desencadeados pela escravidão da pessoa negra, criou-se “condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática”.

O autor aduz também que essa discriminação viabiliza a reprodução sistêmica e naturalizada de práticas racistas em diferentes setores da sociedade (política, econômica, educacional, diretos sociais, etc) e que os meios de comunicação, juntamente com a indústria cultural, reforçam e retroalimentam o que está cristalizado no imaginário social.

Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo que mulheres negras têm uma vocação natural para o emprego doméstico, que a personalidade de homens negros oscila entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que os homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações. (ALMEIDA, S., 2018, p. 51).

Conforme visto anteriormente, quando voltamos o foco para mulheres negras isso tem um peso ainda maior, haja vista que, em sua maioria, são perpassadas pelas diferentes marcas de subordinação, que dão ainda mais subsídios para representações depreciativas.

Entendendo todas essas peculiaridades inerentes à existência da mulher negra, o que se tem percebido é que essa possibilidade de ter um meio de comunicação onde elas podem falar e serem faladas por suas iguais tem se mostrado como alternativa eficaz na construção social de espaços para as mulheres negras na mídia brasileira. A internet ampliou a voz dessas mulheres, fazendo-as serem conhecidas e respeitadas.

E essa possibilidade tão acessível de autorrepresentação e autodefinição proporcionada às mulheres negras pela internet e seus diferentes veículos traz a necessidade de pontuar aqui outro conceito bastante pertinente: o lugar de fala. No Brasil, Djamila Ribeiro é atualmente uma das principais vozes a discutir o tema, todavia, o termo tem origem na *standpoint theory* (teoria do ponto de vista), de Patricia Collins (2019). O lugar de fala não diz respeito a um espaço físico onde pessoas podem falar, mas, está relacionado à legitimidade da pessoa que expõe determinado posicionamento ou opinião a respeito de um assunto ou de uma realidade.

Djamila Ribeiro (2017) elucida que esse ‘falar’ não está restrito ao ato de emitir palavras, mas ao direito de poder existir socialmente. Reivindicar o lugar de fala é apropriar-se de sua própria história.

No âmbito das discussões sobre raça e gênero abordar lugar de fala é problematizar o silenciamento das mulheres negras, as quais por um período considerável da história da humanidade tiveram suas questões enunciadas por pessoas que não faziam ideia de como eram suas vidas e nem o que elas pensavam sobre si e sobre o mundo. Patricia Collins (2019, p. 82) destaca que “é mais provável que as mulheres negras, como membros de um grupo oprimido, tenham uma compreensão mais crítica de nossa condição de opressão que as mulheres que vivem fora dessas estruturas”.

Cabe ressaltar, conforme Djamila Ribeiro (2017), que todo mundo tem lugar de fala. O objetivo de suscitar essa questão não é incorrer em restrição de troca de ideias, ou impedir o debate, mas sensibilizar aqueles que estão inseridos em grupos não afetados por opressões sociais a avaliarem sua posição de privilégio ao discutirem sobre realidades das quais não fazem parte.

Para demarcar bem a responsabilização daquele que a autora chama de “sujeito do poder”, ela dá o exemplo de que um homem branco cis¹⁰ pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis negras, desde que o faça a partir do lugar que ele ocupa socialmente. Nesse caso, Djamila Ribeiro (2017) pondera que uma travesti negra que tenha acesso ao trabalho de tal homem pode até não se sentir representada por ele, mas não é possível – em nome da reivindicação pelo lugar de fala – cercear a ele o direito de falar sobre o assunto. Pelo contrário, a autora concorda que para que as discussões sobre desigualdade, pobreza, racismo e sexismo avancem é essencial que esses atores sociais estudem branquitude, cisgeneridade, masculinidade.

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos (RIBEIRO, Djamila, 2017, p. 48).

Patricia Collins (2019) tem uma proposição de que ao engajarem-se no desenvolvimento de novos modelos de arranjos sociais, os indivíduos em posição de

¹⁰ Cis: abreviação para cisgênero | adj. Relativo a ou que tem uma identidade de gênero idêntica àquela que foi atribuída à nascença, por oposição a transgênero (ex.: pessoas cisgênero).

privilégio tornam-se “traidores” das vantagens que sua raça, classe, gênero, sexualidade ou condição de cidadania lhes proporcionam.

Mas, retomando o assunto para o contexto específico do objeto dessa pesquisa, Djamila Ribeiro (2017, p. 49) reforça que o espaço virtual tem sido elemento para o acesso e disseminação de vozes dissonantes, cujo impacto “têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica”. A presença das sete mulheres negras cujas narrativas são estudadas nesse trabalho e de tantas outras que existem no YouTube é prova de que, quando têm oportunidade, as mulheres negras são capazes de falar por si só suas vivências e não só isso, como também de serem produtoras de conteúdo que desperte a sociedade para um modelo de representação distinto do que está posto.

Neli Rocha (2016) constatou que atualmente há uma crescente tomada de consciência em relação a si própria e a sua corporeidade, que pode ter como resultado a mudança na forma como são representadas na televisão, nas revistas e nos demais meios. Esse movimento tem acontecido, segundo ela, graças ao contato com outras formas de representação que alimentam alternativas de visões e condutas diferentes. Contato esse propiciado tanto pela facilidade do acesso que se tem hoje aos conteúdos veiculados na rede mundial de computadores quanto pela possibilidade que as mídias on-line dispõem de produzir material autoral. Ambos os motivos levam ao que a autora chama de rompimento gradual com a normativa social, que faz com que a mulher negra não mais se sinta na obrigação de se adequar e ocupe o seu lugar de fala.

1.3 O Feminismo Negro e a Geração Internet

“Nossos passos vêm de longe”, abro este tópico com a frase de Jurema Werneck (2009) para destacar a importância do feminismo negro e a trajetória de mulheres negras que estão fazendo história. A possibilidade de podermos contar nossas vivências em espaços de influência, como é o YouTube, é – sem dúvida - fruto da luta de mulheres que vieram antes de nós. A reivindicação delas pela constituição de um cenário social equânime ainda persiste e parece ecoar hoje em diferentes meios.

E por que categorizar o feminismo? Por que não atribuir essas conquistas ao movimento feminista como um todo? Por que a necessidade de um feminismo negro? Patricia Collins (2019) afirma que um feminismo universal não consegue contemplar as necessidades das mulheres negras e isso é um fato percebido desde as primeiras ondas feministas. A autora não desconsidera a luta de mulheres brancas contra o machismo e a hegemonia do patriarcado e

assume que as teorias feministas são contribuições fundamentais para a mudança de uma série paradigmas, todavia o movimento sucumbiu aos padrões do racismo.

A crítica se dá pelo fato dos discursos de um movimento que seria para a representação de todas se centrarem nas opressões e nos direitos de uma mulher genérica: branca e de classe média. Ou seja, o padrão hegemônico de branquitude, quando a luta deveria ser contra todas as formas de discriminação. Patricia Collins (2019) afirma também que o feminismo ocidental suprime as ideias de mulheres negras e que as organizações feministas criadas por brancas ignoram os saberes das intelectuais negras, fazendo com que as intersecções que incidem sobre mulheres não-brancas não sejam uma pauta abrangida na luta feminista. Até porque, conforme bem destaca a autora, mulheres que vivem fora dessas estruturas não têm uma compreensão crítica sobre o que elas representam. Quer dizer, também aqui [na luta feminista], as mulheres negras precisaram brigar pelo seu espaço.

Djamila Ribeiro (2017) pontua que insistir em se falar sobre mulheres como seres universais, não muda a situação de vulnerabilidade social das mulheres negras e apenas uma parte do ser mulher será contemplada em suas necessidades. Essas mudanças perpassam pelo reconhecimento e pela demarcação das diferenças existentes nas vivências de mulheres negras: “E, para tal, é preciso focar nessa realidade, ou como as feministas negras afirmam há muito: nomear. Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (RIBEIRO, Djamila, 2017, p. 41).

A esse respeito, Patricia Collins (2019) ‘nomeia’ os padrões da supressão de feministas brancas em relação às intersecções de raça e gênero. Segundo a autora, a omissão é uma das principais formas de apagar questões e contribuições de mulheres negras. Ela cita como exemplo os estudos de duas importantes referências em teorias feministas, Nancy Chodorow – que trabalha a socialização de papéis sexuais e Carol Gilligan, que lida com questões relacionadas ao desenvolvimento moral das mulheres, os quais reforçam o padrão de mulher genérica.

Defender no discurso a importância de uma cultura de diversidade e na prática fazer pouca coisa para alterar quadros é outro padrão de supressão nomeado por Patricia Collins (2019). Ela explica que acontece quando uma intelectual branca se esforça, com grande competência aliás, em pesquisas que reconhecem a necessidade de se trabalhar questões de diversidades, porém, não se dedica as especificidades das negras, alegando não serem qualificadas para falar sobre as experiências delas.

Outro padrão de supressão, esse mais recente, é a despolitização das ideias feministas negras, que consiste em desprestigiar e não validar as produções sobre o feminismo negro.

Todavia, Patricia Collins (2019) pondera que há luz no fim do túnel, existem feministas brancas que não reproduzem os tais padrões de supressão e buscam sinceramente o desenvolvimento de um feminismo multirracial e, cita como exemplo, os trabalhos de Elizabeth Speldman e Sandra Harding.

No contexto brasileiro, Maria Aparecida Silva (2017) explica que enquanto nos Estados Unidos o feminismo negro tomou forma e consistência nos anos de 1960, aqui no Brasil ele começou a ser disseminado no final da década de 1970. Em trabalho que conta a trajetória de negras ativistas da cidade de Araraquara (interior de São Paulo), a autora faz o registro das vivências de 21 mulheres que se organizaram, em plena ditadura militar, com a finalidade de ter suas demandas sociais vistas e satisfeitas. Ela explica que ao desenvolverem diversas atividades em prol da sua comunidade, assim como ao se posicionarem e agirem tão incisivamente frente a acontecimentos nacionais da época, essas mulheres ganharam reconhecimento público e galgaram posições de liderança no movimento negro e na comunidade.

Cabe ressaltar que a importância dessas mulheres negras está no fato de terem espalhado em Araraquara, junto à comunidade de maioria afrodescendente, uma “sementinha” – fala de uma das mulheres negras -, que tem germinado a cada geração. Elas têm comungado dessa travessia, que se traduz numa autoestima positiva, ao reconhecerem sua negritude, e que passam por todo um processo incansável de busca para firmar sua identidade enquanto sujeito, isto é, construir um projeto que não é individual, mas coletivo, embasado na família, na militância e nas experiências vivenciadas nos locais de atuação. (SILVA, Maria Aparecida, 2007, p. 95)

Sem dúvida que as trajetórias das araraquarenses que fizeram parte da pesquisa de Maria Aparecida Silva (2017) são apenas um exemplo da força que a mulher negra tem e de como são importantes na construção de uma sociedade antirracista e na luta contra outras formas de discriminações. Mas, caminhando para um contexto mais atual, Zelinda Barros (2009) reconhece que hoje a expressão política de mulheres, como as de Araraquara, consegue interpor barreiras geográficas e alcançar públicos impensados, graças ao advento das TIC surgidas a partir dos anos 1990.

As TIC tornaram possível o chamado ativismo digital, que – conforme explicam Vasconcelos Filho e Coutinho (2016) - se dá com a utilização da internet e das mídias sociais por grupos que empreendem práticas de conscientização e apoio, organização e mobilização, com a finalidade de gerar engajamento cívico e político. Para o feminismo negro, as TIC contribuíram para tornar suas questões mais conhecidas e debatidas em um espaço de discussão muito mais abrangente, plural e democrático. Ao mesmo tempo que mulheres

negras, ativistas e não-ativistas, passaram a dispor de meios de comunicação nos quais pudessem ser vistas a partir de uma construção produzida por elas próprias.

A militância e as ações políticas coletivas passam a não ser mais iniciadas ou conduzidas apenas por pessoas localizadas em grandes centros, levando em consideração que qualquer indivíduo pode utilizar as ferramentas para fazer suas próprias reivindicações.

Com a câmera de um celular e um netbook qualquer um pode, em tempo real, fazer denúncias, reivindicações, registrar atos públicos, enfim, ser provedor de conteúdo político. Quem se sentir ofendido dirá diretamente ao ofensor, em seu perfil on-line, o que lhe incomoda. Agora todos somos uma nova mídia, com blogs, canais de vídeo, podcasts e mesmo com comentários em endereços oficiais (VASCONCELOS FILHO; COUTINHO, 2016, p. 11).

Acho necessário pontuar que o ativismo digital é apenas um exemplo dentre outros milhares de possibilidades que as TIC introduziram na sociedade. As mudanças podem ser vistas em diferentes âmbitos da vida em comunidade, como acontece na economia, na política, na ciência e de forma bastante incisiva nas relações interpessoais.

A maneira de levar a vida da geração que nasce nesse período causa estranhamento nas pessoas que não nasceram na era digital, levando muitos pais, mães e até professores/as a considerar que a juventude de hoje não sabe aproveitar a vida. Entretanto, Meyer (2014) frisa que não se pode comparar gerações, tendo em visto que “as coisas” estão mudando cada vez mais rápido. No que diz respeito à tecnologia, ele considera que o mundo está caminhando para ser cada vez mais dependente dela e que as mudanças serão cada vez mais aceleradas.

A esse respeito, Amanda Leite (2015) pontua que aos olhos dos/as responsáveis, os quais viveram em uma época em que a diversão estava no quintal, o imaginário de ‘infância ideal’ foi corrompido com o advento do mundo das tecnologias, contudo, a autora estimula a reflexão de que são as referências dos/as adultos/as que precisam ser revistas. As crianças, em qualquer tempo, serão sempre capazes de criar suas brincadeiras, comunicar-se e produzir cultura. Todavia, o farão com base nas referências do tempo e do espaço em que vivem a sua infância. Por isso, não há que se comparar e rotular as infâncias, é preciso compreender o processo e promover trocas de experiências intergeracionais.

Levanto esse tipo de discussão tendo em conta que o objetivo do meu trabalho está centrado na compreensão do comportamento de um grupo específico dentro de um ambiente on-line, dessa forma a contextualização – ainda que breve - do perfil geracional dessas jovens youtubers é elemento que precisa ser considerado. Além disso, auxilia na reflexão sobre como o avanço dos processos comunicacionais afetam nossa dinâmica social.

Para Nybo (2019), analisar comportamentos humanos e entender a razão pela qual grupos de pessoas agem de determinada forma é importante por três motivos: 1) ajuda a situar a sociedade atual; 2) entender a lógica do comportamento das pessoas; 3) antecipar os próximos comportamentos. Ou seja, compreender o comportamento social atual, e não só isso, a percepção de como se chegou a ele, nos dá condições de elaborarmos movimentos futuros. Considero que não há como falar de narrativas on-line sem que se compreenda que geração é essa que faz do quarto de sua casa, ou de qualquer outro lugar de seu convívio, um cenário para interação com um mundo de espectadores, compartilhando alegrias, tristezas ou trivialidades do dia a dia.

Nos últimos 20 anos, os avanços tecnológicos em diversas áreas desencadearam mudanças comportamentais em uma velocidade jamais vista em outros tempos. Em relação a isso, podemos citar como exemplo o computador de mesa, ou PC como é conhecido popularmente, a sigla é do inglês *personal computer*. Na década de 1990 ele era “o sonho” de grande parte dos brasileiros, atualmente, os celulares *smartphones* fazem tudo que eles faziam, só que com mais agilidade e com a vantagem de poderem ser levados no bolso para qualquer lugar. Resultado: segundo dados do IBGE, em 2014 o celular estava em 80% das casas brasileiras e os PCs em 76,6% (GOMES, H., 2016a). Outra pesquisa, só que essa do Comitê Gestor da Internet, também do ano de 2014, revelou que 82% dos adolescentes entre 9 e 17 anos acessaram a rede mundial de computadores por meio de telefones móveis, enquanto 56% navegaram utilizaram os dispositivos fixos (MELLO, 2016).

As tecnologias estão surgindo e se tornando obsoletas em menos tempo do que em outras épocas, entretanto, cada uma delas deixa marcas na sociedade, de forma a influenciar suas relações e até sua maneira de ver o mundo. O surgimento e a popularização da internet fizeram com que essas transformações sociais e culturais tomassem novos rumos e proporções, como sintetiza Lévy (1999, p. 32):

No final dos anos 80 e início dos anos 90, um novo movimento sócio-cultural originado pelos jovens profissionais das grandes metrópoles e dos campus americanos tomou rapidamente uma dimensão mundial. Sem que nenhuma instância dirigisse esse processo, as diferentes redes de computadores que se formaram desde o final dos anos 70 se juntaram umas às outras enquanto o número de pessoas e de computadores conectados à inter-rede começou a crescer de forma exponencial. Como no caso da invenção do computador pessoal, uma corrente cultural espontânea impôs um novo curso ao desenvolvimento tecno-econômico. As tecnologias digitais surgiram, então, como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento.

A geração que nasce nesse período marcado pela cibercultura é afetada pela força das marcas tecnológicas de seu tempo e possui costumes e formas de se relacionar com o meio e com o outro totalmente diferente da geração de seus pais, por exemplo. É fortemente caracterizada pela utilização de meios virtuais para se comunicarem e obterem informações do mundo ao seu redor e das pessoas com que convivem diariamente.

É por isso que chamo as pessoas que cresceram durante esse período de Geração Internet, a primeira geração imersa em bits. Agora, o acesso de banda larga à internet é onipresente; os iPods estão em toda parte; telefones celulares podem navegar na rede, captar coordenadas GPS, tirar fotos e trocar mensagens de texto; e sites de redes sociais como o Facebook permitem que a Geração Internet monitore cada movimento de seus amigos (TAPSCOTT, 2010, p. 28).

Tapscott (2010) explica que essa geração é composta por nascidos entre 1977 e 1997, os quais chegaram ao mundo com essa realidade já posta, ou seja, a vida foi apresentada a eles com toda uma gama tecnológica impensada na época de seus pais.

Lembrando que a referência do período de nascimento que o autor considera geração internet é baseada na realidade americana, onde a popularização da tecnologia e da *web* começou bem antes que no Brasil. Para o contexto brasileiro, Martins (2010) esclarece que a Geração Internet de Tapscott (2010) se forma a partir dos nascidos em 1995, período em que as ferramentas da rede mundial de computadores começaram a ser disseminadas por aqui. Como constatam Simone Ceretta e Lurdes Froemming (2011) os/as adolescentes dessa geração nunca conceberam o mundo sem computador, *chats* e telefone celular.

Por conta dessa naturalidade, Tapscott (2010, p. 31) salienta que os/as jovens não encaram as tecnologias que vão surgindo como algo extraordinário, simplesmente absorvem, “como se fossem melhorias na atmosfera”. Além disso, assinala que é uma geração que não apenas aceita o que lhes oferecem, pelo contrário, participam, perguntam, criticam e até assumem o controle. E isso, inclusive, gera efeitos nas relações familiares. Anteriormente, pais e mães eram os “donos” do conhecimento, não se cogitava a ideia de que os/as filhos/as fossem capazes de lhes ensinar algo útil. Essa lógica hierárquica do saber é alterada a cada tecnologia nova e, se bem administrada, pode propiciar dinâmicas mais abertas e harmoniosas nas famílias.

Para Tapscott (2010, p. 20), a geração internet é mais “rápida e esperta” que as gerações que a antecederam, isso porque o contato tão frequente com o ambiente digital influenciou até a maneira como seu cérebro está programado.

E, embora apresente desafios significativos para os jovens — como lidar com uma quantidade vasta de informações ou garantir o equilíbrio entre o mundo digital e o mundo físico —, essa imersão digital em geral não os prejudicou. Foi algo positivo (TAPSCOTT, 2010, p. 20).

O autor também ressalta o fato dessa geração estar remodelando além das relações familiares, outras instituições da vida moderna nos mais diferentes âmbitos (mercado de trabalho, política, educação) e de se caracterizar por ter indivíduos mais tolerantes com as diferenças.

As sete mulheres negras que têm suas narrativas analisadas nesta investigação fazem parte da geração internet de Tapscott (2010), haja vista que nasceram ou se desenvolveram aproximadamente no período apontado pelo autor e que utilizam as TIC para mediar suas vidas em diversos aspectos. Além disso, todas elas demonstram a inquietude de suas vivências utilizando a tecnologia e aproveitam da influência que acabaram adquirindo com o tempo para abordar assuntos essenciais para a sociedade.

Para Zelinda Barros (2009) é de grande importância mulheres negras se apropriarem dessas ferramentas, tendo em vista que a dinâmica do ativismo digital é multidirecional, pois, age tanto para consolidar grupos já atuantes no off-line como, para fazer o movimento inverso, validar aqueles que iniciam no on-line e dar a eles consistência suficiente para se perfazerem no mundo real de forma ramificada geograficamente.

Claro que o YouTube não é o único ambiente virtual utilizado por mulheres negras para promover suas vozes e suas causas, atualmente existem uma série de sites onde elas são as protagonistas na produção de conteúdo. Como exemplo posso citar o *Blogueiras Negras* (blogueirasnegras.org), um site criado em 2012 que na sua descrição é apresentado como um espaço de ativismo feminino negro, no qual cerca de 200 autoras (todas mulheres negras) produzem textos sobre diferentes temáticas de interesse das mulheres negras. Já no item *Quem somos*, é possível perceber a multidirecionalidade do ativismo digital, mencionada por Zelinda Barros, isso porque destacam que o *Blogueiras Negras* é uma comunidade on-line e off-line, onde há partilha de conhecimento e de experiências.

De Salvador vem o segundo exemplo, o *Portal Soteropreta* (portalsoteropreta.com.br), site de notícias que, de acordo com informações também disponíveis no item *Quem Somos*, tem como objetivo principal destacar a produção cultural construída e destinada à comunidade negra soteropolitana. A página existe desde 2016 e atualmente dos 6 membros que compõem a sua diretoria, 5 são mulheres negras.

O site *Alma Preta* (almapreta.com) também é outro a se dedicar a produção de um jornalismo especializado na temática racial brasileira, por meio de reportagens, coberturas, colunas, análises, produções audiovisuais, ilustrações e divulgação de eventos da comunidade afro-brasileira. No caso do *Alma Preta*, a equipe de produção é composta por 4 mulheres e 4 homens negros, disso e de uma observação mais atenta ao que é publicado é possível perceber a preocupação em ter um espaço equânime para questões de gênero.

Dos exemplos citados, o *Geledés Instituto da Mulher Negra* (www.geledes.org.br) é o que está a mais tempo em atuação. A organização foi criada em 1988, a princípio só no off-line, a fim de promover a valorização de mulheres negras tendo como frentes principais de trabalho: Direitos Humanos, Saúde, Comunicação, Educação e Mercado de Trabalho. Entre os projetos desenvolvidos pelo instituto estão o S.O.S Racismo (1992), que levou para o judiciário a necessidade de discutir a eficácia da Lei 7716/89, que criminaliza as práticas de discriminação. Também desenvolvem o curso de Promotoras Legais, uma capacitação em Direitos Humanos a mulheres das periferias. Além desses, nos seus 30 anos *Geledés* já realizou outros projetos importantes para a garantia de direitos e disseminação de informação preta (GONÇALVES, Juliana, 2018). Atualmente a página do *Geledés* é uma das principais referências quando se fala em debates sobre raça e gênero.

Esses exemplos são apenas uma pequena parcela do universo de espaços no mundo digital ocupados por negras e suas questões e veja que não mencionei mídias sociais como Facebook e Instagram, mas posso dizer que elas também estão lá.

Vasconcelos Filho e Coutinho (2016) chamam a atenção para o fato de que o ativismo digital não deve ser entendido somente sob o espectro do embate entre ideologias convergentes ou como forma de denúncias e reivindicações políticas por grupos ou indivíduos singulares, eles apontam que - para além de todas essas questões - esse tipo de ativismo pode conceber um processo civilizador, que leva em consideração causas humanitárias ou não tenha necessariamente uma rotulação específica ou grandes objetivos a serem alcançados.

Trazendo para o contexto desta investigação, achei importante destacar esse ponto do pensamento desses autores porque vai ao encontro do que acontece com muitas das jovens negras que produzem conteúdo para o YouTube, nosso recorte de pesquisa. Ao contrário do que acontece nos sites que possuem linha editorial bem definida, profissionais engajados e conhecedores das pautas relevantes, nem todas elas abrem seu canal, criam seu blog, página no Instagram ou Facebook com a noção ou mesmo com a intenção de que aquilo que estão realizando (seja receitas caseiras de algo para o cabelo, dicas de maquiagem e moda, contar

sobre a primeira viagem de avião, *tour* pela casa que acabaram de comprar, um novo passo de hip hop que aprenderam ou o que mais tiver de exemplo a ser pensado) se configure como algo que tenha a capacidade de realizar transformações sociais importantes.

Pode ser que suas publicações nem cheguem a ter tantas curtidas, visualizações ou uma repercussão relevante, mas entendo que a presença delas ali, fazendo aquilo que elas próprias resolveram, é parte desse processo civilizador que os autores mencionam, o qual pode promover visibilidade, sensação de protagonismo e até a possibilidade da ocupação de um lugar não esperado socialmente e, por isso, não cogitado pelas mídias tradicionais.

Com base primeiro nas minhas vivências de mulher negra que tem acesso a esse tipo de conteúdo e segundo a partir de uma observação mais crítica como pesquisadora, avalizada por referências que me ajudam a construir esse raciocínio, consigo inferir é que temos tido algum êxito na caminhada em busca de mais representatividade e de representações humanizadas, graças a internet e seus recursos.

1.4 O YouTube como Espaço de Construção de Novas Narrativas

A plataforma YouTube é uma das mídias mais utilizadas em todo o mundo, todos os dias pessoas nos mais diversos pontos do globo assistem a mais de um bilhão de horas de vídeos e o número de canais com mais de um milhão de inscritos cresceu cerca de 75% ano a ano, desde quando foi criado até agora (YOUTUBE..., 2019).

O Brasil é o segundo maior consumidor de vídeos do YouTube do mundo, o dado é da pesquisa *Video Viewer*, realizada pelos institutos *Provokers* e *Box 1824*, em parceria com o Google, que também revelou que entre 2014 e 2018 o consumo de vídeos na plataforma cresceu 135%, enquanto que o consumo de televisão no mesmo período teve aumento de apenas 13% (MARINHO, Maria, 2018).

O trabalho realizou ainda levantamento qualitativo em que se buscou descobrir quais as principais motivações que levam o/a brasileiro/a a consumir conteúdo em vídeo, as respostas geraram quatro grandes de motivações principais, são elas: conexão, conhecimento, entretenimento e identidade. Sobre a motivação identidade, Maria Marinho (2018) explica que “quando consomem vídeos, as pessoas também querem se reconhecer como indivíduos, encontrar grupos com que se identificam e ver o mundo à sua volta retratado em toda a sua pluralidade”.

Fábio Gomes (2005, p. 6) assinala que “cada novo meio de comunicação propicia o aparecimento de um correspondente ciclo cultural”. Mariana Silva (2017, p. 6), por sua vez,

observa que o aparecimento de novas mídias gera um cenário dinâmico que possibilita a “emergência de outros discursos” e abre espaço e voz para a diversidade de representações. Com o surgimento desses novos ambientes de fala os atores de grupos e territórios marginalizados passam a se envolver de forma direta na construção de novos imaginários e na quebra de estigmas já enraizados socialmente.

Com essa observação destaco que não só as vozes de mulheres negras foram ampliadas com todas as possibilidades de produção de conteúdo autoral que existe hoje, mas também, surgiram novas formas de manifestações de machismo, racismo, sexismo e muitas outras formas de opressão.

Renata Silva (2018) avalia que as redes digitais produzem uma validação do discurso de ódio, fazendo com que um sentimento de foro íntimo se manifeste publicamente e ainda ganhe endosso de milhares de sujeitos. Aliás, o discurso de ódio não é algo novo, mas foi potencializado em tempos de Facebook, Instagram, YouTube. Todavia a autora afiança que os meios comunicacionais por si só são ferramentas neutras, aqueles que os manipulam é que são os/as responsáveis por lhes dar sentido, vai depender do contexto e da subjetividade de quem está por trás do *login*¹¹ e senha.

Tenho plena convicção de que internet também é espaço de luta, onde os termos ocupação e apropriação não são utilizados à toa, haja vista que imagem e narrativas de mulheres negras ainda são motivos de incômodo. Um exemplo foram os ataques racistas sofridos por Ana Clara Barbosa, uma menina negra de 11 anos que possui um canal (BARBOSA, 2019) no YouTube. Dia 1º de setembro de 2017, ela postou um vídeo no estilo tutorial, um tipo de publicação comum entre as youtubers cujo objetivo é ensinar o passo a passo de algo a suas seguidoras.

A postagem de Ana Clara tem como título: *Como arrumar seu cabelo para ir para a escola* (utilize o *QR code* da Imagem 4 para acessar o conteúdo). Nela, a menina - que possui seus traços negroides bem demarcados: cabelo 4C (o tipo mais crespo), pele retinta, nariz grosso e lábios carnudos – ensinava um penteado que usava para ir à escola. É um vídeo simples tecnicamente, com produção e edição caseira de aproximadamente 11 minutos, mas que ganhou repercussão nacional pelos comentários racistas relacionados principalmente à textura de seu cabelo.

¹¹ *Login* é um termo em inglês usado no âmbito da informática, um neologismo que significa ter acesso a uma conta de e-mail, computador, celular ou outro serviço fornecido por um sistema informático (LOGIN, 2014).

Imagem 4 – *Printscreen* de vídeo de Ana Clara Barbosa



Fonte: YouTube (2019)

Na época, muitos influenciadores negros pautaram o assunto, fizeram *prints* das ofensas e publicaram em suas redes sociais, atitude que fez com o vídeo viralizasse, e com isso o racismo contra a menina se tornou notícia em alguns veículos e centenas de pessoas se contrapuseram ao ato criminoso deixando no referido vídeo comentários enaltecendo a beleza de Ana Clara.

Como resultado de toda essa história a marca de cosméticos *Salon Line*, que possui linha de produtos voltada exclusivamente para cabelos crespos e cacheados, contratou a menina como garota propaganda (Imagem 5) da linha infantil, ao perceber o potencial positivo que o acolhimento à garota podia representar para sua empresa.

Depois do episódio, Ana Clara agradeceu o apoio e permaneceu produzindo seu conteúdo no YouTube, assim como tantas outras meninas de sua idade fazem hoje em dia, mas que talvez nunca tenham de enfrentar o tipo de situação que Ana Clara vivenciou por terem o padrão aceitável. Achei importante trazer esse exemplo para reforçar que a apropriação do YouTube como espaço de fala de mulheres negras não está livre de conflitos.

Imagem 5 – Ana Clara Barbosa como garota propaganda da *Salon Line*



Fonte: Revista Donna (2018).

Aline Silva (2014, n. p.), colunista do *blogueirasnegras.org*, considera que estamos vivendo um momento histórico no qual negras estão entendendo seu lugar no mundo e que sua beleza não é apenas uma tendência de moda e também destaca a contribuição das diferentes plataformas digitais existentes: “Com o advento da internet e das redes sociais, bem como das mídias alternativas, mulheres negras têm a oportunidade de trocarem experiência, de fortalecerem umas às outras nesse movimento de retorno às suas raízes capilares”.

Um indicador importante que reforça o poder do ativismo na rede e sua influência em comportamentos fora do mundo virtual é a mudança da relação das mulheres negras com seus cabelos, usado como exemplo por ser o cabelo um dos elementos mais simbólicos de expressão da identidade negra (GOMES, Nilma, 2012).

Numa observação empírica nos ambientes que transito cotidianamente (faculdade, local de trabalho, agências bancárias, parques, etc) consigo constatar que cada vez mais mulheres negras têm decidido parar de alisar os cabelos, assumi-los e aceitá-los como belo. Essa pode ser apenas uma percepção pessoal da realidade que participo, porém pode ser que seja realmente uma tendência levando em consideração pesquisa do *Google BrandLab* (DOSSIÊ..., 2017) que revelou que o interesse por cabelos afro na plataforma de busca cresceu nada 309% nos últimos dois anos e, pela primeira vez, superou o interesse por cabelos lisos.

Em pesquisa que investigou *blogs* e canais sergipanos do YouTube que tinham como foco questões em torno do cabelo, aceitação e construção da identidade, Lídia Matos (2016, p. 845) reconhece que as discussões levantadas nos ambientes virtuais ajudam a desconstruir o ideal de identidade universal fortemente naturalizado socialmente. Além disso, constatou que

as possibilidades de interação acessível nesses espaços funcionam como “redes de solidariedade e apoio mútuo”.

É claro que conduzir uma discussão na qual se fala em mudanças culturais decorrentes do avanço da internet faz parecer que o acesso à rede já é coisa disponível a todas as pessoas, entretanto a realidade não é bem assim. De acordo com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) (2018 *apud* ROCHA, 2019), em levantamento realizado em 2018, 23% dos brasileiros nunca acessou a internet, esse percentual equivale a cerca de 48 milhões de pessoas. É muita gente off-line, todavia, a pesquisa mostra que esse número vem caindo, em 2014 era 39% de ‘sem internet’ no país.

Mesmo assim, friso que apesar de não ser uma realidade acessível a todos/as, não se pode negar que uma quantidade relevante de pessoas têm sido influenciadas por conteúdos disponíveis na rede mundial de computadores e o YouTube é uma das plataformas mais importantes e populares de disseminação de novos modelos de representação de negros e negras.

Após entender o contexto que - na minha compreensão – faz nascer o imaginário a respeito de mulheres negras e de seus lugares na sociedade e também perceber qual a relação do YouTube com a mudança de paradigmas, no próximo capítulo vamos tratar especificamente sobre os campos teóricos que fundamentam a discussão das narrativas on-line neste trabalho.

2. ESTUDOS CULTURAIS: DAS DEFINIÇÕES À PRODUÇÃO DE SENTIDOS

[...] o mundo é um lugar dinâmico, no qual o objetivo não é apenas sobreviver, ajustar-se ou ir levando; o mundo, ao contrário, é um lugar do qual devemos nos apropriar e pelo qual devemos nos responsabilizar.
(Patricia Hill Collins)

Quando se começa a trabalhar com pesquisa científica logo de cara se aprende que um mesmo tema pode ser abordado a partir de diferentes enfoques, a depender do objeto e dos objetivos, das teorias envolvidas, do tempo que se tem, enfim, uma série de fatores que influenciam como determinado fenômeno será lido. No caso das Ciências Humanas, especificamente, essa maneira de olhar está envolvida por um universo de possibilidades muitas vezes impensadas pelo/a pesquisador/a, mas sempre constatada e justificada em forma de sugestões de pesquisas posteriores nas linhas das considerações finais. Sugestões essas que nada mais são que a representação de que ainda há o que ser dito sobre aquilo, de que ainda existem outras informações que podem ser capturadas, ou ainda, que outras hipóteses podem ser testadas se a posição de quem olha se deslocar um pouquinho mais para a direita por exemplo, e isso ocorre graças a complexidade que envolve o estudo do homem como ser social.

E foi compreendendo essa liberdade limitante que parti quando me dispus a realizar uma investigação tendo o binômio raça/gênero como questões capitais. Por óbvio que não entrei nessa pensando que a execução da tarefa se daria como quem dirige uma viagem inteira por uma autoestrada em linha reta, sem obstáculos e sem outros motoristas para atrapalhar a chegada ao destino. Na verdade, poder olhar sob ângulos diferentes é uma realidade que nos impõe limites. E como isso acontece? Quase sempre, optar por um desses ângulos implica na exclusão de outro e, assim sendo, uma série de questões vão surgindo, tais como: quais os critérios utilizar para escolher aquele ponto de vista em detrimento desse? Por que dialogar com o autor X e não com o Y? Qual o espaço temporal se atentar e por quê? E por aí segue. O fato é que, a trajetória a percorrer se desenha e os limites são estabelecidos a fim de que quem está no volante não se perca.

A partir dessas considerações a conclusão a que chego é que os rumos de uma investigação são traçados pelo/a próprio/a pesquisador/a. Eu poderia abordar as vivências das mulheres negras no YouTube tendo como fio condutor quaisquer campos teóricos, os quais não estariam errados, mas, para esse trabalho as respostas das minhas perguntas direcionais

desenharam um caminho cujos paradigmas são indicados sob a perspectiva dos Estudos Culturais. Assim, nas linhas a seguir justifico o porquê foram adotados.

Achei conveniente focar a atenção para os estudos relacionados à conceituação de cultura e, a partir dela, avançar para os Estudos Culturais na tentativa de compreender possíveis ligações com a área da Comunicação e com os temas que alicerçam essa investigação. Considero que esse percurso ajuda a delimitar os conceitos que amparam essa pesquisa, assim como estimula uma compreensão macro a respeito do comportamento do ser humano diante do surgimento de novas tecnologias, permitindo chegar à realidade das mulheres que tiveram suas narrativas analisadas, que criam seus próprios conteúdos e se autorrepresentam.

A raiz da palavra cultura apresenta definição bastante simples, vem do latim *colere* que significa cultivar e está associada originalmente às atividades agrícolas (SANTOS, 2006; CUCHE, 1999 *apud* SIQUEIRA Denise; SIQUEIRA, Euller, 2007). No entanto, a despeito de seu significado original, a definição de cultura tornou-se algo de uma complexidade tamanha, capaz de gerar conceituações em diversas áreas do conhecimento.

A dinâmica do conceito de cultura revela que a compreensão do termo é um desafio. No tocante a essa problemática de se estabelecer um julgamento consensual para o termo, Santaella (2003, p. 27) afirma que não há palavra mais difícil de ser definida, “dificuldade que resulta não da falta de definições, mas do excesso”.

Foram os romanos os primeiros a ampliar o sentido do termo, empregando-o para “designar o desenvolvimento de uma faculdade humana da mesma forma como se cultivava o solo” como explicam Denise Siqueira e Euller Siqueira (2007, n. p.), tornando-se sinônimo de refinamento e educação elaborada de uma pessoa.

As discussões em torno da busca do conceito se deram com mais força no século XIX, em parte pelo fato de Europa viver no período uma fase de muitas transformações na forma do pensamento (marcado pelo rompimento com a visão estritamente religiosa da origem do homem) e em sua organização social (graças a Revolução Industrial vivida ao longo do século XVIII), como também pela expansão mundial do capitalismo, momento em que se percebeu a necessidade do estabelecimento de uma concepção mais científica do termo, com a finalidade de compreender e diferenciar as nações conquistadas (COTRIM, 1996; SANTOS, 2006).

Santos (2006) explica que muitos dos estudos sobre cultura no século XIX tinham como objetivo hierarquizar todas as culturas humanas, tanto as que já tinham sido extintas, quanto as que existiam. Para os/as estudiosos/as dessa vertente, a cultura estava relacionada à evolução social dos povos, considerando que a humanidade passava por estágios de

aprimoramento, iniciando na sua fase mais rudimentar, até chegar no ponto ideal de civilização, que tinha a Europa ocidental como referência.

Todas as sociedades humanas fariam necessariamente parte dessa escala evolutiva, dessa evolução em linha única. Assim, a diversidade de sociedades existentes no século XIX representaria estágios diferentes da evolução humana: sociedades indígenas da Amazônia poderiam ser classificadas no estágio da selvageria; reinos africanos, no estágio da barbárie. Quanto à Europa classificada no estágio da civilização, considerava-se que ela já teria passado por aqueles outros estágios. (SANTOS, 2006, p. 14)

É possível perceber o quão etnocêntrico esse pensamento se mostra, isso porque descarta as especificidades dos outros povos e coloca a Europa como marco de civilização a ser alcançado. Santos (2006) pondera que esse tipo de pensamento servia aos interesses europeus de se legitimar como dominante, frente aos demais povos.

Além dessa ideia de “oposição à selvageria”, Santos (2006, p. 35) aponta ainda outra corrente dos estudos de cultura desse período, a que define o termo como um demarcador de classe social. Dentro desse contexto, Domingues (2008a) esclarece que inicialmente a palavra era utilizada apenas referindo-se a “alta” cultura, ou seja, não havia divisão, cultura somente estava relacionada ao conhecimento erudito detido por uma pequena fatia da sociedade, as classes dominantes. A própria elite concebeu o conceito de *cultura popular*, utilizado para designar os elementos da “baixa” cultura, entendidos como inferiores, atrasados e empreendidos pela maior parte da população, as classes dominadas.

Os conceitos de *erudito* e *popular* perderam a força diante da *cultura de massa*, a qual — na avaliação de Santos (2006, p. 66) — é contemporânea ao advento dos primeiros meios de comunicação como o cinema, o rádio e a televisão e surgiu também a partir de uma concepção elitista,

[...] onde as instituições dominantes têm de prover e até mesmo criar as necessidades de multidões e de seus participantes anônimos, da mesma forma que desenvolvem mecanismos eficazes para controlar essas massas humanas, fazê-las produzir, consumir e se conformar com seus destinos e sonhos.

A esse respeito, Rúbia Figueiredo (2008, p. 42) considera a cultura de massa “como ponto de intersecção entre a erudita e a popular”, por estar associada a elementos “consumidos” por grande parte da sociedade e de diferentes classes. Vargas (2004, p. 1) explica que esse aspecto é proveniente de algo que ele denomina como “lógica mercantil do capitalismo”, que é consubstanciada nos preceitos da Indústria Cultural, a qual atribui às

relações sociais novas nuances, incisivas para a formação de uma sociedade na qual a cultura passa a ser assimilada como produto.

Canclini (2006) contrapõe essa subdivisão em camadas: erudita, popular e massiva, apresentado a concepção de *cultura híbrida*. Zilá Bernd (2005), fazendo referência a Bakhtin (1978), define híbrido como pontos de vista que não se misturam, mas se cruzam dialogicamente.

Assim, a cultura híbrida proposta por Canclini (2006) demonstra que em vez de serem categorizados, os elementos culturais devem ser analisados em um universo integrado. Podendo fazer parte de contextos sociais díspares sem perder sua essência caracterizadora.

Para a Antropologia, cultura é tida como uma aquisição, Laraia (2006, p. 25) explica que nesse sentido, é um “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Santos (2006) corrobora salientando que não há um indivíduo sequer desprovido de cultura. Ela é o processo de interação entre os membros de uma sociedade, é o que os torna pares. E esse processo, segundo o autor, está ligado à maneira de organização social; ao autoconhecimento de cada membro sobre essa organização; como também à transmissão dessa organização para as gerações vindouras.

Para este trabalho, a noção de cultura utilizada como fundamento vem dos Estudos Culturais. Ressalto que essa delimitação se faz necessária apenas para fins didáticos, haja vista que, conforme defende Johnson (1986, p. 19), todas as disciplinas que tentem traçar uma conceituação de cultura revelarão apenas “um pequeno aspecto”. Assim, são estratégias particulares de definição, por meio das quais revisam as abordagens já existentes, identificam os objetos característicos e delimitam a abrangência e os limites.

Norma Schulman (1999) explica que os Estudos Culturais surgiram no final dos anos 1950 como uma crítica à divisão classista que se fazia sobre cultura, a qual já mencionei anteriormente, por meio da qual os artefatos culturais das classes populares eram desprestigiados. Segundo Mattelart e Neveu (2004), o trabalho que abriu os horizontes das Ciências Sociais para essa abordagem foi o livro de Richard Hoggart (1957), *The Uses of Literacy: Aspects of working-class life with special reference to publications and entertainments*. Na referida obra, Hoggart estuda a influência da cultura difundida em meio a classe operária pelos meios de comunicação da época. Mattelart e Neveu (2004) assentem que

o livro marca o início do campo dos Estudos Culturais e assinalam como Hoggart abordou a “cultura do pobre”¹²:

Depois de haver descrito com muita fineza etnográfica a paisagem cotidiana da vida popular, o professor de literatura inglesa analisa como as publicações destinadas a esse público se integram a esse contexto. A ideia central que ele desenvolve é que tendemos a superestimar a influência dos produtos da indústria cultural sobre as classes populares (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 42).

A partir deste trecho, é possível perceber mais nitidamente que os Estudos Culturais surgiram com a proposta de registrar e evidenciar as formas de produção de cultura das classes populares e também questionar a influência dos meios de comunicação de massa sobre os indivíduos, por isso, muitos estudos dessa fase inicial estavam relacionados à recepção dos *media*.

Além de Hoggart (1957 *apud* MATTELART; NEVEU, 2004), outros dois autores são considerados “pais” dos Estudos Culturais. Raymond Williams e Edward. P. Thompson. Nosso objetivo não é fazer o levantamento histórico sobre os Estudos Culturais, todavia não posso deixar de mencionar que os textos desses dois últimos também foram referências na disseminação das ideias.

Até porque, assim como Maria Baptista (2009, p. 455) demarca, a institucionalização dessa vertente se deu a partir deles, no ano de 1964, com a criação do *Center of Contemporary Cultural Studies* (CCCS), na Universidade de Birmingham, Inglaterra. Tal modo de fazer científico, inglês de nascimento, ganhou o mundo, tornando-se não apenas uma disciplina, e sim um ‘campo gravitacional’, no qual orbitam intelectuais de diferentes áreas, os quais têm em comum o interesse em revelar “os discursos marginais, não-oficiais, ou daqueles que propriamente não têm voz”.

Como falei anteriormente, escolhi os Estudos Culturais como fundamento teórico, por isso, no próximo tópico faço a elucidação do seu objeto característico, dos modelos de pesquisa abraçados por eles e de como ambos contribuem para compreensão das narrativas de mulheres negras no YouTube.

¹² O termo faz referência ao título do livro quando foi traduzido para o francês “La culture du Pavure” - A cultura do pobre, em português (MATTELART; NEVEU, 2004).

2.1 Possibilidades de Pesquisa nos Estudos Culturais

Se sopesarmos genericamente teremos que estudos da cultura representa apenas uma locução adjetiva¹³ de estudos culturais e, por conta disso, não haveria motivos para uma individuação dos termos. Seguindo esse raciocínio, Janotti Junior e Itania Gomes (2011, p. 7) na apresentação de compêndio que trata de comunicação e Estudos Culturais lançam a seguinte anedota: “um antropólogo perguntou a um ‘culturalista’: ‘se o que você faz são estudos culturais, como se chama então o que eu vinha fazendo até hoje?’”.

Com isso, reforço a complexidade do conceito e friso que os estudos da cultura têm tradições já consolidadas, enquanto os Estudos Culturais ainda se encontram em fase de consolidação. Por isso, considero relevante delimitar quais os artefatos culturais abrangidos por esses últimos.

A julgar pela interdisciplinaridade dos Estudos Culturais, Johnson (1986) avalia que elaborar uma definição do que seria esse campo, poderia se configurar em exercício que reduziria sua importância, no entanto, o autor também considera que as definições são importantes para que não se perca de vista o porquê de ele ser tão necessário para a evolução do pensamento científico. A partir dessa convicção é imprescindível entender que os conceitos são construídos por meio “sinalizadores de novas transformações” (JOHNSON, 1986, p. 19). Para o termo em debate se utilizou de duas questões-chaves para alcançar conceituação que correspondesse a sua complexidade, quais sejam: “qual o objeto característico dos Estudos Culturais? Os estudos culturais dizem respeito a quê?” (JOHNSON, 1986, p. 24).

E são as argumentações do autor ao se deparar com esses questionamentos que explicam porque considerei os Estudos Culturais como marco teórico para essa investigação. Ao responder suas próprias questões, Johnson (1986) erige seus fundamentos a partir de dois termos-chave, os quais ele toma como problemas centrais: a consciência e a subjetividade.

Para mim, os Estudos Culturais dizem respeito às formas teóricas da consciência ou da subjetividade, ou às formas subjetivas pelas quais nós vivemos ou, ainda em uma síntese bastante perigosa, talvez uma redução, os Estudos Culturais dizem respeito ao lado subjetivo das relações sociais (JOHNSON, 1986, p. 25).

¹³ A **locução adjetiva** é uma expressão que tem valor de adjetivo (caracterização do substantivo) e é representada por mais de uma palavra. Em geral, ela é formada por preposição. Ex.: ondas do mar = ondas marítimas (OTSUKA, 2014).

A respeito do objeto característico, Johnson (1986, p. 24) se recusa a utilizar o termo cultura, haja vista que para ele “não existe nenhuma solução para essa polissemia” e, em vez disso, anui ser a subjetividade o objeto da análise nos Estudos Culturais.

Sendo subjetividade entendida como gatilho de elementos que nos mobilizam a fazer coisas ou tomar certas atitudes sem que tenhamos a consciência das suas motivações, é ela que nos nutre de atributos que nos levam a conferir valores e referências ligadas tanto a nossa vida estética, aquela que pode ser percebida pelos outros, quanto a nossa vida emocional.

Dessa forma, os Estudos Culturais estão preocupados com as formas subjetivas (linguagem, signos, discursos, ideologias, entre outros) que compõem uma sociedade, que devem ser analisadas a partir dos seguintes eixos: da sua natureza histórica, que dão a noção de porque elas são como são, e do ponto de vista de suas pressões e tendências, que remete aos motivos de transformação (JOHNSON, 1986).

Após toda essa construção reflexiva na tentativa de diferenciar os Estudos Culturais das demais formas de abordagens teóricas, Johnson (1986) chega à conclusão que ainda está amplo demais e, como forma de dar um direcionamento à questão, promovendo sua inteligibilidade, aponta que existem três modelos principais que direcionam as pesquisas desse campo.

O primeiro deles são os estudos baseados na produção, que estão relacionados aos meios de produção cultural e podem tanto abordar as formas de controle dos mais poderosos, quanto os meios alternativos de oposição ao que é hegemônico. O segundo modelo são os estudos baseados no texto, focados nas formas dos produtos culturais, levando o entendimento de que podem ser “lidos” por aqueles que estão expostos a eles. O terceiro modelo é o que mais se adequa à finalidade deste trabalho, são os estudos baseados nas culturas de vidas:

A pesquisa das culturas de vida tem estado estreitamente associada com uma política de “representação”, apoiando as formas vividas dos grupos sociais subordinados e criticando as formas públicas dominantes à luz de sabedorias ocultas. Este trabalho pode, inclusive, aspirar a contribuir para tornar hegemônico culturas que são comumente privatizadas, estigmatizadas ou silenciadas (JOHNSON, 1986, p. 105).

A partir desse ponto de vista, assinalo que essa pesquisa se configura como uma pesquisa de culturas de vida no campo dos Estudos Culturais porque minha proposta foi averiguar como a presença de mulheres negras na plataforma YouTube trouxe à tona questões não exploradas nos meios de comunicação tradicionais, por serem enfiamentos de um grupo considerado socialmente inferior e de que forma isso tem ressoado nas estruturas já estabelecidas.

Essa perspectiva oferece uma abordagem da comunicação a partir da cultura que se mostra bastante pertinente, haja vista que considera que artefatos culturais (tais como imagens, manifestações religiosas, reportagens, etc) educam as pessoas, produzindo novos modos de pensar e fazer (KRUSE, Maria *et al.*, 2018). Outro aspecto dos Estudos Culturais que justifica sua relação com este trabalho, é o fato que:

permitem o rompimento com as metanarrativas da modernidade (das elites, dos vencedores, da família modelo, das grandes obras, entre outros) e com as certezas impostas como verdades pelo paradigma positivista. Na perspectiva dos Estudos Culturais, as verdades, percebidas como construções históricas, são colocadas sob suspeita (KRUSE, Maria *et al.*, 2018, p. 2).

Além disso, Johnson (1986) aponta que na perspectiva dos Estudos Culturais, a cultura se perfaz de duas formas: formas públicas e formas privadas. Sendo que as primeiras são mais abstratas, possuem uma abrangência e almejam à universalidade, já as segundas estão relacionadas ao individual ou pessoal, mas podem também estar relacionadas às vivências de categorias sociais particulares. Olhando para o nosso recorte, as histórias de vida podem ser entendidas como forma privada de cultura dessa investigação que são utilizadas como forma de autoafirmação frente a um modelo considerado padrão (forma pública).

Superadas as argumentações sobre conceito, objetivos e objetos dos Estudos Culturais, no próximo tópico me dedico a demonstrar como os meios de comunicação contribuíram para construções sociais relacionadas ao binômio gênero/raça e como isso é contemplado no campo teórico dos Estudos Culturais.

2.2 Aproximações entre Comunicação, Estudos Culturais e Estudos de Gênero e Raça

Os Estudos Culturais se configuram como principal suporte teórico deste trabalho porque os artefatos culturais que analisei são produzidos por um grupo socialmente subalternizado e também porque os estudiosos desse campo compreendem que os meios de comunicação funcionam como produtores e reforçadores de uma cultura homogeneizante, que desconsidera especificidades de seus interlocutores. Dentro desse espectro discorro de maneira breve, sobre a relação dos Estudos Culturais com os estudos de gênero e raça e ainda como tal relação está vinculada à mídia.

Tanto o feminismo quanto as questões raciais impulsionaram interrupções no desenvolvimento dos Estudos Culturais. Hall (2013) esclarece que isso significa que ambas as temáticas provocaram uma nova maneira de pensar teoricamente o campo, exigindo que

novas ideias passassem a ser consideradas. Inicialmente, os estudos do CCCS balizavam-se no entendimento que os processos de construção de identidade se restringiam a questões relacionadas à cultura de classes, fazendo com que a percepção de cultura e grupo marginalizado não contemplasse outras intersecções. O autor assevera ainda que tais rupturas demonstram que as teorias podem evoluir por meio da influência de movimentos da vida prática.

Segundo Hall (2006), esses desdobramentos são possíveis porque o sujeito da pós-modernidade possui identidade instável, assim fazer referência a uma identidade única para defini-lo é incorrer em argumentações equivocadas ou ultrapassadas. O autor justifica esse posicionamento apontando que todos os avanços sociais, teóricos e tecnológicos ocorridos a partir da segunda metade do século XX propiciaram o “descentramento do sujeito cartesiano”. Esse descentramento pode ser entendido mais facilmente na comparação feita com o “sujeito do Iluminismo”, o qual era “visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno” (HALL, 2006).

O autor avalia que a descentralização a que se refere só foi possível graças a cinco grandes avanços¹⁴ pelos quais a sociedade pós-moderna passou. O surgimento do movimento feminista aparece entre eles. Hall (2006) afirma que o feminismo foi um dos mais importantes movimentos sociais que emergiram entre os anos 1960 e 1970. A esse respeito, esclarece que à época cada movimento pedia para causas específicas, entretanto, na sua opinião, o feminismo foi um dos que mais impactou as estruturas do sujeito cartesiano.

Com o slogan *O pessoal é político*, a luta feminista trouxe à tona para o debate público questões que até aquele momento eram cristalizadas e tidas como privadas, tais como família, sexualidade, divisão do trabalho doméstico, cuidado de filhos/as, entre outras. O barulho promovido por esse movimento foi capaz de desestabilizar composições que há muito alicerçavam a sociedade, introduziu mulheres em espaços da vida pública que jamais se cogitara e serviu de pontapé inicial para as discussões acerca das identidades sexuais e de gênero (HALL, 2006).

Os Estudos Culturais nascem lançando um olhar crítico para os meios de comunicação e suas formas de representação da cultura de grupos marginalizados. E é esse aspecto, aliado à proposta de alargamento conceitual que os estudos feministas traziam que, segundo Repoll

¹⁴ São eles: as reinterpretações do pensamento marxista; a descoberta do inconsciente por Freud; as investigações da linguística estrutural que considerou a língua como um sistema social e não individual; os escritos de Foucault que falam sobre poder disciplinar e; o feminismo (HALL, 2006).

(2010 *apud* TOMAZETTI; MARCONI, 2017, p. 570), ajuda a aproximar os campos, dado que

A revolução que a teoria feminista causa no CCCS na década de 1970 tem uma relação direta com o enfoque de pesquisa das audiências femininas nos meios de comunicação e das subculturas orquestradas neste contato. É válido ressaltar que as concepções do feminismo na época eram veementes quanto à estruturação das relações de poder entre os sexos como mecanismos de dominação e, assim, os produtos da cultura de massa incluíam-se, nesse prisma, como mantenedores das amarras de subordinação.

Essa aproximação não aconteceu sem conflitos. Em artigo sobre a contribuição do olhar feminista para os Estudos Culturais, Ana Escosteguy (1998) revela que o impacto foi tanto que, instigadas pelo *Women's Liberation Movement*¹⁵ (coletivo de mulheres que surgiu no final da década de 1960 que lutava pela emancipação política, econômica e psicológica), as estudiosas que faziam parte do CCCS passaram a questionar sua posição dentro do centro, chegando ao ponto de propor a criação de um grupo de estudo composto somente por mulheres. A ideia foi acolhida, apesar das contestações veementes dos membros do sexo masculino, isso porque acreditavam não existir a necessidade de se criar um desdobramento específico dentro do centro para tratar de questões dessa natureza.

Hall (2013) reconhece que esse embate aconteceu porque as ideias defendidas pelo feminismo por vezes estiveram em conflito com o que chamou de natureza sexuada do poder, que - até ser confrontado - o autor disse nem saber que carregava consigo.

Abríamos a porta aos estudos feministas, como bons homens transformados. E, mesmo assim, quando o feminismo arrombou a janela, todas as resistências, por mais insuspeitas que fossem, vieram à tona – o poder patriarcal plenamente instalado, que acreditara ter-se desautorizado a si próprio (HALL, 2013, p. 231).

O resultado desse espaço conquistado foi o lançamento do *Women take issue*, considerada uma das primeiras produções intelectuais do feminismo. O volume divulgava o resultado de trabalhos desenvolvidos pelo grupo, relacionados à condição de subordinação da mulher. As pesquisas apontaram o novo olhar que o CCCS precisava ter para os fenômenos sociais e reforçou a posição crítica dos Estudos Culturais em relação a mídia e suas formas de representação, haja vista que grande parte dos trabalhos se debruçaram em examinar as imagens das mulheres nos meios massivos (ESCOSTEGUY, Ana, 1998).

¹⁵ Em português pode ser traduzido como Movimento de Libertação das Mulheres.

Tomazetti e Marconi (2017) lembram que foi nesse período e por causa das demandas apresentadas pelo movimento feminista que se começou a refletir o conceito de gênero, consolidado mais tarde nas décadas 1980 e 1990. A evolução de pensamento levou os Estudos Culturais a aceitarem as tensões relacionadas às diferenças sexuais como variáveis na formação de estruturas culturais fundamentais e – por consequência – na construção de identidades.

Uma segunda produção sobre a intersecção feminismo/Estudos Culturais foi publicada já em 1991 e, segundo Ana Escosteguy (1998), demonstrando que aqueles atritos iniciais haviam sido superados pelo campo.

O olhar feminista desafiou os estudos dos meios que até então vinham sendo feitos onde apenas se valorizava programas noticiosos e de caráter político e público, incluindo, então, análises sobre telenovelas e outros gêneros considerados mais 'femininos'. A família foi identificada como um importante espaço de apropriação de produtos culturais, abrindo caminho para investigações inovadoras sobre as conexões entre vida privada e pública (ESCOSTEGUY, Ana, 1998, p. 7).

Em outro artigo que também trata da relação estudos feministas / Estudos Culturais, Ana Escosteguy (2016) explicou que à medida em que o pensamento feminista evoluía os Estudos Culturais também eram impactados. As superações relacionadas ao universalismo da mulher dentro do pensamento feminista, por exemplo, que aconteceram principalmente nas décadas de 1980 e 1990 ocasionadas principalmente pelas reivindicações de intelectuais negras, também chegaram aos Estudos Culturais. Ela destaca que a progresso dessa relação trouxe para o CCCS a vocação para uma crítica feminista de mídia, que se caracteriza por uma análise sobre as mulheres e a mídia, partindo de uma ótica de gênero e da teoria feminista.

Além disso, os Estudos Culturais passam a trabalhar as questões de identidade do sujeito, levando em consideração não mais só a classe social, mas também gênero, raça, etnia, geração e orientação sexual. Essa ampliação no entendimento da constituição identitária, fez aumentar a possibilidade temática a ser considerada como objeto de investigação do campo e ainda contribuiu para a expansão da crítica feminista de mídia.

Por exemplo, o interesse pela ficção romântica, pelo melodrama e pelas *soap operas*, considerados dentro do escopo de *gêneros femininos*, estruturas narrativas que atendem prioritariamente a um público-alvo feminino; e o foco no prazer decorrente do consumo desses mesmos produtos, compreendendo-os tanto como fonte de ideologia como de resistência (ESCOSTEGUY, Ana, 2016, p. 67).

Ao mesmo tempo que as questões de gênero se firmaram como propulsoras de mudanças na forma de ver o mundo pelos Estudos Culturais, as questões de raça e etnia também são consideradas por Hall como uma outra ruptura no campo, os quais trouxeram novos elementos para as proposições a respeito da formação de identidades.

De acordo com Hall (2005), quando surgiram os Estudos Culturais, logo no começo dos anos 1960, as questões étnico-raciais não se configuravam como uma preocupação epistemológica, na verdade eram encaradas como assuntos relacionados ao passado, que não justificavam uma abordagem contemporânea à época. Todavia tornariam-se um dos motes principais do referido campo teórico graças as implicações sociais causadas pelas migrações que se sucederam por volta de 1950 e 1960, do Caribe e do continente asiático para a Inglaterra, assim como pela consolidação de comunidades negras na Grã-Bretanha, que trouxeram para o CCCS a necessidade de compreender seus efeitos haja vista que era uma realidade vivenciada em diversos países.

No ponto de vista de Hall (2013, p. 76-77), raça e etnia não são sinônimos. Grosso modo o autor considera raça como “categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão”, que se baseia em diferenças biológicas e genéticas. Já etnia está relacionada a “um discurso em que a diferença se funda sob características culturais e religiosas”.

É importante ressaltar que os conceitos não foram trabalhados isoladamente por Hall (2005). Como os compreendia como construções sociais, se engajou em estudá-los relacionando-os com cultura e com a comunicação, isso porque percebeu que o modo como as experiências negras eram retratadas nos processos culturais e na mídia era imbricado pelo que o autor nomeou de “racismo cultural” (HALL, 2005, p. 5).

Nessa perspectiva, o racismo não mais se manifestava por meio de argumentações em torno da biologia ou da genética, que supunham que negros/as eram inferiores por condições de ordem natural ou por definição hereditária, nesse período ele se revelava na aversão às diferenças nos modos de vida, de crenças e tradições desses povos em relação àquilo que era considerado civilizado.

Ao se voltarem para as questões de raça e etnia, os Estudos Culturais ganham novo fôlego, haja vista que passam a lidar com novas formas de representações e artefatos culturais até então não contemplados pela academia.

Neste contexto, os intelectuais do campo passam a se dedicar à compreensão de como os meios de comunicação absorviam e difundiam essas expressões de cultura racializadas no

âmbito da Inglaterra, local de onde emanavam as referências do campo, levando Hall à seguinte constatação:

Fomos alertados para a natureza da estereotipia racial, para a imagem negativa de raça e etnicidade na mídia, para a ausência de relatos sobre a experiência negra como parte central da história inglesa, para a repetição na mídia de uma forma simplificada e truncada de representar a história, a vida e a cultura negra (HALL, 2005, p. 6).

À medida que os estudos sobre as questões raciais evoluíam no campo dos Estudos Culturais, mais se fortalecia a noção de que as constituições dos discursos de representação estabelecidos socialmente são mediados pela mídia, que não apenas distorce a realidade, mas participa da formação dos padrões.

Neste sentido, uma contribuição importante do pensamento de Hall para o estudo das identidades negras é desnaturalizar e historicizar o conceito de raça, entendendo-o como uma categoria produzida social e culturalmente, em momentos históricos específicos e de acordo com as lutas políticas encetadas pelos diferentes movimentos sociais (ZUBARAN, Maria; WORTMANN, Maria; KIRCHOF, 2016, p. 24-25).

Ao defender que as identidades não são fixas, Hall (2013) aponta caminho para o entendimento de que isso é sintoma de uma concepção não-essencialista de cultura. Ora pois, se diz que são os processos culturais que regem a construção identitária e que essas identidades são mutáveis, logo é possível entender que aqueles não são pressupostos universais. É a compreensão desse poder de constituir sujeitos que torna produção o consumo dos sistemas culturais alvo de disputas de poder e de regulação (ZUBARAN, Maria; WORTMANN, Maria; KIRCHOF, 2016).

A partir dessa concepção de cultura e identidade que caracterizam os Estudos Culturais, Hall desenvolveu um esquema para análise dos fenômenos culturais conhecido como *circuito da cultura*,

[...] o qual abrange desde a *produção* até a *representação* dos significados culturais, a constituição das *identidades* a partir desses significados, o *consumo* e a *regulação* da vida cultural na modernidade (ZUBARAN, Maria; WORTMANN, Maria; KIRCHOF, 2016, p. 15, grifo dos autores).

Ainda segundo Maria Zubaram, Maria Wortmann e Kirchof (2016), no circuito da cultura os conceitos de representação e de identidade são os mais utilizados nas discussões sobre questões étnico-raciais, não por acaso são os que norteiam a presente pesquisa.

Hall (2005) assinala que o modo que os Estudos Culturais estudam as representações midiáticas de raça, etnicidade e racismo foram mudando. Por exemplo, inicialmente as pesquisas se interessavam pela precisão das representações, na tentativa de compreender se havia conexões entre o que era veiculado e o que se tinha no ‘mundo real’. Mas, com o aprofundamento cada vez maior nessas questões, passou-se a indagar sobre a responsabilidade da mídia na produção dos padrões. E a partir dessa ótica, os Estudos Culturais passam a dar atenção às distorções e às simplificações da experiência cultural negra, e mais ainda, às ausências, buscando a compreensão não só daquilo que se dizia sobre raça, mas também dos silêncios, do que não era falado e quais as intenções e efeitos disso.

O que precisava da nossa atenção era o que estava invisível, o que não se podia enquadrar, o que aparentemente era impossível de ser dito. Se você quer perguntar “o que a análise de conteúdo lhe pode ensinar?”, bem, uma das perguntas que você tem que fazer é: “e aquelas pessoas que aparentam não ter conteúdo nenhum – que são puramente forma, simplesmente, forma puramente invisível?” (HALL, 2005, p. 7).

Para o autor, a partir dessas disposições de entender o que não está aparente é que se percebeu as lógicas do racismo. Hall (2005) afirma que o racismo provoca prejuízos sociais por meio do deslocamento - quando tira a culpa do/a agressor/a e a transfere para a vítima, da negação, da capacidade de dar tratamento superficial a questões importantes e do enquadramento limitado de uma cultura.

Hall (2005) avalia que o racismo é um “sistema profundo de defesa”:

Toda essa energia e trabalho simbólico e narrativo destinam-se a nos segurar “aqui” e a eles “lá”, a fixar cada um no lugar que lhe é designado enquanto espécie. É uma maneira de demarcar como nossas histórias de fato se entrelaçam e se interpenetram profundamente; como é necessário “o Outro” para nosso próprio senso de identidade; como até o poder dominante, colonizador, imperialista só sabe quem e o que é e só pode sentir o prazer do seu poder de dominação na e através da construção do Outro (HALL, 2005, p. 8).

Em uma sociedade racializada, os efeitos do racismo são decisivos não só na constituição das identidades dos sujeitos passivos, mas também na dos que estão na condição ativa. Hall (2005) frisa que a perspectiva dos Estudos Culturais é que o racismo é sintoma de um medo interno da convivência com as diferenças, de se perder o poder. O autor ainda ressalta a importância de levar esse debate para a academia:

[...] estou convencido de que nenhum intelectual que se gaba de si mesmo e nenhuma Universidade que queira manter a cabeça erguida perante o século

vinte e um pode se dar ao luxo de olhar imparcialmente os problemas raciais e étnicos que assolam nosso mundo (HALL, 2005, p.11).

Creio que essas palavras de Hall (2005) e as demais argumentações feitas nesse tópico são capazes de esclarecer a relação entre os Estudos Culturais e minha investigação. O foco são mulheres negras que ocupam espaços de mídia falando de suas vivências culturais e de suas percepções sobre as representações de si apresentadas na sociedade e nos meios de comunicação tradicionais. Estou certa de que as discussões que promovo estão inseridas no prisma dos Estudos Culturais e colocam em evidência o avanço das discussões sobre questões de gênero e raça. O modo como essas questões foram e são construídas ao longo do tempo contribuem para a constituição da autorrepresentação e das identidades de mulheres negras, inclusive por meio de narrativas das youtubers analisadas nesta pesquisa.

A seguir, abordo o método que dá suporte a esta investigação: a netnografia. Escolhida porque, conforme ilustra Johnson (1986), a tendência quando se trabalha com a perspectiva dos Estudos Culturais é a utilização da etnografia como método de investigação, todavia, como meu trabalho é sobre narrativas colhidas no campo virtual, a netnografia surge como alternativa ao modelo de etnografia clássico da Antropologia, a fim de dar conta das novas formas de convivência social que se consolidaram com as TIC.

3. NETNOGRAFIA: UMA ETNOGRAFIA ON-LINE

Acadêmicas e profissionais negras não podem se dar ao luxo de ignorar as dificuldades de nossas irmãs que estão familiarizadas com a opressão de um modo que muitas de nós não estamos. O processo de empoderamento não pode ser definido de forma simplista de acordo com os interesses específicos da nossa própria classe. Precisamos aprender a ergue-nos [umas às outras] enquanto subimos.
(Angela Davis)

Opto pela netnografia, também chamada de etnografia virtual, como parte da metodologia desse trabalho porque a pesquisa visa a compreensão de manifestações que se dão no ambiente virtual. Os estudos do antropólogo canadense Kozinets (2014) conduziram o percurso metodológico que auxilia na resposta da questão norteadora dessa pesquisa. Em sua obra, *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica on-line*, apresenta conceitos e procedimentos relacionados à Comunicação Mediada por Computador (CMC) que se adequam aos nossos objetivos. Além disso, suas argumentações tornam possíveis a compreensão da importância de estudos como este:

Estudos on-line de comunidades tomam um determinado fenômeno social ou comunal como sua área focal de interesse e depois estendem isso, argumentando ou presumindo que, por meio do estudo da comunidade on-line, algo significativo pode ser aprendido sobre a comunidade ou cultura focal mais ampla, e depois generalizado para o todo (KOZINETS, 2014, p. 65).

A netnografia adapta procedimentos comuns da etnografia às demandas específicas da interação social mediada por computador e acrescentaria também por celulares. Por isso, antes de discorrer com mais detalhes sobre a netnografia, considero relevante primeiramente fazer as devidas ponderações a respeito do procedimento que inspirou sua origem: a etnografia.

A etnografia é um método próprio da Antropologia que surgiu no século XX o qual, segundo Urpi Uriarte (2012, p. 2), marcou sobremaneira a disciplina e ganhou prestígio entre o meio. Tanto que os próprios antropólogos passaram a se definir por ele: “quando perguntados que diferencia [sic] há entre a Antropologia e outras ciências como a sociologia, a resposta imediata é o método”. A autora salienta que antes do método etnográfico, os estudos antropológicos eram totalmente etnocêntricos¹⁶, isso porque as investigações se

¹⁶ **Etnocentrismo** é um conceito antropológico usado para definir a tendência social em o homem vê o mundo apenas por meio de sua própria cultura e considera o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural (LARAIA, 2006).

davam direto dos gabinetes. Os antropólogos faziam suas análises dos povos ditos ‘primitivos’, tendo como base os relatos dos viajantes, dos missionários a respeito das expedições. A dedução e a especulação eram os procedimentos cognitivos próprios dessa fase da Antropologia.

O panorama começa a mudar quando, no final do século XIX, os antropólogos passam a integrar as expedições científicas que se tornaram freqüentes [sic] na segunda metade desse século. Pela primeira vez, vêem [sic] os “índios”, nem que seja por pouco tempo, nas paradas rápidas das expedições, e nem que seja sem poder falar com eles, devido ao desconhecimento das línguas nativas (URIARTE, Urpi, 2012, p. 3).

Devido a essa saída dos gabinetes que a partir do século XX a Antropologia passa a se dedicar à compreensão do outro, fazendo com que a etnografia despontasse como método-chave para os estudos das sociedades humanas desconhecidas ou isoladas, cuja essência é o ‘mergulho profundo’ na rotina daqueles a quem se quer conhecer (URIARTE, 2012).

Ana Luiza Rocha e Cornelia Eckert (2008) concordam e destacam ainda que os dados advindos da pesquisa antropológica pelos métodos etnográficos são frutos dessa inter-relação entre pesquisador/a e sujeitos pesquisados/as. A etnografia não é um procedimento homogêneo, mas sim, um conjunto deles, por meio dos quais se torna possível a interpretação das culturas analisadas. A interação entre os/as envolvidos/as se dá por técnicas como, por exemplo, observação, entrevistas, conversas informais, que juntas são compõem o corpo da pesquisa etnográfica.

Apesar da sua reconhecida importância no meio científico, com os processos de globalização e a – cada vez mais rápida - evolução tecnológica em geral e, mais especificamente dos meios de comunicação, a antropologia e seu método constitutivo estão sendo demandados à interpretação de fenômenos que desafiam os moldes clássicos de pesquisa. Sandra Silva (2016) revela que tais transformações sociais provocaram uma “crise de representação” na etnografia. Com o avanço das cidades, aos poucos ocorreu o desaparecimento das sociedades ditas primitivas, fazendo com que a partir dos anos 1930 ocorresse um deslocamento do campo que passou a ter o contexto urbano como ambiente de interesse e as “sociedades complexas” como objeto (SILVA, Sandra, 2016, p. 53).

Eunice Durham (1986) admite que esse novo lugar em que chegou a Antropologia popularizou a disciplina. O interesse pelas produções da área passou a ter boa receptividade não só entre público especializado e isso começou a ocorrer graças a diversidade de temas cuja abordagem seja referente a assuntos de interesse “geral e imediato”.

[...] não apenas os costumes exóticos das tribos indígenas (embora esses também constituam uma leitura fascinante), mas muito do que é cotidiano e familiar em nossa sociedade urbana ou que constitui reminiscência de um passado recente: os hábitos e valores dos moradores de Copacabana tanto quanto o modo de vida dos bairros da periferia, das favelas e da população caipira; a umbanda e o pentecostalismo ao lado do catolicismo tradicional e das comunidades de base da Igreja Renovada; a família operária e das camadas médias; os movimentos sociais urbanos e as formas de Lazer popular; o feminismo e a sexualidade (DURHAM, 1986, p. 17).

Nessa nova fase não há mais o estranhamento entre pesquisador/a e pesquisado/a, característico no contato com os povos selvagens, pelo contrário o que existe é um atravessamento entre ambos tornando todos nativos, chegando ao ponto de se considerar que os antropólogos passaram a fazer etnografias de si mesmo, conforme observou Eunice Durham (1986).

E como consequência, essas aproximações impulsionaram o uso crescente de histórias de vida, biografias e trajetórias individuais (VELHO, 2003 *apud* SILVA, Sandra, 2016). Sandra Silva (2016) aponta outra consequência singular para a Antropologia desses novos tempos, decorrente do avanço das mídias e que se configura como marco primordial para o cruzamento com o meu trabalho: a redefinição do conceito de campo.

Nos estudos etnográficos clássicos a pesquisa de campo era o distintivo principal do método, pois demandava a presença física do/a pesquisador/a no local onde aconteciam os fenômenos sociais. Nas concepções antropológicas contemporâneas, por sua vez, a noção de “estar lá” não representa mais uma necessidade absoluta. Isso em razão de esse “lá” não representar mais um espaço delimitável (SILVA, Sandra, 2016).

Em tempos de comunidades virtuais as práticas culturais não se restringem mais um local físico e fixo, essa relação entre lugar, pessoas e culturas é flutuante. Além disso, o sujeito da contemporaneidade também não é homogêneo (se é que já foi em algum momento histórico), nem fixo em um só lugar, atualmente as diferentes esferas sociais pelas quais os indivíduos transitam, tanto no mundo real quanto no virtual, influenciam na forma como se relacionam e como pensam os processos culturais que os envolvem.

As transformações sociais estão acontecendo demandando dos/as pesquisadores/as dessa área a reconfiguração mais frequente de suas estratégias de análise e, de acordo Laura Gomes (2016b), no século XXI o quadro tem mudado não só mais rapidamente, mas também com consequências mais intensas.

O resultado é que em cerca de duas décadas houve uma grande transformação que modificou a nossa relação com o tempo, espaço e também com o trabalho, com a vida – tanto pública quanto privada, dentre

outras mudanças que ainda se encontram em curso (GOMES, Laura, 2016b, p. 72).

E é dentro desse contexto que surge o método netnográfico, como uma estratégia de etnografia que contribua para a compreensão desse novo universo proporcionado por um conjunto de fatores que a ampliação da rede mundial de computadores tem possibilitado, quais sejam: chegada da banda larga, que fez o acesso à internet mais veloz, o progresso na área de informática e a chegada da nanotecnologia, além do desenvolvimento das tecnologias digitais móveis (celulares, tablets), as quais tornaram possível uma conectividade sem interrupções (GOMES, Laura, 2016b).

3.1 A Análise de Fenômenos Sociais On-line

Esse cenário propiciou o aparecimento da série de plataformas, comunidades com características sociais similares as de grupos estudados no off-line. Segundo Flávia Santos e Suely Gomes (2013), pesquisadores/as que se dedicam a estudos sobre essa socialização nos espaços virtuais, apesar de serem cada vez mais comuns, ainda encontram dificuldades na definição de um método que se adeque às especificidades do ambiente e dos problemas a serem averiguados e consigam aferir dados que permitam a “compreensão das dinâmicas sociais” típicas desse meio.

As autoras perceberam que essas relações mediadas pelas tecnologias digitais têm gerado investigações em diferentes áreas do conhecimento (Comunicação, Educação, Administração, Psicologia, entre outros), entretanto, na maioria a abordagem qualitativa e exploratória é a escolhida. E, entre as diferentes possibilidades desse tipo de abordagem, a etnografia tem despontado como o método mais “promissor” para os estudos de cibercultura.

Mas, apesar de parecidas, as estruturas sociais construídas no on-line são diferentes das estabelecidas off-line e, por isso, mesmo que os estudos relacionados às primeiras utilizem a etnografia como forma de interpretação dos fenômenos, não o fará sem as devidas adaptações. Flávia Santos e Suely Gomes (2013) explicam ainda que os/as pesquisadores/as das temáticas de cultura na internet se apropriaram da etnografia tradicional para a compreensão dos fenômenos no ciberespaço, mas foram compelidos/as a ajustar algumas definições e acrescentar possibilidades.

A esse respeito, Kozinets (2014) pondera que assim como na etnografia, os métodos netnográficos buscam a legitimidade dos dados averiguados, com base em procedimentos realizados com cuidado, rigor e detalhamento.

Ela [a netnografia] usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação de um fenômeno cultural ou comunal. Portanto, assim como praticamente toda etnografia, ela se estenderá, quase que de forma natural e orgânica, de uma base na observação participante para incluir elementos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coleta de dados arquivais, análise de caso histórico estendida, videografia, técnicas projetivas como análise semiótica e uma série de outras técnicas [...] (KOZINETTS, 2014, p. 62).

Além disso, o autor ainda aponta que apesar de a netnografia ter seus próprios conjuntos de procedimentos, segue os mesmos seis passos percorridos pelos etnógrafos em seu processo investigativo, que são: planejamento do estudo, entrada, coleta de dados, interpretação, garantia de padrões éticos e representação da pesquisa. Seguindo essa linha o cientista define as questões de pesquisa (quais tópicos investigará), identifica e seleciona o site e a comunidade; entra na rotina desse grupo (observação participante, imersão); coleta os dados obedecendo a padrões éticos de pesquisa; analisa e interpreta de forma pormenorizada os resultados e, por fim, redige e apresenta o relato daquilo que apurou, relacionando com implicações teóricas e práticas envolvidas (KOZINETTS, 2014). Saliento que nesta pesquisa segui todos esses passos entendendo que por meio deles conseguiria obter inferências satisfatórias aos fins que apresentei aqui.

Para além daquilo que têm em comum são as disparidades que permitem a elevação da netnografia a um posto de método de pesquisa distinto dos demais. E é com esse entendimento que Kozinets (2014) define 4 fatores que são específicos do método netnográfico, os quais são fundamentais para sua diferenciação da etnografia. O primeiro deles é a *alteração*. Essa diferença tem a ver com a natureza de interação que é alterada nas comunicações mediadas pela tecnologia. Por não se perfazerem por meio de contato físico e presencial, tal como ocorre nas interações face a face, a natureza dessas relações tende a ser mais prolongada, tendo em vista que o/a pesquisador/a precisa de mais tempo para se familiarizar e perceber as nuances envolvidas nas comunidades e também porque as interrupções tem mais probabilidades de acontecerem, até porque a atenção do/a participante ao/a pesquisador/a concorre tanto com fatores da própria vivência on-line quanto os que podem surgir no off-line.

O segundo fator que difere net e etnografia é o *anonimato*. Ainda que em muitos casos existam perfis para usuários de uma comunidade virtual, ao falar em anonimato Kozinets (2014) se refere a possibilidade de flexibilização de identidade. No mundo *web* as pessoas podem ser o que quiserem, tanto que, muitas vezes, fazem ou dizem coisas que não se

atreveriam no mundo *real*. Esse é um elemento que restringe as pesquisas em ambientes on-line. Thais Sardá (2015, p. 54) utiliza o termo gestão de identidade ao discutir sobre esse aspecto da vida representada nas mídias sociais. Para ela, a dinâmica de exposição e compartilhamento de dados propicia a presença performática das pessoas nesses ambientes, dando ao indivíduo a “opção de enfatizar ou minimizar determinados aspectos de si mesmo, até mesmo no que se refere à aparência e ao comportamento”.

O terceiro elemento é a *acessibilidade*. Grande parte dos espaços do mundo virtual são abertos para a participação de qualquer pessoa, fator que pode dificultar, por exemplo, na eleição de critérios de inclusão e exclusão que delimitem o universo de participantes em pesquisas on-line, considerando que determinadas comunidades são compostas por um número muito elevado de membros/as, sem contar comportamentos, origens e faixas etárias diversas. Além disso, incita uma participação que muitas vezes pode ser prejudicial, porque a acessibilidade, muitas vezes, representa a oportunidade de as pessoas fazerem exposições públicas de suas informações privadas. Esse universo pode apresentar tanta riqueza de tipos e possibilidade de interpretações que o levantamento de dados revele informações demasiadamente relevantes para a compreensão não só de determinada comunidade da internet, mas de todo um contexto social.

E por último, o *arquivamento*. Esse elemento denota a capacidade de que as conexões realizadas virtualmente não se percam, já que as tecnologias de informação possibilitam o arquivamento instantâneo de todo material produzido no âmbito da internet, fator que facilita a atividade do/a pesquisador/a, o qual terá mais facilidade quando precisar recorrer a informações que esqueceu ou que lhe passaram despercebidas em um contato inicial. É a possibilidade de voltar novamente ao local da pesquisa e poder, por exemplo, regressar no momento da conversa que se perdeu da memória.

É importante ressaltar que esses elementos não inviabilizam as pesquisas nos ambientes virtuais, são apenas indicadores que caracterizam o método e impõem àqueles que se dedicam a estudos nessa área atenção aos limites de sua pesquisa. Contudo, vale lembrar que todas as pesquisas apresentam algum tipo de limitação, seja no campo prático, seja no campo teórico. Até por isso, Kozinets (2014) faz questão de destacar que, não obstante sua importância em tempos nos quais a mediação por algum tipo de tecnologia nas relações é quase uma regra, a pesquisa netnográfica tem seus pontos fracos, os quais – eu acredito – não serem capazes de diminuir a relevância do que proponho nesta investigação.

Em Kozinets (2014) encontramos outro importante demarcador para este trabalho. O autor diferencia os focos da pesquisa netnográfica e explica que, a depender do objetivo a ser

alcançado, ela pode ser definida como *pesquisa em comunidade on-line* ou *pesquisa on-line em comunidade*.

A *pesquisa em comunidade on-line* se interessa por um fenômeno que ocorre especificamente na vivência de um grupo específico, buscando a compreensão dos movimentos e envoltimentos inerentes àquela comunidade. Exemplo disso pode ser um estudo sobre o comportamento de pais, mães e responsáveis que participam de um grupo de whatsapp da escola de seus/as filhos/as. Os resultados que se obterá serão específicos daquele grupo diante daquela relação. Os dados que se levantam nesse tipo de pesquisa não podem ser generalizados ou tomados como referência para uma compreensão social mais abrangente.

Agora, se o estudo visasse, por exemplo, a compreensão de como as relações entre responsáveis e unidades escolares foi afetada pelas tecnologias de aplicativos de celular, ele seria classificado como *pesquisa on-line em comunidades*. Perceba que neste caso, a questão central da pesquisa não é a comunidade, mas a investigação está relacionada a um fenômeno social mais geral, que vai além da internet e daquelas interações que acontecem no grupo. Esse tipo de investigação toma a comunidade on-line ou determinados comportamentos dessa vivência como indicador de algum fenômeno social mais amplo.

Considero que a presente pesquisa se encaixa neste último modelo de classificação, *pesquisa on-line em comunidades*, haja vista que parto de uma manifestação cultural on-line específica, narrativas de mulheres negras no YouTube, a partir de uma campanha publicitária específica, na tentativa de compreender as construções sociais que contribuem para o rompimento de imaginários depreciativos ou pejorativos em relação a mulheres negras.

4. A CAMPANHA YOUTUBE BLACK BRASIL

*Em vez de pensar o cotidiano como uma influência negativa em minha teorização, tentei ver como as iniciativas e ideias cotidianas das mulheres negras que fazem parte da minha vida refletiam as questões teóricas que eu afirmava serem tão importantes para elas.
(Patricia Hill Collins)*

Nos capítulos anteriores, apresentei a revisão teórica que fundamenta as intenções e os parâmetros da minha investigação e, para tanto, tomei como base os/as principais estudiosos/as dos eixos temáticos relacionados à discussão. Passo agora à delimitação do corpus de pesquisa.

O YouTube sempre foi minha mídia social favorita e, por conta disso, tinha familiaridade com as práticas e as personagens que faziam parte desse universo, fato que influenciou a minha escolha pela plataforma como local de pesquisa. Lembrando que na perspectiva netnográfica, ainda que o YouTube não seja um ambiente que se perfaça fisicamente, é considerado campo de pesquisa cujos atores e estruturas sociais são plenamente passíveis de serem estudados tal qual uma comunidade indígena isolada no meio da floresta amazônica, guardadas as devidas proporções e adaptações na forma da investigação.

Assim, diante de inúmeras possibilidades de recorte temático que esse campo oferecia, optei pela análise de narrativas de mulheres negras. Primeiramente por ser uma área de estudos pela qual eu tenho uma identificação pessoal, mas também, por entender que é uma discussão que precisa ser mais difundida na Academia, principalmente no âmbito da Comunicação.

Dentro desse universo, tomei como objeto de análise um recorte composto por sete vídeos produzidos e publicados pelo YouTube Brasil no dia 20 de novembro de 2017, em alusão ao mês da Consciência Negra. A produção e divulgação desse material na plataforma é parte das ações da campanha YouTube Black Brasil, realizada desde o ano de 2015. Além dos vídeos, a direção da plataforma no país também realiza um evento no ‘mundo off-line’, no qual reúne criadores de conteúdo negros, como forma de conectá-los uns com os outros e motivá-los a continuarem criando suas narrativas de transformação social (YOUTUBE BRASIL, 2019).

Ao todo, a campanha de 2017 é formada por série de 21 vídeos identificados com a hashtag *#YouTubeBlackBrasil*. Desse total, dez deles possuem o tema *Eu sou* e contam com relatos de youtubers negros e negras sobre suas histórias na plataforma: três homens e sete mulheres. Os vídeos das mulheres são os que integram o corpus dessa pesquisa.

Decidi pelos sete vídeos dessa campanha porque quando os assisti senti que as narrativas encontradas ali configuravam não apenas sentimentos e vivências individuais e

isoladas, mas aquelas mulheres, contando suas histórias, mostrando fotografias de diferentes fases de suas vidas e se abrindo de um jeito diferente do que faziam costumeiramente nos seus canais, traziam em seus depoimentos um verdadeiro registro sociocultural do nosso tempo.

O Quadro 1 traz a identificação e a descrição do canal de cada uma das mulheres personagens desta pesquisa. O texto está disponível na aba *SOBRE* de seus canais e, com exceção das informações dispostas entre parênteses, foi extraído de forma integral. A meu ver, nessas descrições, essas mulheres demonstram como se autodefinem e dão pistas sobre a forma como querem ser vistas. Ressalto que a identificação foi feita da forma com que elas se identificam nos seus canais. Por exemplo, Gabi (Oliveira) é diminutivo para o nome Gabriela e Tia Má de Maíra Azevedo, contudo, com vistas a respeitar a maneira pela qual se autodenominam, elas serão tratadas neste trabalho por seus nomes artísticos.

Quadro 1 – Perfis das personagens

PERFIS	
Nome	Descrição do Canal
Ramana Borba	"E ai Manxs, tudo bem?" Esse é um canal de entretenimento, "comandado" por uma adolescente de 18 anos, cacheada e sonhadora. Ramana ama dançar e falar sobre tudo. Nós vamos de dança à dicas de cabelo. Sinta-se a vontade de ser você mesmo aqui, caso tenha alguma dúvida temos o quadro #ManaAjuda ! Somos uma grande família!! Vem ser uma das Manxs!!
Nátaly Neri	Olá! Meu nome é Nátaly Neri, tenho 25 anos e moro na cidade de São Paulo - SP. O Canal Afros e Afins é um projeto que iniciei no início da minha faculdade em Ciências Sociais, há quase quatro anos atrás, movida pelo desejo de compartilhar com o máximo de pessoas, todas as descobertas e novas informações que eu estava acessando sobre sociedade, individualidade, estilo de vida e muito mais. Criei esse espaço para compartilhar meus processos de autonomia. Criei esse espaço para compartilhar meus processos de autonomia. Por meio de vídeos humanos e simples, feitos com muita honestidade e dedicação, quero incentivar o desejo de busca por autonomia intelectual, mental e de consumo. Esse canal fala sobre raça, gênero, sociedade, sustentabilidade, slow living, amores, beleza, e tudo o que uma jovem interessada em melhorar sua vida e a realidade ao seu redor poderia se interessar.
Camila Nunes	Camila Nunes formada em Maquiagem e Estética, mora na cidade de São Gonçalo no Rio de Janeiro. Criou o canal em 2012 para ajudar mulheres de pele negra se auto maquiarem, além de dicas de maquiagem aqui você encontra dicas de tudo relacionado universo feminino.
Gabi Oliveira (Canal De Pretas)	Formada em Comunicação Social e com 27 anos, Gabi Oliveira, em pouco mais de 3 anos de trabalho na internet, conquistou notório reconhecimento, tendo chegado a marca de mais de 800 mil seguidores em suas redes e sendo um dos canais participantes do programa Creators For Change, da Google. Atualmente, ela também colabora em uma das campanhas da ONU Brasil. Vencedora do concurso YouTube Nextup e atual embaixadora Seda Brasil, Gabriela está na lista de mulheres inspiradoras, da Think Olga, e já palestrou no Brazil Conference na Universidade de Harvard, Rio2C e outros eventos renomados.

	Além disso, sua palestra no TEDx intitulada “Um novo olhar sobre a pessoa negra; novas narrativas importam” já conta com mais de 100 mil visualizações na plataforma YouTube.
Luci Gonçalves	Beleza - Favela - Estilo de vida - Comportamento #bondedaluci Participante do concurso NextUp 2017 do YouTube (21 anos).
Tia Má	Maíra Azevedo - Jornalista Conselheira amorosa Preta, gorda e nordestina Mãe de Aladê (38 anos)
Mari Ribeiro (Canal De Mudança)	Eu sou a Mari e saí de casa pra realizar um sonho: morar sozinha. Mas como a vida é um grande jogo de expectativa x realidade, criei o canal para conversar sobre essa nova fase que envolve responsabilidade, boletos e muita paciência. Está de mudança? Quer sair de casa? Se inscreve no canal que tem vídeo novo toda segunda! (30 anos)

Fonte: Elaboração própria para esta pesquisa (2020).

Pelas descrições apresentadas consigo inferir que as sete youtubers procuram destacar o fato de serem pessoas com vivências múltiplas e que se interessam por uma diversidade de temas. Mesmo quando isso é feito com poucas palavras, como nas descrições dos canais de Luci Gonçalves e Tia Má. Apesar de as duas terem utilizado poucas palavras-chave para definirem seus espaços no YouTube, podemos notar a preocupação em demonstrar a versatilidade de conteúdo.

Outro detalhe a ser destacado é que cinco, das sete youtubers em questão, usam o próprio nome como marca. Esse fato precisa ser levado em consideração tendo em vista que ao utilizarem seu nome como identidade da sua marca essas mulheres firmam essa tomada de espaço sobre a qual já falei em momento anterior e ainda reforçam sua presença na plataforma. É uma forma de personalizar essa experiência. Essas mulheres cresceram não se vendo em nenhum dos produtos de mídia que consumiam, agora têm a oportunidade de ter um canal só delas, onde podem falar sobre o que quiserem e se mostrarem como quiserem, é uma conquista que deve ter uma assinatura própria. Em vez de Xou da Xuxa, Programa do Jô ou De Frente com Gabi, por exemplo, as pessoas poderão assistir os conteúdos do Canal da Ramana Borba, da Nátaly Neri, da Camila Nunes, da Luci Gonçalves e da Tia Má, figuras que fogem aos padrões estéticos vigentes, mas que estão ali impondo sua existência

Além disso, dar o nome próprio ao canal amplia as possibilidades de conteúdo e flexibiliza as estratégias de expansão. Aaker (2007, p. 81) ilustra que “uma identidade baseada em associações intangíveis ou na personalidade da marca proporciona a esta maior escopo estratégico”.

Apenas *De Mudança* e *De Pretas* não levam o nome da dona. No caso do *De Pretas* da Gabi Oliveira, o nome do canal – apesar de não ser o seu nome próprio – também passa uma

ideia de generalidade, de lugar onde se pode falar sobre quaisquer assuntos referentes ao interesse da mulher negra. Já no caso de Mari Ribeiro, seu canal tem um propósito bem específico, ajudar pessoas que querem morar sozinhas a realizar seu desejo com dicas e trocar experiências próprias, desígnio que ela deixa elucidado na descrição do canal (Quadro 1). A esse respeito, Aaker (2007, p. 84) explica que associar marca a um produto (no caso do *De Mudança* a um assunto) é um componente importante da identidade: “Um vínculo sólido com uma classe de produtos significa que a marca será lembrada quando a classe de produtos for lembrada”.

Ou seja, a associação a um tema específico, não diminui a importância do canal de Mari Ribeiro, na verdade, acho que tê-la abordando um assunto tão particular na rede reforça a ideia de que se pode ter mulheres negras ocupando diversas frentes e falando sobre os mais variados temas, não só sobre aqueles que geralmente se espera que elas falem, tais como racismo, cabelo crespo, desigualdades sociais e de gênero.

A oportunidade de se mostrarem por diferentes perspectivas, ora falando de comportamento e de trivialidades, ora de maquiagem e de moda, ou sobre política e economia é uma conquista importante não só para essas mulheres, mas também para as que consomem o conteúdo que elas produzem e até mesmo para quem nem as conhecem.

Nos espaços das mídias tradicionais as mulheres negras geralmente são representadas por personagens quase que universais: a mãe pobre da favela; as empregadas domésticas ou trabalhadoras com profissões consideradas de menor relevância como vendedoras e secretárias; ou a que seduz a todos com figurino que demarca bem suas curvas. Por isso, essas mulheres, ao ocuparem esse espaço dizendo com suas próprias palavras quem são, abrem um mundo de repertórios possíveis para serem pensados e revistos.

Patricia Collins (2019, p.140, grifo nosso) assinala que no período da escravidão foi estabelecido um pensamento predominante que estimulou “a criação de várias **imagens de controle** inter-relacionadas e socialmente construídas da **condição de mulher negra** que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras”.








Certamente esse pensamento ainda perdura em nosso país mesmo já tendo passado mais de 100 anos da abolição oficial, todavia o YouTube tem sido utilizado por mulheres negras (creio que com bastante êxito) como lugar de reação a essas imagens de controle, assim como de construção de novas narrativas de si e das demais.

Falar de si e reafirmar sua individualidade é um movimento imprescindível para que as mulheres negras consigam se refazer das representações negativas a que foram aprisionadas e

ainda tornar-se agentes de uma mudança coletiva. Autodefinir-se é “parte da passagem da vitimização para uma mente livre” (COLLINS, Patricia, 2019, p. 201).

A quantidade de visualizações nos vídeos analisados, assim como o número de inscritos nos canais dessas mulheres dão uma dimensão do quanto suas vozes estão se reverberando e se tornando mobilizadoras de novas formas de representação, corroborando a importância delas nesse processo de transformação social (Imagem 6).

Imagem 6 – Vídeos em números¹⁷

#YouTube Black Brasil		Número de	
Youtubers	Inscritos no canal	Visualizações no vídeo analisado	
 Ramana Borba	1,25 mil	42.401	
 Nátaly Neri	587 mil	95.208	
 Camila Nunes	546 mil	35.859	
 Gabi Oliveira	488 mil	40.952	
 Luci Gonçalves	288 mil	24.682	
 Tia Mã	86,6 mil	57.345	
 Mari Ribeiro	77,1 mil	10.356	

Fonte: Elaboração própria para esta pesquisa com dados de canais do YouTube (2020).

4.1 Corpus de Pesquisa

Confesso que a escolha do corpus foi uma das coisas mais difíceis de serem amadurecidas na minha trajetória dentro do PPGCOM/UFT (Programa de Pós-Graduação em

¹⁷ Números referentes ao dia 15 de março de 2020

Comunicação e Sociedade). Desde o início tinha muito claro que meu interesse era compreender a importância da presença das influenciadoras negras no YouTube.

Todavia, precisava de ‘*o quê*’ especificamente direcionar minha atenção, qual recorte deveria utilizar para encontrar os caminhos que me levariam: a resposta do problema que já tinha formulado, a alcançar os objetivos elencados e a verificar as hipóteses levantadas. Então, parti para o campo a fim de me apropriar melhor dele e descobrir quais os elementos que deveria utilizar.

Letícia Silveira (2017, p. 115), que também realizou pesquisa que tinha como objeto canais de mulheres negras no YouTube, selecionou os vídeos após realizar “observação sistemática dos canais”, por meio do qual elegeu “alguns vídeos como casos extremos, em que se destacam elementos relevantes aos nossos objetivos e problema de pesquisa”. Para isso, se valeu dos ensinamentos de Fragoso, Recuero e Amaral (2011), segundo as quais:

O trabalho com amostras intencionais e casos extremos é importante nas novas áreas de conhecimento e nas pesquisas cujos objetos têm origem recente, porque esse tipo de amostragem é bastante adequado para registrar a existência de situações ou elementos até então desconhecidos. Mesmo quando não ultrapassa o nível descritivo, essa intenção demonstrativa não é, em si, irrelevante ou pouco científica (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, p.61, 2011 *apud* SILVEIRA, Letícia, 2017, p. 115).

Também optei por utilizar uma amostra intencional, representada por casos extremos. Compreendo que a minha amostra de narrativas não permite a generalização de comportamentos, mas ajudam a compreender contextos sociais e até a descobrir tendências históricas.

As narrativas analisadas neste trabalho são do tipo autobiografia ou história de vida, definidas por Gibbs (2008, p. 85) como aquelas em que as pessoas contam ‘como aconteceu’ determinado fato de sua vida, ou ainda ‘como cheguei onde estou hoje’. Para esses casos, o autor explica que, apesar de as entrevistas se configurarem como principal fonte de coleta desses dados, textos advindos de diferentes fontes são passíveis desse tipo de análise.

No que se refere especificamente ao objeto desta pesquisa, as narrativas não foram construídas a partir de entrevistas preparadas por mim. Encontrei-as no YouTube, prontas e editadas. Todavia, elas apresentam particularidade que Gibbs (2008) aponta como característica comum neste tipo de texto, as histórias de vida geralmente são construídas mediante temas específicos e por solicitação de outrem. As narrativas analisadas se encaixam nessa peculiaridade mencionada pelo autor, haja vista que houve um tema que norteou as falas das mulheres (“Eu Sou”), partindo de um convite dos diretores do YouTubeBrasil.

Gibbs (2008) considera que uma boa análise de histórias de vida não pode se ater apenas ao que as pessoas relatam ou aos eventos que elas descrevem, o principal é perceber como e porque elas disseram e de que forma elas expressam (ou não) o que sentiram ou vivenciaram.

Acredito que, apesar de o universo de depoimentos seja de apenas sete pessoas e o tempo de cada entrevista ser relativamente curto, as narrativas das histórias de vida dessas mulheres fornecem material temático adequado ao que proponho.

4.2 Descrição dos Procedimentos

Nesta seção descrevo os procedimentos metodológicos que utilizei com o intuito de responder à questão norteadora da pesquisa: **Como youtubers negras constroem narrativas de si na contemporaneidade?**

Prodanov e Freitas (2013, p. 43) definem pesquisa científica como “a realização de um estudo planejado”, cuja finalidade é “descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico da investigação”.

Gil (2008, p. 8) corrobora afirmando que a característica fundamental do conhecimento científico é a possibilidade de averiguação. Assim, para ser validado como ciência, um conhecimento deve ser passível de ser verificado por meio da aplicação de um método. De maneira genérica e para facilitar a compreensão, o autor explana que método pode ser entendido como a trajetória feita para se chegar a determinado fim científico, por sua vez, seria “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

No tocante a hierarquização dos métodos, Lucimary Andrade (2010) atesta que não há um que seja melhor que outro, para a autora, método bom é aquele que se adequa às peculiaridades do problema a ser investigado, assim como aos objetivos que se deseja alcançar. Segundo ela, uma pesquisa científica resulta de uma série de escolhas feitas pelo pesquisador ao longo do processo.

E, neste caso, partimos das premissas dos seis passos de uma pesquisa netnográfica, proposta por Kozinets (2014). Discorro a seguir como cada um deles foi trilhado na trajetória desta pesquisa.

4.3 Planejamento e Entrada

Os dois primeiros passos definidos por Kozinets (2014) são o planejamento e a entrada. No tocante ao planejamento serve para o pesquisador conhecer o campo e, dessa forma, decidir pelo seu foco e elaborar a questão norteadora do seu trabalho. Nesta etapa realizei pesquisa bibliográfica, a fim de forjar o embasamento teórico que serviu de suporte científico aos dados que foram levantados no decorrer da pesquisa. Gil (2008) explica que esse procedimento se faz pela análise de material já elaborado sobre seu problema ou objeto e evita que se desloque para a obtenção dos dados e das informações que precisa. A maioria dos estudos exige um levantamento bibliográfico prévio que se apresenta em forma de projeto de pesquisa.

Com base no problema levantado e nas minhas intenções de resultados, no planejamento foi estabelecido os parâmetros da investigação. O trabalho é análise com abordagem **qualitativa**, tendo em vista que a preocupação mais relevante não é a representatividade numérica dos resultados ou dos agentes objetos da análise e, sim, suas experiências, suas narrativas e como isso se relaciona com questões históricas e sociais. Ainda assim, os métodos quantitativos foram necessários apenas para a mensuração de dados referentes a alcance das publicações, números de curtidas e visualizações e percentuais comparativos entre os canais.

A natureza da pesquisa é **básica**, haja vista que o que se pretende é gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência e sem dirigir soluções para problemas específicos. Quanto aos objetivos, é **exploratória**, pois pretendemos proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, além de esclarecer conceitos; é também **descritiva**, por se ocupar em descrever características de determinada população e fenômeno. No que diz respeito aos procedimentos, é uma **pesquisa de campo** (on-line), pois foi realizada para investigar um grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social; e **netnográfica**, já que envolveu a interpretação de fenômenos que acontecem no mundo virtual (GIL, 2008).

Em se tratando da entrada no campo, Kozinets (2014) explica que essa etapa acontece após o planejamento. O pesquisador já estará munido do suporte teórico, do escopo de sua investigação, da estratégia prévia de abordagem e será capaz de entender melhor os fenômenos.

No meu caso, não foi obedecida essa ordem. Isso porque eu tinha realizado essa entrada no campo em momento anterior à realização da pesquisa. Já era inscrita nos canais das personagens/mulheres investigadas. Assim, como já havia entrado no campo, permaneci – só

que agora com o olhar de pesquisadora - e realizei o que o autor chama de observação silenciosa, que é quando o pesquisador não interfere na rotina do grupo investigado. Em janeiro de 2019 já tinha delimitado que meu foco não eram os canais, mas as narrativas da série “Eu Sou” do YouTube Black Brasil 2017, por isso, não me detive a analisar produções e interações gerais. Continuei a observação sistemática acompanhando os vídeos novos e uns antigos que avalei que poderiam ser importantes para as interpretações das narrativas.

4.4 Coleta e Análise de Dados

Os dois próximos passos da pesquisa netnográfica propostos por Kozinets (2014) e seguidos por mim, são a coleta e a análise dos dados, termos que não necessitam de uma definição mais detalhadas porque são autoexplicáveis.

Os dados coletados foram os números relacionados às postagens dos vídeos analisados (Imagem 6), assim como as narrativas contidas neles, sendo que essas últimas foram transcritas para a forma de texto escrito, a fim de que pudessem ser melhor trabalhadas no momento da análise. A transcrição foi realizada com o auxílio do aplicativo *virtual áudio cable*, disponível gratuitamente na internet.

Nessa investigação, para a análise dos dados utilizei como estratégia metodológica a narratologia proposta por Luiz Gonzaga Motta (2013, p. 2), a qual é definida como:

um ramo das ciências humanas que estuda os sistemas narrativos no seio das sociedades. Dedicase ao estudo das relações humanas que produzem sentidos através de expressões narrativas, sejam elas factuais (jornalismo, história, biografias) ou ficcionais (contos, filmes, telenovelas, videoclipes, histórias em quadrinho). Procura entender como os sujeitos sociais constroem os seus significados através da apreensão, compreensão e expressão narrativa da realidade.

Segundo o autor, as narrativas são dispositivos que, funcionam como recurso passível de ser utilizado em escritas históricas, jornalísticas, científicas, jurídicas, publicitárias, etc. Sob essa ótica, a presente pesquisa tenta compreender narrativas disponíveis no YouTube e registrar um fragmento histórico importante para a constituição identitária e ressignificação da ideia que se aprendeu socialmente a respeito das mulheres negras.

Por meio da apreciação de narrativas, também é possível compreender como essas mulheres têm se apropriado do espaço aberto pelo YouTube e se tornado protagonistas da produção de conteúdo, além de promotoras de novas narrativas sobre a negritude feminina.

4.4.1 As três instâncias do discurso narrativo

A análise dessas narrativas foi feita tendo como inspiração proposta levantada por Motta (2013). Apesar de o autor tratar mais pormenorizadamente da narrativa jornalística, explica que o método de análise e crítica que apresenta pode ser utilizado como modelo na interpretação de outros tipos de narrativas.

Motta (2013) explica que as narrativas enquanto objeto e processos podem ser estudadas em três instâncias expressivas, as quais – segundo ele – são divididas assim apenas por questões didáticas, para melhor proceder a análise, contudo, na prática comunicativa se entrelaçam de tal maneira que nem se percebe essa divisão. As instâncias expressivas são: 1 – *plano da expressão*; 2 – *plano da estória (ou conteúdo)*; 3 – *plano da metanarrativa (tema de fundo)*. No quadro abaixo é possível compreender do que se trata cada um desses níveis.

Quadro 2 - Instâncias de análise do discurso narrativo

Plano da expressão	Plano da Estória	Plano da Metanarrativa
Nesse plano de análise se dá ênfase à identificação dos usos estratégicos da linguagem para produzir determinados efeitos de sentido. Está relacionado a como o texto é construído pelo narrador (seja pela linguagem, verbal, visual, sonora etc).	O plano da estória é o plano virtual da significação, no qual o analista se atenta especificamente ao que é dito (de forma explícita) pelo narrador, ao conteúdo. Segundo Motta (2013), essa instância trata da realidade referente, daquilo que é evocado por que conta a estória (cronologia, personagens, locais, enredo).	A análise a partir do plano da metanarrativa pretende compreender a estrutura e os modelos de mundo em que o narrador está inserido, os quais se apresentam de forma implícita na estória narrada. É por meio da análise dessa instância que se consegue captar os imaginários culturais e a moral da estória.
Como se diz	O que é dito	Por que é dito

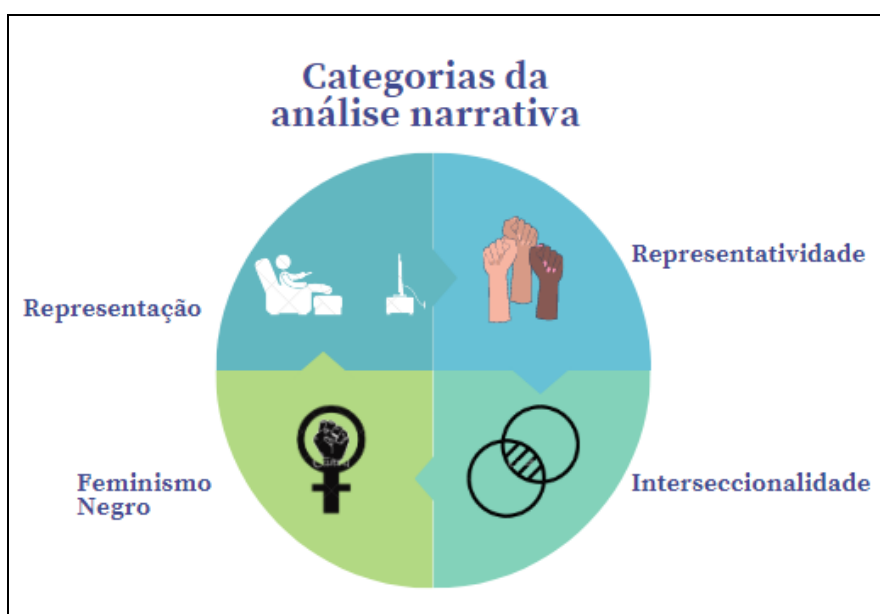
Fonte: Elaboração própria para esta pesquisa (2020).

Optei pelo estudo das narrativas sob a perspectiva do plano da metanarrativa, mas reforço que isolar minha análise a apenas uma instância faz parte do esforço acadêmico para alcançar os objetivos propostos, o que não significa que ao não me aprofundar nas outras duas as considero menos importantes para a compreensão da comunicação narrativa. Até porque, conforme frisa Motta (2013), não há hierarquia entre os três planos. Entendo que para verificar as principais temáticas presentes nas narrativas das youtubers negras, levantar temas confluentes na comparação das narrativas e verificar se as narrativas produzidas por elas lidam diretamente com a questão do empoderamento feminino negro (objetivos específicos desta investigação) o plano da metanarrativa é o que melhor se adequa.

Meu esforço de análise é conectar as diferentes enunciações. Para isso, assisti aos vídeos diversas vezes. Fiz anotações das impressões que tive a cada visualização, o que resultou em uma espécie de diário de campo, tal qual os etnógrafos tradicionais produzem nas pesquisas. Além disso, após a transcrição do material realizei leituras e releituras dos sete relatos. Identifiquei em cada uma das narrativas elementos textuais que legitimassem a inferência de que todas as falas obedeciam a um mesmo roteiro.

Os relatos de cada uma das youtubers foram desmembrados e os fragmentos foram agrupados em categorias de análise (Imagem 7). As indicações temáticas sugeridas implicitamente pelo roteiro das entrevistas e os pontos de convergência entre as falas foram elementos considerados na categorização.

Imagem 7 – Categorias de análise



Fonte: Elaboração própria para esta pesquisa (2020)

Após a leitura minuciosa de todos os relatos, identifiquei no depoimento de cada uma das entrevistadas os eixos temáticos que articulei à fundamentação teórica desta pesquisa. As narrativas geraram a construção de categorias para análise. Lembrando que estabelecer categorias de análise é uma estratégia metodológica por meio da qual se consegue - com base nas partes fragmentadas - entender o todo. Nesta investigação, categorizar ajudou também a identificar as formas das relações e a composição social que nossas personagens estão inseridas.

Entretanto, mesmo delimitando o plano da metanarrativa como parâmetro, acho apropriado descrever brevemente alguns aspectos relativos às outras duas instâncias encontradas nos relatos analisados.

a) Plano da expressão

No que diz respeito ao plano da expressão, o “*como é dito*”, convém destacar que os vídeos foram produzidos pelo próprio YouTube Brasil e coube as participantes publicá-los em seus canais utilizando a mesma hashtag (#YoutubeBlackBrasil). Essa estratégia foi utilizada com a finalidade de criar *links* dentro da rede para facilitar o acompanhamento de toda a série pelos usuários, aumentando ainda mais a possibilidade de os vídeos serem vistos e compartilhados. Segundo a gerente de parcerias do YouTube Brasil, Nathália Cabral (2017), as produções foram feitas para estimular discussões sobre diversidade na plataforma.

Outro detalhe a destacar é sobre a linguagem visual dos vídeos da série. Percebemos de início que foi criada uma atmosfera diferente para eles. Quase sempre o que se vê são youtubers utilizando como pano de fundo um cenário que remeta a uma certa personalidade, é como se os seguidores fossem levados a um lugar da rotina daquela pessoa, geralmente utilizam alguma parte de sua própria casa como o quarto, por exemplo, ou mesmo espaços públicos aleatórios (praças, escolas, shopping centers).

Mas, no caso dos vídeos da série “Eu Sou”, o que se buscou foi dar um clima mais intimista, sem muito elementos, a fim de evitar quaisquer ruídos que pudessem interferir no envolvimento do público com a história e com a pessoa que estava narrando.

Entendo que essa padronização do formato dos vídeos da série funcionou como uma espécie de enquadramento das personagens. Apesar das sete serem pessoas totalmente diferentes, nos vídeos da campanha *YouTubeBlack* elas aparentam ser muito parecidas, não fisicamente. O clima minimalista do cenário, os planos de câmera escolhidos e o roteiro pré-estabelecido para as narrativas acabam por colocar as personagens dentro de mesmo formato. É possível que alguém que tenha o primeiro contato com elas a partir desse material tenha a impressão de que elas conformam um perfil específico de mulher negra na plataforma.

O cenário produzido é um espaço com um fundo preto, uma mesa de apoio, que as entrevistadas utilizaram para expor e manusear fotografias (escolhidas por elas) de períodos diferentes da vida de cada uma, que ora serviam como elemento para ilustrar alguma fala ora para remeter a alguma lembrança. Na Imagem 8 é possível verificar essa diferença entre os dois tipos de linguagem visual.

Por outro lado, se visitarmos o canal de cada uma destas personagens nossa impressão de que são semelhantes poderá mudar completamente, haja vista que nos canais constatamos que são vivências totalmente diferentes, caracterizadas pela forma como decidem se mostrar cotidianamente, pelo modo de enunciação, pelos interesses, posicionamentos e outras tantas características pessoais e performáticas que as fazem ser quem são dentro da plataforma.

Imagem 8 – *Printscreen* Nátaly Neri



Nota: À esquerda *printscreen* do vídeo de Nátaly Nery para a série "Eu Sou".
À direita um vídeo aleatório do canal da mesma youtuber.

Fonte: Neri (2017a; 2017b).

Obviamente que a estandardização percebida não sucumbe a importância dos registros narrativos presentes no material, ainda assim, achei conveniente destacá-la a fim de que ficasse demonstrado que os vídeos da série performam apenas parte de quem são essas mulheres.

De acordo com Costa (2019), diretor da série, a escolha das personagens dos vídeos foi feita pela própria equipe do YouTube e o critério de popularidade foi um dos fatores que provavelmente balizou essa decisão. O diretor revelou que o material bruto de cada entrevista tem por volta de 30 a 50 minutos, editado têm entre 8 e 11 minutos cada.

[...] com alguns foi fácil, outros nem tanto. A que rolou mais natural foi a Nátaly Neri. A troca foi incrível. E, claro, partir das fotos como ponto de partida ajudou muito. Todos saíram bem contentes com a entrevista pelo que pareceu, rolou meio que uma sessão de terapia geral.

Costa (2019) destacou que procurou levar as entrevistas como uma conversa, na qual elas eram estimuladas a falar de suas vivências. Os relatos oscilaram entre lembranças que fazem rir e outras que levam as entrevistadas às lágrimas.

b) Plano da estória

Já com relação ao *o quê foi dito*, Costa (2019), explicou que inicialmente foi procurado pela equipe do YouTube para produzir um material para a Semana da Consciência Negra com youtubers falando sobre racismo: “não concordei porque a gente não é só isso, queria que falássemos da gente na plataforma. O youtuber negro sofre desse lugar onde ele só é visto se fala disso. Então fiquei com isso na cabeça”. E sugeriu um material no qual esses homens e mulheres falassem de si enquanto pessoas, não apenas como vítimas de racismo. A ideia foi aceita e os vídeos foram gravados em dois dias, no YouTube Space, na cidade do Rio de Janeiro.

No material publicado, com exceção de alguns momentos, apenas as falas das personagens aparecem, ou seja, não se sabe o que foi perguntado pelo entrevistador, mas pelo padrão das respostas é possível perceber que a conversa segue um roteiro que se estrutura da seguinte forma:

I - Na abertura do vídeo, as youtubers utilizam o enunciado “Eu sou” para se autodefinir:

Eu sou um furacão, eu sou bissexual, eu sou completamente, totalmente desorganizada, eu sou impulsiva, eu sou muito sorridente, eu sou uma mudança constante, eu sou colorida. Eu gosto de ser colorida (Luci Gonçalves).

Eu sou alta, eu sou perfeccionista, eu sou chata, eu sou [...] eu sou autêntica, eu sou eu mesma (Ramana Borba).

II - Falam sobre convívio familiar, relatos o período de sua infância e adolescência, momento em que dividem experiências racistas pelas quais passaram:

Eu sempre fui uma menina que gostava de fazer pose, de tirar foto, vaidosa e aqui é um momento onde registra essa minha parte da infância. Sempre segui, ali, a regra de estudar, ser boa aluna, ser exemplo (Camila Nunes).

Naquele lugar, onde a maioria era branca, tava lá eu e minha irmã sendo o a ameixa do pudim, o pontinho preto da parede e muitas vezes as pessoas queriam saber porque eu estava lá. Perguntavam se eu tinha bolsa, se eu era filha da tia da limpeza [...] (Tia Má).

III - Relatam sobre a importância do YouTube em suas vidas:

Eu queria ser psicóloga. Eu acho que consegui um pouco com esse trabalho no YouTube (Gabi Oliveira).

[...] o YouTube me ajudou muito porque encontrei milhares de meninas que estavam passando pela mesma coisa. E aí tinha indicação de creme, de tudo[...]. E aí que eu comecei a ler sobre as questões raciais, sobre o que representava aquilo (Mari Ribeiro).

IV - Revelam quem são suas referências negras:

A minha rainha, que é a rainha de todo mundo, eu acho, que é a Beyonce (Ramana Borba).

Primeira grande referência, Ângela Davis. Pelo simples fato de ela ainda estar viva, né? Acho importante a gente se inspirar em mulheres que estão vivas. Porque eu quero ver muito tempo (Nátaly Neri).

Apesar de provavelmente terem seguido um roteiro, percebi que – tal qual numa conversa cotidiana qualquer - a sequência dos assuntos se modifica, alguns são tratados com mais profundidade, outros nem tanto, mas, o que se observa é que todas acabam falando sobre os mesmos assuntos, fato que corrobora a percepção da existência de um roteiro.

4.5 Interpretação e Apresentação dos Resultados da Pesquisa

Continuando a trajetória da pesquisa netnográfica seguindo os passos propostos por Kozinets (2014), os dois finais são a interpretação e apresentação dos resultados. Não me atarei a eles nesse tópico, haja vista que cumprirei essa tarefa no próximo capítulo. Esses dois passos foram mencionados apenas para seguir o fio que apresenta o roteiro metodológico desta investigação. Lembrando que a interpretação dos dados é feita a partir do plano da metanarrativa de Motta (2013).

5. O QUE DIZEM AS MULHERES NEGRAS NO YOUTUBE

*Nunca fui tímida, fui silenciada
(Monique Evelle)*

Muita coisa mudou nos processos comunicacionais ao longo de sua evolução. É inegável que essas mudanças, cada uma a seu modo e a seu tempo, foram fatores preponderantes na formação cultural da sociedade e, também, afetaram a construção das identidades dos indivíduos contemporâneos. Nesse contexto, a internet se tornou elemento decisivo na construção de novas formas de representação de negros e negras, isso porque fez nascer *espaços de fala* muito relevantes para essas pessoas que antes não se viam nos produtos da indústria cultural e tinham suas causas abrangidas de modo parcial e equivocado nas mídias de um modo geral. Posso dizer que as novas tecnologias da informação são ferramentas de transformação social capazes de empreender mudanças de atitude e de pensamento.

Com o surgimento do YouTube essas transformações sociais e culturais tomam novos rumos e proporções ainda mais abrangentes. Nesse espaço, mulheres negras alcançaram a oportunidade de ver seus conflitos sendo discutidos por outras mulheres negras, encontraram empatia e representações positivas de si a partir de narrativas de empoderamento.

Diante disso, apresento as questões que moveram a pesquisa e que foram identificadas na análise das narrativas de Ramana Borba, Nátaly Nery, Camila Nunes, Gabi Oliveira, Luci Gonçalves, Tia Má e Mari Ribeiro. Os relatos dessas mulheres foram categorizados em quatro áreas temáticas, a saber: *representação, representatividade, interseccionalidade e feminismo negro*.

Essa categorização alicerça o método de análise de narrativas a partir do plano da metanarrativa, proposto por Motta (2013). A apreciação dos relatos sob essa perspectiva impõe a percepção de temas ou motivos que levam o narrador a expressar-se da forma (dimensão pré-narrativa) que o fazem e a compreensão mais profunda das histórias. Motta (2013) explica que por meio da análise metanarrativa podemos compreender as experiências de mundos possíveis, assim como significações do plano ético, moral e simbólico.

5.1 Sobre Representação

A partir das articulações e argumentações que fiz no decorrer deste texto, demonstrei que o processo de escravização da pessoa negra concebeu uma série de feridas sociais que

afetam a formação identitária individual do homem negro e, em especial, da mulher negra. Nesse sentido, as representações negativas sobre os corpos dessas mulheres foram reforçadas ao longo da história em todos os âmbitos da sociedade e, nesta pesquisa, acabam por influenciar um pensamento sobre a autopercepção como notamos nas seguintes falas:

[...] eu sempre quis fazer uma plástica no nariz, eu achava minha boca muito grande. Porque eu via as meninas que estudavam comigo e elas não eram assim (Ramana Borba).

E essa foi uma foto que... de quando eu vinha meio que visitar a cidade, né? Eu ainda tava com meu cabelo meio alisado na ponta e eu ainda odiava o meu crespo. Então, eu acabava fazendo texturização para ele parecer mais liso, ou caído (Nátaly Nery).

A rejeição dos próprios traços fenotípicos remete ao que Munanga (2009) explica como uma tentativa de assimilação aos valores culturais do branco, movimento baseado em uma situação colonial que se perpetuou ao longo da história. Como explica o autor, o desejo de afastar-se da sua própria imagem e aproximar-se de um referencial de belo inalcançável é ativado por um complexo de sentimentos, que vão da vergonha ao ódio a si mesmo, encucados desde a infância.

Nilma Gomes (2012) no ajuda a entender que o alisamento do cabelo pelas mulheres negras também é parte desse desejo pelo embranquecimento. Para os homens, a solução para mascarar esse aspecto de sua negritude quase sempre se apresentou de forma mais lógica e simples, deixar o cabelo curto. Todavia, para as mulheres, cuidar dos cabelos sempre exigiu métodos muito mais invasivos e excruciantes, até porque, a relação das mulheres com o cabelo é outra. Socialmente, os cabelos de uma mulher são elementos que demarcam sua feminilidade e sensualidade.

Ser visto pelo outro como pessoa de “cabelo ruim” é algo que aprisiona a autoimagem de mulheres negras, carregar este estigma reforça nelas sua posição de ser inferior na sociedade, tendo em vista que paradoxalmente há um oposto comparativo que as relega a esse lugar: o “cabelo bom” da mulher branca. No trecho a seguir, é possível confirmar o lugar de importância que o cabelo tem, ele é uma das características mais atacadas em ações de *bullying* sofridas por crianças negras.

E aí eu sofria todo tipo de [bullying]... ai, meu cabelo que era horroroso, me chamavam de Bob Esponja na escola; o meu dente era separado, então, ficavam dizendo que eu era uma menina divorciada, porque o meu dente era tão separado que parecia que ele era divorciado. É muito difícil quando você cresce aprendendo a lutar contra o que você é, né?, aprendendo a lutar contra sua cor, contra o seu cabelo, contra estrutura do seu rosto, enfim... Tanto que

quando eu fui procurar as fotos, eu notei que não tem foto minha da adolescência (Mari Ribeiro).

No relato de Mari Ribeiro é possível extrair o desejo de autoapagamento que esse tipo de ação pode despertar. O juízo de valor construído socialmente faz com que uma pessoa desenvolva uma imagem de si tão negativa a ponto de não querer registrar as fases de sua própria vida. A questão não é apenas assemelhar-se ao padrão branco, mas, também, esquecer-se de quem se é. Ao dizer “eu notei que não tem foto minha da adolescência”, a entrevistada se reporta a um tempo da vida sobre o qual não terá uma memória visual física, fato gerado pelo fato de não se sentir bonita o suficiente para o registro.

Como já disse, esse trabalho também é sobre mim, ao me deparar com o trecho da fala da Mari acabei por lembrar dos meus apelidos (cabelo de Bombril, de espeta caju) e dos meus sentimentos em relação a eles. Pensando nisso hoje, a sensação é de que eu não podia me defender daqueles ataques, porque - graças às formas de representação cristalizadas no imaginário das pessoas – aquela era uma verdade imposta, dolorida, mas, um discurso de verdade onde o meu cabelo era feio e não só ele, eu era feia (me sentia feia) por inteiro. Nutri esse sentimento por tantos anos que obviamente compreendo os motivos que impediram Mari de querer eternizar um período de sua vida em fotografias. Ninguém quer se lembrar do que não gosta.

Nilma Gomes (2012) ensina que é por causa do racismo que negros e negras não são considerados como sujeitos de beleza que por isso tiveram que politizar a beleza negra e valorizar o cabelo crespo. Todavia, livrar-se dessas imagens de controle não é um movimento fácil. No depoimento de Camila Nunes notamos isso de forma bastante incisiva:

Entrevistador: E na escola...

Camila Nunes: Ah, o racismo, sempre. Piadas. Nossa, que não foram poucas. Foi o período mais difícil

E: Você tinha quantos anos?

C.N.: Eu tava na pré-adolescência. Eu tinha...Ai, gente isso é muito tenso [fala com voz embargada, segurando o choro]...Eu tinha lá pros 13, 14 anos.

E: Você tinha falado que o período mais tenso foi na maquiagem...

C.N.: Mas foi antes, né? Bem antes. Hoje eu olho pra fotos e consigo ver, porque eu sou madura e segura, mas antes não. Antes isso aqui, não via isso.

E: No seu canal você fala disso?

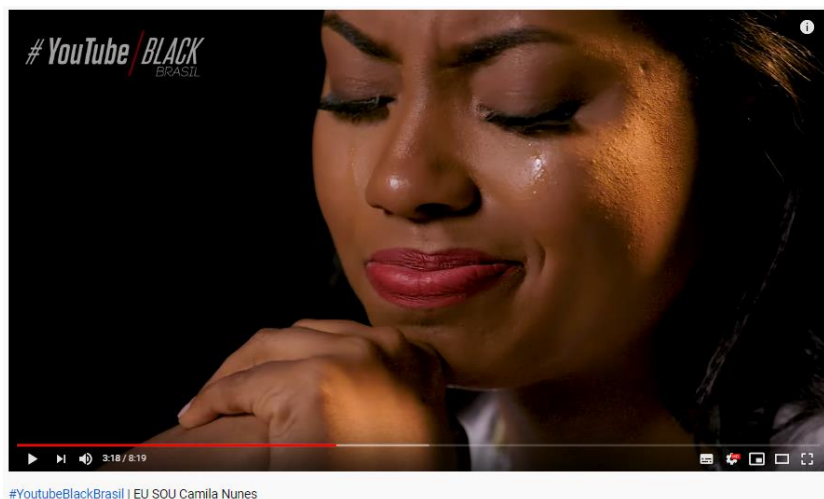
C.N.: Não, no meu canal não fala.

E: Por quê?

C.N.: É muito difícil falar. Às vezes, eu fico pensando se vale a pena falar e enfim [...]

A lembrança de experiências negativas levou a entrevistada às lágrimas (Imagem 9). Apesar dos cortes da edição, deu para perceber por meio de algumas imagens de apoio, que foi necessário interromper a entrevista para que ela pudesse se recompor.

Imagem 9 – *Printscreen* Camila Nunes emocionada



Fonte: Nunes (2018).

Para Patricia Collins (2019), as mulheres negras sentem a dor de não se encaixarem nos padrões dominantes de beleza cotidianamente, isso porque as imagens de controle que recaem sobre elas são amplamente difundidas na imaginação popular e utilizadas como base não apenas por homens brancos e negros e mulheres brancas, mas também pelas próprias mulheres negras.

É humanamente impossível sair ilesa a uma rejeição social tão massificada, por isso o choro de Camila é a sua resistência ao falar sobre racismo como uma ilustração perfeita dessa dor. Ressalto que ao fazer essa consideração sobre a entrevistada não estou inferindo com isso que a tristeza é a resposta padrão dada por ela ou por qualquer outra mulher negra quando se depara com atitudes racistas, porém, aqui, suas lágrimas trouxeram a dimensão de como e quando essas atitudes e agressões podem ferir.

Compreendo que cada pessoa reage ao racismo que sofre de maneira diferente, até porque não somos seres universais, carregamos histórias e experiências que nos dão um repertório diverso de reações a esse estímulo. Todavia, o que a mim pareceu inequívoco ao ouvir esses relatos e a partir deles refletir sobre minha própria vivência, é que a dor de ser quem se é, mencionada por Patricia Collins (2019), é um sentimento unânime entre as mulheres negras e que em algum momento de sua trajetória é acessado por elas. Tia Má, em sua fala, também expressa como isso foi vivenciado por ela:

[...] é muito duro porque o racismo tira da gente uma parte da nossa infância. Eu lembro de todas as vezes que eu fui discriminada. Lá no Nordeste, tem o hábito da gente ter a eleição da Rainha do Milho, né? E a Rainha do Milho, sempre eram eleitas as meninas brancas. Bonitas. E eu tinha que compreender que eu não estava apta para ser paqueta, não estava apta para ser Rainha do Milho por causa da cor da minha pele. E eu tive que descobrir isso na infância (Tia Má).

Nos depoimentos analisados as percepções sobre as questões relacionadas a representações sociais equivocadas de mulheres negras não se restringiram ao plano da estética. As entrevistadas também relatam experiências que demonstram que as mulheres negras possuem lugares sociais específicos dentro do sistema de representações no qual estão inseridas, ou seja, existem certos padrões de posicionamento social (HALL, 2013) esperados que elas se encaixem.

Meu pai é funcionário público, minha mãe professora. Eu sempre tive acesso a determinadas coisas materiais. Estudei em escola particular minha vida toda. E eu sempre tive em espaços onde eu era a exceção. Naquele lugar, onde a maioria era branca, tava lá eu e minha irmã sendo o a ameixa do pudim, o pontinho preto da parede e muitas vezes as pessoas queriam saber porque eu estava lá. Perguntavam se eu tinha bolsa, se eu era filha da tia da limpeza, porque era assim que as pessoas chamavam. E quando eu dizia... dizia que não, aquilo para aquelas pessoas era assustador. E o tempo todo tinha alguém querendo colocar “no meu lugar” (Tia Má).

A existência daquelas duas mulheres negras (Tia Má e sua irmã) era vista com estranheza pelos colegas porque na cabeça deles aquele não era lugar delas, tanto que a razão mais lógica era pensar que eram bolsistas ou que tinham desconto na mensalidade para estudarem ali por serem filhas de alguma funcionária. E, perceba, não era qualquer funcionária, era a ‘tia da limpeza’, termo que a própria entrevistada frisou no seu relato. Por que não supor que seriam filhas de uma professora, da secretária, da diretora? Porque, no imaginário desses colegas, o trabalho em serviços gerais era o lugar mais óbvio para mãe de duas meninas negras.

Cabe destacar que a figura do negro se perfaz na vida das entrevistadas. Quando Tia Má se autodenomina como o “pontinho preto da parede” para ilustrar que ela e a irmã eram das poucas alunas negras que tinham na escola que frequentavam, ela traduz o conceito utilizando sua própria experiência de vida.

Ramana Borba, a mais nova entre as entrevistadas (tinha 16 anos na época da gravação da série), já carregava em seu relato a consciência de que as formas de representação são

ensinadas e cita como exemplo um dos principais sistemas utilizados para a construção desses lugares sociais: a escolarização.

Eu tô ainda na escola e uma coisa que eu acho que é muito importante também é como os professores vão te passar a sociedade negra para você. Eu acho que isso importa muito, você sempre escuta que eles eram escravos e tal tal tal e ninguém fez nada, não sei o quê. E você fica: “Ah, mas então isso não é uma coisa boa”. E quando você pesquisa a história ver que eles não eram escravos e sim pessoas que foram escravizadas ou que eles fizeram muito para o país aonde nós moramos, que fizeram muitas revoluções para o mundo você começa a entender e a querer entrar para o movimento, entender o porquê do seu cabelo importar sim (Ramana Borba).

As duas últimas experiências relatadas de Tia Má e de Ramana remetem a acontecimentos vivenciados no ambiente escolar. Em pesquisa em que discutiu as representações e concepções do corpo negro e do cabelo crespo, Nilma Gomes (2003) observou nos depoimentos de homens e mulheres negras que a escola é citada de forma recorrente como um espaço de tensão para a construção da identidade negra.

Nesse percurso, os negros deparam-se, na escola, com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre sua cultura, sua história, seu corpo e sua estética. Muitas vezes esses olhares chocam-se com sua própria visão e experiência de negritude (GOMES, Nilma, 2003, p. 172)

A autora destaca ainda que na maioria das vezes a instituição escolar aparece na lembrança das pessoas negras como lugar de reforço de estereótipos e representações negativas sobre seus corpos e seu padrão estético. Por óbvio que Nilma Gomes (2003) elucida que a educação não se reduz à escolarização, na verdade – segundo a autora - ela se perfaz em espaços díspares, tais como família, comunidade, instituições religiosas, trabalho, entre outros.

Contudo, sugere olhar com atenção para a escola por considerar que as vivências nesse ambiente são bastante marcantes para o indivíduo negro. Essa percepção aparece na análise das narrativas das mulheres entrevistadas nesta investigação. As que falaram dos tempos de escola não o fizeram sem ressaltar que foi um período marcado por experiências constrangedoras. Além disso, a visão do outro era manifestada por meio de palavras e gestos capazes de gerar repercussões não só relacionadas autoestima, mas, também, no que diz respeito a autoafirmação enquanto pessoa negra, como pode ser entendido no seguinte trecho:

[...] eu tive que **aguentar** muito as pessoas me chamando de morena ou mulata, nunca me chamavam de negra: um, porque têm pessoas que acham que isso é um modo de ofender, não sei o porquê, e outra porque... ai porque ... falam “ai, você é mais clarinha, então você não é negra”, sempre falavam isso para mim (Ramana Borba, grifo nosso).

Ramana expõe mais um traço da representação racista que temos em nossa sociedade, o de que chamar uma pessoa de negra ou preta é algo ofensivo. E por que seria? Isso só faz sentido a partir do entendimento de que a negritude está associada a coisas ruins, regra que sutilmente é disseminada graças a naturalização do racismo estrutural.

Claro que as formas de representação baseadas no racismo estrutural geram efeitos que vão além de questões de autoestima e autoaceitação, elas também reforçam a vulnerabilidade a diferentes formas de violência física a que estão expostas as pessoas negras. Uma das nossas entrevistadas é mãe de um menino negro e demonstrou o temor que sente em relação à vida do filho:

Meu maior medo...meu filho...a gente mora na periferia e eu tenho muito medo quando meu filho quer sair para algum lugar, ainda mais que ele tá crescendo. Ele tá com 9 anos, eu sei quando ele fizer 13, ele vai ter a cara do alvo preferencial da morte violenta, que assombra a juventude negra. Eu faço tudo para que ele tenha o futuro assegurado, que ele tem direito ao dia seguinte, mas justamente por isso, por essa série de privilégios que ele tem, ele tem a obrigação de retribuir para quem não teve privilégio algum (Tia Má).

O medo de Tia Má não é sem precedente, de acordo com o Atlas da Violência 2019 do IPEA, o perfil das vítimas com mais probabilidade de morte violenta intencional no Brasil são homens negros, entre 15 e 19 anos. Os números gerais demonstram que no ano de 2017 dos 65.602 homicídios ocorridos no país levantados pela pesquisa, 49.529 foram de indivíduos negros (definidos como a soma de indivíduos pretos ou pardos), desse total 73,1 % homens negros. As situações de vulnerabilidade social são fatores preponderantes para essa realidade, e apesar de ser demonstrada em números, não é raro encontrar os que - baseados em discurso amparado em conceitos de igualdade e meritocracia - acreditam que não há necessidade de uma atenção mais incisiva do Estado para esses grupos (BRASIL, 2019a).

Graças a uma estrutura social corrompida e a um imaginário coletivo equivocado, as mulheres negras são as que mais correm risco de perder seus filhos ainda na juventude. Tia Má é mais uma mãe negra, entre tantas, que só quer que seu filho tenha “direito ao dia seguinte”.

Diante do recorte das falas fica evidente que ‘mesmo depois de tanto tempo’ ainda é atual discutir a herança colonial em nosso país. Até porque, se ainda hoje – em pleno século XXI - mães negras continuam sendo as que mais choram por filhos mortos em situação de violência; mulheres negras têm que aguentar (palavras usadas por Ramana Borges em sua fala) pessoas lhe dizerem que são clarinhas para ser considerada negra e outras tantas expressões que buscam ‘minimizar’ sua negrura como forma de elogio, ou – por outro lado- reforçá-la a fim de indicar um aspecto negativo (*coisa de preta, não sou tuas nêga, cheiro de preto, etc*); compreendo que não seja mimimi (vitimização), mas, sim, urgente reivindicar novas formas de representação relacionadas à imagem da pessoa negra no Brasil e ocupar espaços de influência, assim como estão fazendo Ramana Borba, Nátaly Nery, Camila Nunes, Gabi Oliveira, Luci Gonçalves, Tia Má e Mari Ribeiro em diferentes espaços e canais.

5.2 Sobre Representatividade

Os meios de comunicação, à medida que foram surgindo, incorporaram a lógica racista presente em nossa sociedade e se tornaram difusores desse pensamento e produtores de uma cultura de padrões dominantes. Contudo, o advento de um mundo onde os meios de produção de conteúdo se tornaram mais acessíveis e as formas de resposta do receptor ganham elementos interativos e abertos, aos poucos, traz à tona horizontes nos quais sejam admitidas vozes e espaços para diferentes formas de manifestações identitárias e culturais.

Nas narrativas analisadas nesta investigação foi possível extrair um pouco sobre a relação das entrevistadas com as mídias e evidenciar que na infância e na adolescência a televisão era a principal mídia acessada por elas:

Então, quando pequena, eu me lembro que eu chamava meu pai e minha madrasta e eu encenava coisas, tipo, que eu via na televisão. Isso, sei lá, com seis anos, sabe? Eu gostava muito, até que eu aprendi a chorar, gente eu era muito global (Ramana Borba).

Então, eu tinha muito tempo de viajar total na maionese, assim. E aí uma das coisas que eu queria ser, além de cantora, atriz, era apresentadora. Então, eu tinha um programa fake de rádio que eu ficava passando trote para as pessoas, dizendo que eu era de N rádios. Sempre gostei muito de televisão, audiovisual, mas desde bem criança eu viajava... sempre gostei muito de ver filme, de ver novela (Mari Ribeiro).

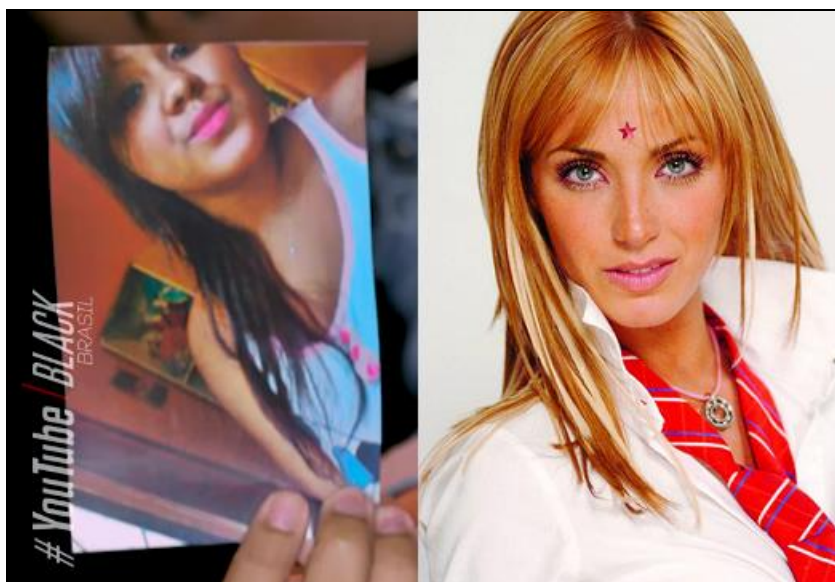
É possível perceber que existia um encantamento com o mundo da TV. Na fala de Ramana, por exemplo, ela chega a dizer que era muito “global”, fazendo referência a Rede

Globo, uma das maiores emissoras de TV no Brasil. Mari, menciona seu interesse por novelas, um dos principais produtos da televisão brasileira.

E, apesar do encantamento que gerava nelas, inclusive o desejo de fazer parte daquele contexto, por meio dos relatos foi possível perceber que aquele meio também revelava a estrutura social branco-normativa na qual estavam inseridas e o peso de sua negritude:

E as minhas referências na infância, na pré-adolescência sempre foi a Mia¹⁸ do RBD, completamente diferente, né? Loira, branca, alta, magra, rica. Eu tentei me aproximar assim. Aqui (Imagem 10). Eu tinha uns 16 anos e eu estava prestes a casar, meu primeiro casamento, e usava uns apliques. Eu também fui loira. Eu tentei ser loira, meu sonho era ser loira. E usava bases mais claras também no meu rosto. Eu tentava ficar bem parecida mesmo (Luci Gonçalves).

Imagem 10 – Montagem Luci Gonçalves e personagem Mia Colucci



Fonte: Gonçalves, Luci (2018)

Com a intenção de melhor ilustrar a disparidade entre a sua realidade e a da referência citada, na Imagem 10 fiz questão de colocar lado a lado a foto de Luci com 16 anos e da sua personagem de TV favorita, aquela que ela tentava ‘ser’.

Para ser Mía Colucci, uma menina negra, de cabelo crespo, com traços físicos mais arredondados e moradora de comunidade, como Luci, precisava se afastar muito de si. O mesmo acontecia com crianças dos anos de 1980 que sonhavam em “ser paqueta”, no Show da Xuxa:

¹⁸ Mía Colucci (interpretada pela atriz Anahí) era a personagem principal da telenovela mexicana Rebelde, também conhecida como RBD. No Brasil, a atração foi exibida pela emissora de TV SBT nos anos de 2005 e 2006 e reprisada em 2013. A franquia fez tanto sucesso que ganhou uma versão brasileira produzida e veiculada pela Record TV nos anos de 2011 e 2012.

Eu queria ser paqueta, minha representatividade era toda branca. E aí você entende como é importante a gente ocupar os diversos espaços (Tia Má).

As paquetas, referências da Tia Má, são personagens de um período anterior ao da Mía Colucci, mencionada por Luci. Elas foram ícones nos anos 1980 e 1990 e eram uma espécie de ajudantes da Xuxa, tida como a rainha dos baixinhos. Tanto rainha, quanto ajudantes não se pareciam nenhum pouco com a Tia Má, nem comigo – que na minha infância desejei o mesmo que ela. Observando a Imagem 11, vemos um perfil de beleza e padrão corporal que se repete em todas as paquetas.

Imagem 11 – Paquetas



Fonte: (POR ONDE..., 2010).

Não se ver na televisão era (e ainda é) algo comum para mim e para essas mulheres, por isso quando Tia Má destaca que é “importante a gente ocupar diversos espaços” está se referindo a normalização da presença da mulher negra, e não só presença, mas, também, da sua existência nestes veículos. A normalização de que estou falando tem a ver com tornar normal a presença de mulheres negras em programas infantis, nas bancadas dos telejornais, nas capas de revista, como protagonistas de novelas e seriados, ou mesmo em papéis aleatórios, etc.

Normalizar não é apenas ter pessoas negras nos espaços, mas, tê-las com representações diversas e, de certa forma, essas portas o YouTube tem conseguido abrir, fazendo com que as novas gerações tenham acesso a um conteúdo com maior diversidade. Por exemplo, Ramana Borba nascida em 2002, período em que a internet já estava estabelecida e disseminada, ao falar sobre pessoas que a inspiravam fez referência a uma outra mulher, parecida com ela:

Na adolescência, uma das grandes referências para mim foi sim Arielle Macedo, que é a dançarina da Anitta. Eu sentia que o cabelão dela, que ela tem cabelo gigante, dava muito empoderamento, uma força para dança diferente, entende? Foi quando eu comecei a falar “não eu quero dançar e eu quero assumir o meu cabelo”. Porque antes eu só usava cabelo liso (Ramana Borba).

Neste trabalho, abordo representação e representatividade como tópicos separados, mas claro que isso ocorre por uma questão meramente didática, isso porque quando falo que é preciso que a existência de mulheres negras deixe de ser tratada como exceção em diferentes âmbitos da sociedade, me refiro aos dois conceitos, quantitativo e qualitativo.

Ainda sobre a questão da normalidade da existência da pessoa negra em diferentes veículos de comunicação, Gabi Oliveira fala sobre como se sentia representada em dois seriados de TV que para ela traziam famílias negras como protagonistas:

Eu tenho 25 anos, né?...então eu já tô começando a pensar na questão da família. É muito engraçado que quando esses seriados começaram a passar na televisão: Um Maluco no Pedaco, Eu A Patroa e as Crianças, eu não entendia muito bem porque eu me identificava com eles, assim. E esses seriados, eu acho que são muito ligados a isso: são famílias, querendo ou não, de classe média e que estavam ali representando uma normalidade, sabe?, eram só famílias. As questões raciais tavam sim... tem alguns diálogos do Will [personagem principal de Um Maluco no Pedaco] que ele fala sobre a questão racial e tal. Mas é porque questão racial perpassa pelas nossas vidas, mas não era o foco do seriado. O foco era na vida deles, assim (Gabi Oliveira).

Os dois seriados mencionados por Gabi, *Um maluco no Pedaco* e *Eu a patroa e as crianças*, são produções estadunidenses¹⁹ que foram veiculadas no Brasil no início dos anos 2000, pela emissora de televisão SBT. Como bem sinalizou a entrevistada, ambos os programas abordavam com humor o cotidiano de duas famílias negras bem-sucedidas.

Quero chamar a atenção para o fato de a entrevistada frisar que não havia clichês de representação negra, “eram só famílias”. Gabi revela que ao assistir se identificava, mas à época não entendia o porquê. Essa observação permite a compreensão de que representatividade e formas de representação são apreendidas pelo espectador e geram movimentos internos, capazes de influenciar sua percepção do mundo que participam.

¹⁹ Não tenho interesse em problematizar comparações sobre produções nacionais e estrangeiras, menciono a origem dos programas apenas como critério de contextualização.

Ou seja, Gabi entendia a diferença entre os programas que citou na maneira como retratavam pessoas negras e isso causou uma marca de identificação. Gabi se via naqueles personagens, percebia a humanidade que existia na sua construção e podemos até pensar que Gabi identificava neles características positivas que desejava para si e que eram mais próximas de sua realidade.

Winnie Bueno (2019) elucida que programas como os citados por Gabi são importantes para a ampliação do imaginário coletivo e para a autovalorização de pessoas negras, entretanto, alerta que representatividade por si só não muda o quadro social racista desenhado por anos:

Nós precisávamos de uma outra representatividade, uma na qual não fôssemos a única pessoa negra na televisão, nas mesas redondas, nas capas de revistas — uma representatividade que estivesse para além da mídia e do controle estabelecido a partir de lugares pré-determinados para negras, que são sempre posições subordinadas, precárias, ligadas ao emprego doméstico, a um lugar desumanizado de mula da sociedade (BUENO, Winnie, 2019, n. p.).

Na perspectiva dos Estudos Culturais, o receptor não é agente meramente passivo dos produtos midiáticos e da indústria cultural, assim, não estão em posição de receptor inerte do texto midiático; conforme pondera Itânia Gomes (2014, n. p.) ele [o receptor] não comparece vazio ao encontro com os meios e as mensagens: “participa do processo de comunicação não só com seu cérebro e ouvido, mas com todos os seus sentidos, características de personalidade, seu inconsciente, suas experiências anteriores, sua cultura”.

Todavia, antes da internet e das TIC, o processo de comunicação estabelecido entre quem produzia os conteúdos e quem os consumia era limitado, fazendo com que a influência fosse mais fácil de ser assentida. Não estou desmerecendo a importância do ativismo de pessoas e de movimentos que atuavam na luta por representatividade e representações positivas em tempos pré-internet, é só para frisar que foi um período que levava um pouco mais de tempo para se alcançar um engajamento capaz de gerar uma discussão ou mesmo uma mudança de atitude por parte das grandes empresas.

Praticamente não havia participação do público na produção de conteúdo das grandes mídias e os *feedbacks* às linhas editoriais adotadas eram limitados. Além disso, os meios de produção de conteúdo estavam concentrados nas grandes empresas de comunicação. Dessa forma, a conformação com a falta de diversidade racial e de gênero nas produções se dava

com mais êxito, não havendo uma preocupação da grande mídia em atender a demandas que contrariassem seus padrões.

Atualmente, uma postagem produzida por alguém totalmente desconhecido, mas que viralize na rede mundial de computadores, pode não só pautar diferentes veículos de comunicação e levantar temas relevantes, como também ter consequências na forma de uma organização comunicar-se com a sociedade.

A partir do momento que a internet faz com que essa relação comunicativa seja mais interativa, a conformação com padrões sociais limitantes passa a ter mais locais para ser debatida e confrontada. Os *blogs*, os *sites* independentes de notícia e o próprio YouTube se tornam ambientes de contestação qualificada ao conteúdo que não contempla essas mulheres e toma importância tal que as personagens estão conseguindo alcançar nível de influência bastante significativo, tanto que acabaram sendo reconhecidas e visibilizadas.

Tia Má conta que na sua trajetória a experiência de tornar-se influenciadora aconteceu exatamente assim, sua voz ecoou no YouTube de tal forma que lhe garantiu lugar fixo em um dos programas mais importante da grade de programações da Rede Globo:

[...] o primeiro vídeo [para o YouTube] eu gravei no dia 20 de novembro de 2015. E aí no primeiro dia teve 500 visualizações. Eu comecei a achar que 500 visualizações era muita coisa, eu fiz: “ah, agora A danada sou eu”. Gente, eu já sou balzaquiana, não parece, que tem cara de novinha, mas eu tô coroa. Eu me compreendo. E aí eu fiquei na dúvida se eu era ou não era uma youtuber. E foi quando eu tive dimensão que eu deveria fazer algo mais concreto com esse canal. Aí eu gravei um vídeo que é ... Esse vídeo, tipo, é o que mudou a minha vida. E esse vídeo, tipo, bombou, ele teve, tipo, mais de 1 milhão de visualizações. E aí esse vídeo chegou até Fátima Bernardes, o cabeleireiro dela, Marcos, ele assistiu e mostrou para ela. Ela adorou e aí mandou me convidar para participar do programa. E foi muito engraçado isso, porque não era sacanagem, era verdade, era real. Eu fui pra lá pro programa e, hoje em dia, eu faço parte do time, né?, de parceiros e parceiras do programa. Eu tenho uma participação fixa lá às quintas. Quando eu sento no sofá eu represento até quem não quer ser representada por mim.

Imagem 12 – Tia Má no Encontro



Nota: Tia Má (ao centro de vestido branco)
em uma de suas participações no programa de Fátima Bernardes
Fonte: (TIA MÁ..., 2017).

O acesso às novas narrativas oportunizadas pelo YouTube, permite as mulheres negras a desalienação sobre sua própria existência e de sua ancestralidade, segundo Fanon (2008), essa desalienação acarreta a tomada de consciência das realidades econômicas e sociais.

E em se falando de representatividade e da sua importância, a tomada de consciência faz com que negros e negras também reconheçam os seus semelhantes ocupando posições ‘não-óbvias’ de privilégio e influência, passem a olhá-los mais empaticamente, tendo-os como referência. É possível notar essa mudança de referencial nas narrativas das nossas entrevistadas quando falam sobre suas referências atuais.

A minha rainha, que é a rainha de todo mundo, eu acho, que é a Beyonce. [...] Ela tem essa coisa de mulher, forte, que entende sobre tudo, que [...] Ela passa muita coisa e quando eu olho as apresentações dela eu falo ‘meu Deus, essa mulher é incrível’ e ela é (Ramana Borba).

Na fala de Nátaly Neri isso fica evidenciado. Em determinado momento da conversa ela mostra uma foto de um período da sua vida e revela: “Essa Nátaly aqui só assistia gente branca. Essa Nátaly aqui mal sabia que gente negra existia”. Mas ao indicar suas referências do momento atual citou três mulheres negras.

As minhas três grandes referências, hoje em dia, é... Primeira grande referência, Angela Davis. Pelo simples fato de ela ainda estar viva, né? Acho importante a gente se inspirar em mulheres que estão vivas. Porque eu quero viver muito tempo. Porque essa Nátaly não quer morrer. Essa mulher [fala mostrando uma outra fotografia], ao contrário, é uma mulher que não está mais viva, Lélia González, mas é um exemplo, uma mulher que me inspira sobre quem eu quero ser em relação ao conhecimento, em relação à academia. E aí, né? Porque é importante, é importante. Eu quero ser essa mulher maravilhosa [aponta nova fotografia], essa diva afrofuturista que se chama FKA Twigs. Porque essa mulher, essa mulher é o futuro para mim. Essa mulher é uma bailarina, ativista, cantora, lacradora, que anda com esses looks maravilhosos. Ela é minha grande inspiração estética, em relação a personalidade, porque ela não se prende a padrão nenhum, ela faz o que ela quiser com o cabelo dela, com a cara dela, com o corpo dela. Então, essas três mulheres, elas me inspiram (Nátaly Neri).

Além disso, a trajetória que elas vão construindo com suas próprias vivências e narrativas dentro da plataforma YouTube faz com que se reconheçam como agentes de representação positiva, entendam que a presença delas naquele espaço é componente de representatividade relevante e assumam para si a responsabilidade de haverem se tornado referência para outras mulheres negras.

Entrevistador: E hoje você é referência?

Gabi Oliveira: Sim. Acredito que sim. Acredito não, tenho certeza que eu sou referência praquelas pessoas que me seguem. Traz uma responsabilidade muito grande, hoje eu acho que eu reflito muito mais. Têm vídeos, inclusive, que eu olho e penso: “ai, será que hoje eu postaria esse vídeo?”. Talvez não. Depois de dois anos de canal, talvez eu não postasse, mas já que já tá na internet, né? Não vamos apagar (Gabi Oliveira).

E essa foto aqui, na verdade é porque aqui não dá para ver muito bem, mas foi na minha primeira viagem internacional. É lá em Paris. Eu estava muito, muito, muito feliz, muito contente. É fruto do meu trabalho, fruto de algo que começou tão espontâneo, sabe? E, assim, que tem um... eu sei que tem um valor muito grande e o que mais me motiva, é o que eu sempre falo, são as meninas, sabe? Tipo, minhas seguidoras. Porque, nessa viagem mesmo, eu recebi tanto comentário, assim, positivo, tanto feedback do tipo: ‘Camila, parece que eu tô junto com você!’ Que representatividade, sabe? Nesse meio que eu vivo, a gente não encontra muita representatividade, que façam coisas que... como eu vou falar... que...pessoas brancas fazem... sabe? (Camila Nunes).

Diante de tudo que temos abordado neste trabalho, entendo que a fala de Camila sobre ter mulheres negras fazendo “coisas que pessoas brancas fazem” possa ser considerado o cúmulo do combo representação positiva mais representatividade para pessoas negras, ainda que as referências sejam as pessoas brancas. Fica subentendido que viajar para Paris é coisa de branco. Mesmo assim, Camila, uma mulher negra, está lá compartilhando sua experiência de ocupação de um lugar que não é o esperado para ela. Pela maneira como ela frisa o entusiasmo das seguidoras que acompanham sua viagem, fica demonstrado que elas [as seguidoras] compreendem a relevância disso.

Por isso é importante que outras Camilas também falem de suas viagens para Paris no YouTube ou em qualquer outra mídia social. O lugar da mulher negra e de sua representatividade se transforma no ritmo das postagens, sugerem outras formas de representação. Como disse, todas as entrevistadas possuem seus canais no YouTube e necessariamente são produtoras de conteúdo, revelando que elas próprias, a sua maneira, perfazem a representatividade negra nesse ambiente, inspirando e representando outras mulheres. Contudo, elas também são espectadoras, Mari Ribeiro compartilhou que foi vendo vídeos de outras meninas de cabelo crespo que conseguiu lidar melhor com o seu próprio cabelo quando parou de alisá-lo e estava na fase de transição entre liso e natural:

Foi um período horrível, né? Ficar com duas texturas de cabelo, enfim, tudo mais, e que o YouTube me ajudou muito porque encontrei milhares de meninas que estavam passando pela mesma coisa. E aí tinha indicação de

creme, de tudo. E aí que eu comecei a ler sobre as questões raciais, sobre o que representava aquilo. Aí eu: ‘gente, eu não estou sozinha’ (Mari Ribeiro).

Neste tópico, compreendemos que as mudanças culturais relacionadas à representação e representatividade de mulheres negras podem impulsionar a formação de um círculo social virtuoso, capaz de quebrar paradigmas que causam desequilíbrios relacionados tanto a condições individuais do ser humano, quanto coletivas. Não há como evoluirmos coletivamente enquanto sociedade se há grupos sendo oprimidos de alguma forma e, graças ao avanço das TIC, hoje há diversos espaços no qual as mulheres negras, neste caso, podem falar por si, visibilizar suas vidas e suas lutas, fato que pode acarretar em um avanço considerável nas relações das próximas gerações.

A seguir, vamos analisar como o conceito de interseccionalidade é expresso e vivenciado pelas entrevistadas.

5.3 Sobre Interseccionalidade

A interseccionalidade é um conceito, desenvolvido por teóricas negras a fim de problematizarem o porquê de as mulheres negras ocuparem a base da cadeia do sistema opressor, que sinaliza que as vidas dessas mulheres são entrecortadas por uma associação de diferentes eixos de subordinação.

No caso das narrativas analisadas, as questões de interseccionalidade não se apresentaram de forma explícita. Com isso quero dizer que não foi uma questão tratada diretamente pelas entrevistadas, conseqüentemente, as considerações levantadas aqui são inferências baseadas na confrontação dos relatos com dados e estimativas de institutos de pesquisa e, ainda, na fundamentação teórica que sustenta esta investigação.

Mari Ribeiro ao falar de sua mãe como referência em sua vida, diz:

É, hoje tendo consciência de tudo que eu tenho de como é a vivência de uma mulher negra numa sociedade racista e machista, eu admiro tudo que ela fez pra me criar sozinha, né?

Apesar da entrevistada não fazer menção ao termo interseccionalidade é possível compreender que é sobre isso que se trata. Existe por parte dela uma consciência de que as condições de gênero e de raça que, caracterizam a vida de sua mãe, foram fatores que de alguma forma [não verbalizada por Mari] marcam a construção da identidade de ambas.

Estar em determinados eixos de subordinação predispõe os atores sociais a certas vulnerabilidades e a fazerem parte de estatísticas peculiares. O fato de Mari ter sido criada apenas pela mãe é uma dessas incidências. Mari nasceu em 1990 e em Pesquisa sobre Padrão de Vida (PPV 1996-1997) realizada pelo IBGE foi demonstrado que:

Quanto ao estado civil dos 8,1 milhões de mulheres de todas as idades (12 a 49 anos) que tiveram filhos nascidos vivos nos cinco anos anteriores à pesquisa, 35,7% delas eram solteiras. Multiplicando esse número pela média de filhos tidos vivos nesses cinco anos segundo o estado civil das mães, chega-se à estimativa de que 37% das crianças nascidas durante esses anos nasceram de mães solteiras. Da mesma forma que com as mães adolescentes, existe uma forte associação entre a mãe solteira e pobreza. **De fato, 73,8% das mulheres solteiras que tiveram filhos nascidos vivos nesses cinco anos pertenciam aos 50% de domicílios mais pobres.** É muito preocupante o fato de se encontrar uma proporção tão elevada de crianças para quem a condição de pobreza se acrescenta a situação desfavorável de terem mães adolescentes e solteiras (IBGE, 2000, grifo nosso).

O relato Mari dá pistas de que sua vivência como filha de mãe solteira pode se encaixar nessa realidade cujas condições financeiras não foram abastadas:

Eu estudei numa faculdade particular do Rio de Janeiro. Entrei com bolsa e quando eu entrei lá, eu vi que era uma coisa supercomum fazer viagens internacionais. Eu não sabia disso, tinham me excluído desse papo e aí eu: “mãe, eu preciso viajar pra fora, porque eu preciso fazer um currículo, eu preciso, preciso, preciso. E aí minha mãe embarcou na minha e conseguiu pagar esse intercâmbio pra mim. Parei pra pensar muito sobre privilégio e coisas desse tipo (Mari Ribeiro).

A despeito de toda a problemática que envolve a trajetória escolar de negros e negras, fica evidente que a educação é algo muito caro para o grupo de mulheres que tiveram suas narrativas analisadas nesta investigação. Como mencionei anteriormente, após a abolição da escravidão no Brasil, várias entidades lutaram pela inclusão e pelo reconhecimento dos direitos da pessoa negra e para muitos dos que se empenharam nessa luta a educação sempre representou o principal meio de ascensão, até porque o ato oficial da princesa Isabel não foi acompanhado de políticas públicas que integrassem negros e negras libertos à sociedade, incidindo em realidades bastante desiguais para essa camada da população com consequências até os dias atuais.

Durante anos da história, o binômio mulher/negra era incompatível com escolarização. Nas últimas décadas é possível notar um avanço desta realidade, todavia, os índices demonstram que há ainda um caminho muito longo a ser percorrido rumo a um mundo de

oportunidades similares para todos. Em pesquisa sobre Estatísticas de Gênero, o IBGE (2010) divulgou que existiam 13.660.168 de analfabetos²⁰ no Brasil naquele período, desse total 68% são pessoas negras (pretas e pardas) e dentro desse universo 66% são mulheres negras (pretas e pardas). Além disso, uma pesquisa mais recente (IBGE, 2019) demonstra que em 2018 a taxa de conclusão²¹ do ensino médio da população preta ou parda foi de 61,8%, já a da população branca foi de 76,8%.

Diante desse dado, é possível compreender porque Luci Gonçalves se mostrou tão comovida ao mostrar a foto do dia da sua formatura no ensino médio:

Luci Gonçalves: [...] esse dia foi o dia da minha formatura. E olhar essa foto me deixa um pouco emocionada, porque foi bem difícil mesmo terminar o ensino médio.

Entrevistador: Por quê?

L.C.: Porque eu não tinha meus pais na época, eu era casada [...] eu era bem novinha e mesmo assim eu consegui chegar no final do ensino médio, comprar meu vestido com meu próprio dinheiro. **E é muito orgulho pra mim, porque era pra ser uma coisa fácil na vida das pessoas, na maioria das nossas vidas não é** (Luci Gonçalves, grifo nosso).

Imagem 13 – *Printscreen* Luci Gonçalves mostrando foto do dia da formatura



Fonte: Gonçalves, Luci (2018).

As desvantagens sociais gerais que assolam grande parte da população negra fazem com que esse caminho da ascensão por meio da educação seja mais difícil para as mulheres negras, mas, em análise dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) entre os anos de 1995 e 2009, Márcia Lima, Flávia Rios e França (2013) demonstraram que em questões de escolaridade a situação delas é um pouco melhor que a dos homens negros.

²⁰ Refere-se a pessoas com 15 anos ou mais que não sabe ler ou escrever um bilhete simples.

²¹ Essa taxa mede a proporção de pessoas com 3 a 5 anos acima da idade esperada de frequência no último ano do ensino médio (de 20 a 22 anos de idade) que concluíram esse nível (IBGE, 2019).

Em 1995, as mulheres brancas apresentavam taxas cerca de quatro vezes maiores que os homens negros, portadores, novamente, dos piores indicadores. Contudo, este diferencial se reduziu, ao longo dos anos, para pouco menos de duas vezes. Esta tendência pode estar relacionada ao impacto da universalização do ensino fundamental sobre o ciclo educacional subsequente e também com a redução da participação de crianças e adolescentes na PEA²², fenômeno que sempre afetou majoritariamente o grupo masculino negro, marcado por seu ingresso precoce no mercado de trabalho. No caso das mulheres negras, em particular, sua participação no ensino médio manteve uma tendência de crescimento ao longo de todo o período. Se as mulheres negras, em 1995, tinham uma taxa de escolarização de 14,9%, esta mais do que triplica na série histórica, chegando a 49,8%, em 2009, aproximando-se mais dos homens brancos, que, neste ano, contaram com uma taxa de 55,5%. Por sua vez, distanciaram-se dos homens negros, que computaram uma taxa de 37,7% no mesmo momento (LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, 2013, p. 59-60).

Luci não conta em sua narrativa sobre a entrada na universidade, mas, ao pesquisar no seu canal e assistir outras publicações da youtuber, constatei que ela ainda não está cursando nenhuma faculdade. Apesar de não ser uma realidade na vida de Luci, atualmente a conclusão de um curso superior é uma realização que já pode ser almejada e vivenciada por muitas pessoas negras, como explicam Márcia Lima, Flávia Rios e França (2013, p. 60):

No nível superior, tem-se uma segmentação de gênero e raça bem mais forte que a verificada no ensino médio. Observa-se que, até 1999, as mulheres negras e homens negros mantinham taxas muito baixas, relativamente estáveis e próximas. A partir de 2001 apresenta-se um ligeiro crescimento da participação das mulheres negras e, em 2003, elas ultrapassam a taxa de 5%. Os homens negros passaram a demonstrar a mesma tendência três anos depois. Ainda que se mantenha o padrão de crescimento de todos os grupos verificado nos demais níveis de ensino analisados, no terceiro grau, o de grau racial é o mais expressivo, independentemente do sexo.

Pesquisas do IBGE (2019) revelam que em 2018 as proporções de crianças de 6 a 10 anos de idade brancas e pretas ou pardas cursando os Anos Iniciais do Ensino Fundamental apresentaram pouca discrepância, sendo de 96,5% para as primeiras e 95,8% para as últimas. Todavia, entre 18 a 24 anos de idade essa diferença era quase o dobro, enquanto os de cor ou raça branca que frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior era de 36,1%, a proporção para os de cor ou raça preta ou parda foi de 18,3%.

Friso esses dados relacionados ao ensino superior porque nas narrativas a conclusão da graduação foi lembrança citada de forma emocionada por algumas entrevistadas e os números

²² PEA: População Economicamente Ativa.

apresentados justificam a emoção delas, mulheres negras que conseguiram alcançar um lugar social que não é o esperado para elas. Gabi Oliveira demonstrou satisfação e orgulho ao relatar que antes dela ninguém em sua família tinha concluído uma faculdade:

E eu trouxe essa foto aqui [fala apontando uma foto para a câmera] do dia da minha formatura, junto com o meu pai e com a minha mãe. Essa foto, obviamente, é muito significativa pra mim, porque eu fui a primeira pessoa da minha família a pegar um diploma, a me formar. Então, essa foto realmente me emociona e é uma foto que eu quero guardar assim. E minha mãe guarda e meu pai guarda com muito carinho, porque foi uma realização pra eles. Eles sempre me incentivaram muito em relação aos estudos e estar ali foi...foi incrível.

Assim como Gabi e Luci, nas falas de Nátaly e Mari as conquistas relacionadas à educação formal também foram destacadas como marcos importante de suas vidas e, por conta disso, todas apresentaram orgulhosamente fotos desse momento (Imagem 14).

Ao ratificarem a importância dos estudos em suas vidas essas mulheres trazem à tona um recorte importante do cenário brasileiro no que diz respeito à interseccionalidade, como posto, o ingresso e a permanência no sistema de ensino muitas vezes podem representar sonhos inacessíveis, principalmente, quando se é mulher negra no Brasil.

O conhecimento é algo bastante valioso para o movimento de tomada de consciência da pessoa negra e quando falo de conhecimento é no sentido amplo, sobre estar a par da história dos seus ancestrais, sobre entender com seus entes mais próximos como construir escudos contra as formas de opressão e vencer os ‘nãos’ diários, contudo, não poderia deixar de mencionar a relevância do conhecimento oficial, escolar. A escola é um ambiente deveras nocivo para a formação da identidade da pessoa negra, todavia, a educação é fator preponderante para que novos modelos de mundo se estabeleçam.

No entanto, não foram só em questões relacionadas à educação que identifiquei elementos relacionados à interseccionalidade nas narrativas das entrevistadas, Tia Má e Luci Gonçalves, por exemplo, trazem em suas autodefinições, logo no início de suas falas, dois pontos que as colocam em posição de intersecção com vieses de opressão que tensionam ainda mais seu posicionamento social de mulher e negra.

Eu sou um furacão, **eu sou bissexual**, eu sou completamente - totalmente – desorganizada [...] (Luci Gonçalves, grifo nosso).

Eu sou Maíra Cristina. Eu sou preta, **gorda, nordestina** (Tia Má, grifo nosso).

Ao apresentarem questões relacionadas a sexualidade e ao corpo para falarem sobre quem são, as duas entrevistadas denotam a importância que esses elementos têm na composição de sua identidade. Se ser mulher e negra já traz uma série de implicações específicas para as pessoas que fazem parte desse conjunto, associados aos fatores mencionados pelas entrevistadas, além do racismo e do machismo, estão expostas as sequelas da LGBTfobia e da gordofobia.

Imagem 14 – Entrevistadas mostram fotos de momentos de sua vida acadêmica



Fonte: Elaboração própria para esta pesquisa a partir de canais do YouTube (2020).

A bissexualidade não foi um tema que Luci desenvolveu na sua narrativa, pelo menos não na versão editada do vídeo que foi publicado na campanha *YoutubeBlackBrasil*, por isso não vou abordar vivências da entrevistada relacionadas a esse aspecto de sua vida. Entretanto, não me furtarei de fazer algumas breves considerações a esse respeito.

Elizabeth Lewis (2012) explica que as “performances identitárias bissexuais” são discriminadas dentro do movimento LGBT, mesmo estando incluídas pela letra B na referida sigla. É como se o ‘não-encaixe’ na categoria homossexual ameaçasse o ‘direito’ das pessoas que assim sim se identificam de pertencer àquele grupo e serem acolhidas em suas demandas. Em sua pesquisa entrevistou ativistas que se identificam como mulheres bissexuais, a partir dos relatos conseguiu verificar estereótipos e preconceitos relacionados a esse grupo de pessoas e os dividiu nas seguintes categorias: apagamento da bissexualidade e a supersexualização.

Os preconceitos da primeira categoria tendem a invisibilizar, suprimir e sobretudo deslegitimar as performances identitárias bissexuais, reforçando o binário heterossexual/homossexual. As ativistas tendem a combater discursivamente esses preconceitos ao reforçar suas construções identitárias, particularmente através das táticas de autorização e autenticação. Os preconceitos da segunda categoria não negam a “existência” da bissexualidade, mas a estigmatizam e supererotizam (LEWIS, Elizabeth, 2012, p. 6).

Não é meu objetivo o aprofundamento nessas questões, mas, como a bissexualidade foi citada na narrativa de Luci, considero que trazer essas considerações da pesquisa de Elizabeth Lewis (2012) ajudam a compreender melhor a complexidade envolvida na constituição de sujeito da entrevistada.

No vídeo de Tia Má, além preta, ela se define ainda como gorda e nordestina. Faz isso duas vezes e de forma bem pontuada em sua fala: uma logo no início, outra no final, como para reforçar essa condição.

É uma mulher preta, gorda, nordestina, sentando na maior...em um horário nobre da maior emissora da América Latina [fazendo referência a sua presença no programa Encontro da Rede Globo] (Tia Má).

Esses reforços pontuais que Tia Má faz sobre o fato de ser gorda e nordestina soam quase como um desabafo, ao fazer esse tipo de colocação, ainda que de maneira breve e quase implícita, dá pistas de que essas características física e gentílica influenciam na sua vivência e na forma como é vista socialmente.

Embora não tenha utilizado na sua autodefinição, assim como fez Tia Má, ser gorda é um eixo interseccional também captado nas narrativas de Luci:

Luci Gonçalves: Nessa época aqui eu tava com 100 quilos. E eu tentava emagrecer mais do que tudo tudo nessa época. Acho que o primeiro dia que eu eu entendi o que era gordofobia, foi nesse dia aqui [fala apontando para foto que está em sua mão].

Entrevistador: Por quê?

L.G.: Porque esse dia eu tava superfeliz e nessa época o Facebook tava [...] né? começando a borbulhar assim . E eu falei “ah, vou postar no meu Facebook, né. Na época eu não tinha canal, não tinha blog, só escrevia algumas coisas pra internet. E eu lembro que uma tia de família minha, tipo tia mesmo de primeiro grau, ela sempre foi muito gordofóbica e racista comigo, sempre. Ela sempre juntava a família, assim num domingo, pra me zoar e falar como eu era gorda e como meu cabelo era ruim. E nesse dia eu postei essa foto e ela escreveu no comentário assim: ‘Acho que você está gorda, deveria parar de comer docinhos’, porque meu pai sempre trabalhou com festa, né, então a gente sempre trabalhou com docinho, salgado (...) E aquilo me causou uma raiva, uma raiva tão grande que foi a partir desse momento, eu lembro que foi a primeira faísca - assim - de amor-próprio minha. E foi a primeira vez que eu retruquei, sabe? Tipo: “não, você não vai falar isso de mim, porque eu não tô gorda”, porque eu achava que ser gorda era uma coisa ruim. Foram coisas que fui quebrando depois, mas foi nesse dia que eu botei na minha cabeça que ninguém nunca mais ia me humilhar da forma que ela me humilhou a vida inteira. E aí foi a partir desse momento que eu comecei a ser quem eu sou hoje.

Luci, ao apresentar o registro do comentário gordofóbico, traz outro aspecto bastante característico desses tempos de mídias sociais, o qual mencionei ao citar o exemplo do ocorrido com Ana Clara Barbosa em setembro de 2017, a disseminação do discurso de ódio pela internet. A possibilidade de autoexpressão na internet permite às pessoas se posicionarem sobre quaisquer assuntos e não são poucos os que se escudam no direito à liberdade de expressão para ratificarem condutas preconceituosas. Nos casos de demonstração de ódio na internet o que se percebe é a utilização desse direito para ferir a honra ou insultar alguém. Nesse caso específico, foi utilizado para endossar um comportamento preconceituoso.

Ante todas as considerações levantadas aqui, quero salientar que discutir interseccionalidade contribui para a compreensão de que as formas de discriminação, opressão e subordinação não são universais e, por isso, devem ser observadas na sua peculiaridade, até porque, existem índices sociais que incidem de forma diferente a depender de quais eixos de poder estão sobrepostos em determinado grupo. É de suma importância enfatizar que diante da realidade interseccional do nosso país a meritocracia não pode ser utilizada como parâmetro social.

Para além disso, convém destacar ainda que demarcar a existência de tais eixos de intersecção não se faz com a intenção de medir quem sofre mais discriminação. Detectar essas diferenças são essenciais para a construção de um cenário social mais diverso e equilibrado.

Na sequência, vamos verificar os aspectos do feminismo negro que podem ser apreendidos nas narrativas analisadas.

5.4 Sobre Feminismo Negro

Nas narrativas analisadas apenas uma das entrevistadas, Nátaly Neri, refere-se a si mesma como feminista. Como não tive acesso ao conteúdo completo dos vídeos, o universo narrativo que estou trabalhando é limitado aos sete vídeos e à forma como estão publicados no YouTube, não tenho como afirmar se outras entrevistadas também se consideram feministas. Tendo em vista que todas elas utilizam seu espaço de influência para encorajar outras mulheres negras a se sentirem bem consigo mesmas e, ainda, atuam de forma a fazer com que a existência de mulheres negras seja valorizada e respeitada, considero que essa seja também uma investigação sobre feminismo negro. Por isso criei essa categoria com a intenção de perceber como isso é manifestado por elas nas suas falas.

Neri se declara feminista em sua narrativa. A entrevistada conta de forma bastante descontraída que o seu envolvimento com o movimento negro ocorreu na universidade e mudou a forma como entendia a si mesma e as questões de negritude num contexto geral.

Eu entendia já a questão da negritude na minha vida, mas eu não tinha ideia que entrar nesse curso [Ciências Sociais], ia ter transformado tanto a minha vida e tanto as minhas perspectivas. E aí nessa época eu...Né ? Comecei a... Fui morar perto da universidade, tinha tempo livre, não tava fazendo nada. Não tinha dinheiro. “E aí, Nátaly! Vamo ali no rolezinho”, né? “Te mostrar uns negócios, falar umas coisas”. Eu falei: “como assim? O quê que é?” Daí falaram: “uns negócios aí de feminismo, umas coisas aí de movimento negro. Tá afim?” Falei: “nossa! Isso aí é lícito? [risos] Será que dá certo?” Aí começaram a me levar pra esse submundo, né?, da Universidade. Em que conhecimento e realidade se encontravam. Eu falei: “cara, é isso!” Aí eu me converti, né? Ao santo deus do feminismo no movimento negra [risos]. Era amém Angela Davis, boa noite, amém Malcom X [risos]. E aí eu fiquei muito maluca, nossa! Eu não tenho nenhuma...?Ah, eu tenho, foto. Que aqui, aqui eu tava ‘A’ militante. Porque eu tava negra! Negra, orgulhosa, feliz!

Com certeza, essa nova concepção de si e de mundo que Nátaly adquiriu no seu contato com ideias do movimento negro e mais, especificamente, do feminismo negro, deu a ela uma bagagem cultural capaz de ver com novos olhos uma série de verdades sobre pessoas negras

disseminadas nos meios de comunicação. Do ponto de vista dos Estudos Culturais, é justamente por conta desse tipo de vivência individual e coletiva que os *mass media* não possuem o poder total da influência sobre sua audiência, na verdade, essa perspectiva impõe o olhar para o receptor.

A passividade irrestrita do receptor não é condição considerada por aqueles que partem da ótica dos Estudos Culturais para estudar comunicação, já que a intenção da mensagem repassada pelo emissor pode não se perfazer a depender das experiências de vida experimentadas pelo receptor.

Muitas ações de ativismo digital que temos hoje, assim como as que ocorrem nos canais das mulheres que participam desta pesquisa, funcionam como respostas dos espectadores às conformações de mundo que os meios de comunicação tentam impor, principalmente no caso das minorias. Nesse contexto, o pensamento feminista negro ganhou força e evidência capazes de incitar transformações sociais importantes podendo pautar as grandes mídias e mudar suas abordagens.

Tia Má tem consciência dessa situação e reflete que suas participações no programa de Fátima Bernardes ajudam a pautar a televisão com assuntos mais inclusivos, pois, são um prolongamento do seu discurso ativista da internet:

[...] eu utilizo aquele espaço para poder pautar e eu sinto que a gente consegue mesmo de fato. [...] da mesma forma que a gente é pautado pelas mídias tradicionais, a gente também tem conseguido fazer isso. Isso muito por conta da internet. A internet tem sido nossa aliada (Tia Má).

Patricia Collins (2019) ensina que ações e vozes de mulheres negras como as das que compõem esta pesquisa devem ser consideradas para o avanço do pensamento feminista negro. Isso porque, apesar de ser um campo teórico que deve ser sustentado epistemologicamente, o feminismo negro não é apenas coisa de mulheres negras com conhecimento acadêmico, mais que isso, a autora insiste que o pensamento feminista negro deve legitimar as ideias que emanam também das mulheres negras que não são tidas como intelectuais (mulheres da classe trabalhadora, mães de família etc) ou que são estudiosas em espaços fora da academia (musicistas, escritoras, ativistas políticas, artistas, etc), ou seja mulheres negras comuns.

O que Patricia Collins pondera é que o pensamento feminista negro depende das visões e vivências de mulheres negras dos mais diferentes âmbitos sociais. Em sua obra aborda a

tensão entre o conhecimento científico e o conhecimento advindos das experiências cotidianas e aponta que o caminho é o acolhimento de todas as vozes.

No contexto das nossas entrevistadas, senti uma tensão entre as vozes, mas não no âmbito conhecimento acadêmico *versus* conhecimento cotidiano, mas, no âmbito temas de militância *versus* temas de blogueiragem (aqui considerados aqueles temas mais relacionados à realidade da vida de blogueiras, tais como, maquiagem, vlogs, tutoriais). Por exemplo, Camila Nunes, uma das entrevistadas, revelou que já recebeu críticas por não abordar de forma direta no seu canal de maquiagem pautas do movimento negro. Segundo ela, em algum momento essa cobrança a deixou pensativa, tendo em vista que além de não ter criado seu canal com a intenção de falar sobre estes temas, também não se sentia segura promover este debate:

E aí, de uns tempos para cá rolou muita cobrança do tipo: ‘Camila, mas você só vai falar de beleza? você só vai falar de maquiagem? porque não falar de racismo, de empoderamento?’ E aí eu parei para pensar, mas pera qual foi o meu intuito desde o início? não foi quebrar essa barreira? não seria uma forma de...de empoderar? Foi esse o desabafo, sabe? Foi bem assim, bem um papo mesmo, pra dizer qual era o meu intuito aqui. Aqui, aqui...é no YouTube, né?

Percebemos neste relato que no mundo das youtubers criadoras de conteúdo para mulheres negras também existem tensões e divergências sobre conceitos e correntes ideológicas. Neste caso específico, as cobranças vêm de outras pessoas negras com posicionamentos de ativismos mais direto no YouTube e que acabam por não entender que falar sobre maquiagem é uma pauta relevante para a causa. A própria Camila consegue perceber o quão importante é sua presença na rede e que suas postagens, apesar de não contemplarem assuntos de militância, encontram lugares de identificação.

[O canal] Começou de uma forma muito espontânea, muito espontânea mesmo. Só que com o tempo foi ganhando uma proporção e eu fui ganhando seguidoras fiéis. E aí muitas meninas foram falando que se identificava com minha história, é, que eu pude ajudar, que eu pude inspirar e tô aqui até hoje, passando minhas dicas de beleza.

Para Patricia Collins (2019, p. 55), experiências como as de Camila e das demais personagens desta pesquisa devem ser consideradas pelas que estão inseridas nas instituições de ensino superior para além de “objetos de estudo”, haja vista que “analisar as ideias e as iniciativas desses grupos excluídos de modo que sejam percebidos como sujeitos, revela um

mundo no qual o comportamento corresponde a uma asserção filosófica, e no qual uma tradição vibrante, ao mesmo tempo acadêmica e ativista, se mantém íntegra”.

E é baseado nesse entendimento que avalio que as experiências compartilhadas por Ramana Borba, Nátaly Nery, Camila Nunes, Gabi Oliveira, Luci Gonçalves, Tia Má e Mari Ribeiro precisavam ser trazidas para o mundo acadêmico, não para serem meros objetos desta pesquisa, mas para que suas vivências e conhecimentos fossem integrados ao conhecimento científico. Falo de mulheres negras que abriram seu próprio caminho com as ferramentas que lhes eram disponíveis, por uma lógica que privilegia padrões nos quais elas não se encaixam. Elas, por si próprias, conseguem diariamente vencer paradigmas e se colocarem como referência de narrativa divergente além de reunir e incentivar em seus canais milhares de outras mulheres com vivências até então sub-representadas. Um movimento muito valioso para a evolução do pensamento feminista negro.

Ainda sobre a ‘obrigatoriedade’ de militar nos conteúdos que produz, Gabi Oliveira traz uma reflexão com a qual eu concordo e acho que serve para justificar a relevância de todo conteúdo ‘não-militante’ que é produzido por essas mulheres negras e por quaisquer outras no YouTube:

Entrevistador: Eu queria saber se você achou seu lugar no YouTube? Como funciona se você quiser mudar sua pauta?

Gabi Oliveira: Eu acho que eu tô numa eterna reflexão sobre o meu lugar no YouTube... é... mas, a cada dia vai ficando mais claro pra mim. Eu tenho um canal, que ele é voltado para mulheres negras, principalmente. E isso pra mim não é nenhum problema, porque a gente viveu anos sem nenhuma produção voltada pra nós, as nossas narrativas sempre apagadas, então, eu acho muito importante a gente tá podendo hoje produzir nesse sentido e **a cada dia mais eu...eu percebo que a nossa vida é revolucionária, mostrar nossa vida é um ato revolucionário**, assim... A gente tá... No histórico das pessoas negras a gente vê muita morte, muita morte, porque a gente tá em um processo de genocídio e esse genocídio ele nos ataca de todas as formas, então, eu estar viva e está compartilhando isso, eu acho que já é revolucionário, então, eu não vejo que eu vou trair o movimento se eu não pautar certas coisas. Não, eu eu tô pautando de outras formas (Gabi Oliveira, grifo nosso).

Patricia Collins (2019) explica, a partir do seu contexto estadunidense, que é comum que existam tensões entre aquelas que lutam pela causa das mulheres negras. Inclusive, no passado, foi por meio da superação das diferenças que se conseguiu construir o que ela chama de poderosa tradição de ativismo das mulheres negras. Por isso, a autora reforça que o desafio da contemporaneidade é justamente esse ajuste para que surjam maneiras novas de erguermos umas às outras.

Tia Má conta que sua avó, mesmo na sua simplicidade de vida, compreendia que a chegada de uma mulher negra a algum lugar de influência precisava ser reconhecida e apoiada pelas outras:

Minha vó não era militante, não compreendia da luta racial, mas ela entendia como o racismo opera. E eu me lembro que quando todo mundo me ridicularizou quando eu disse que ia ser jornalista, ela riu e depois ela disse “vá, você vai ser o que você quiser ser” e “você não pode deixar que as outras pessoas impeçam que você seja”. Sempre que ela via uma pessoa negra na TV ela sabia que aquilo era tão raro, tão difícil, que ela dizia “bora ver o que ela tá falando”, porque ela compreendia que ali não era um lugar que a gente estava sempre. Todas as vezes que eu tô na televisão, que eu tô em um programa assim de grande audiência, eu fico imaginando qual seria a reação dela, como ela iria assistir. Então, quando eu estou lá, eu estou lá por ela também (Tia Má).

Compreendo que as bases do pensamento feminista negro estão vinculadas ao empoderamento da mulher negra, a fim de fazê-la reconhecer a si mesma como sujeito de direitos, ser vista socialmente para além dos estereótipos, assim como, considerada nas suas diferenças.

O meu ponto de vista é que todas as sete mulheres que compuseram as narrativas desta investigação realizam um importante papel na construção de novas narrativas a respeito da imagem da mulher negra, refutando tanto os estereótipos sobre o que elas não são, quanto sobre os que deveriam ser, tal qual expressa Luci Gonçalves no seguinte trecho:

Eu tento ter focos, obviamente, mas eu quero mostrar para as pessoas que eu não sou só uma mulher negra, eu não sou só mulher bissexual, eu não sou só mulher pobre, favelada.

As pessoas costumam me chamar para falar sobre racismo, Sobre LGBTfobia, sobre ser uma blogueira periférica, ser uma youtuber, influencer, *whatever* (...) é...periférica e negra, mas não me chamam muito pra fazer isso aqui, pra falar quem eu sou como pessoa. É bem difícil alguém me enxergar além desses estereótipos, que são importantes, esses padrões, a gente se reconhecer como negro, como LGBT e se firmar e lutar pelos nossos direitos mínimos, mas entender que a gente não é só isso, sabe? Que eu sou essa aqui com lace [aponta uma foto na mesa]. E sinto muito bonita assim, mas que eu também sou assim toda maquiada e fazendo pose no meio do nada [aponta outra foto para a câmera], mas eu também sou sem maquiagem e eu sou assim (Luci Gonçalves).

Minha intenção é, então, demonstrar que apesar de muitas vezes não utilizarem seu espaço para se manifestarem de forma direta e incisiva sobre questões de militância, as vozes dessas mulheres precisam ser consideradas por todas aquelas que se propõem discutir e fazer avançar o pensamento feminista negro. Embora cada uma delas apresente peculiaridades

atinentes a suas vivências particulares, suas histórias de vida são permeadas por sequelas da herança colonial deixada a todas nós, suas vozes precisam manter viva a história de resistência às diferentes formas de opressão e de apagamento que negros e negras sofreram (e ainda sofrem) em todas as épocas.

6. CONSIDERAÇÕES EFÊMERAS

*Somos eu, somos sujeito, somos quem descreve,
somos quem narra, somos autora/es e autoridade
da nossa própria realidade.
(Grada Kilomba)*

As argumentações feitas ao longo desta dissertação foram providenciais para a percepção de como se apresentam as perspectivas de representação e representatividade de raça e de gênero em um meio que é tão comum nos dias atuais, o YouTube. Por óbvio, que as discussões a que me atendo dizem respeito a apenas uma parte de um universo de possibilidades que esse campo temático e essa plataforma podem abarcar. Todavia, entendo que durante todo o desenvolvimento da pesquisa as nuances abordadas e as referências teóricas utilizadas deram o suporte necessário para promover estas reflexões, bem como proceder metodologicamente com as análises das narrativas de Ramana Borba, Nátaly Nery, Camila Nunes, Gabi Oliveira, Luci Gonçalves, Tia Má e Mari Ribeiro.

O grande desafio dessa investigação foi captar das falas dessas mulheres as estruturas sociais na quais elas estão inseridas tendo como referencial vídeos com duração relativamente curta, cujo material bruto não tive acesso. Nesse sentido, procurei extrair de um material com 8 a 10 minutos de conteúdo (*Campanha YouTube Black Brasil*) as formas que constroem as narrativas de si na contemporaneidade, uma das questões norteadoras desta pesquisa.

Esta reflexão foi se construindo à medida em que os parâmetros de análise foram se delineando. Optar pela observação sob a ótica do plano da metanarrativa (MOTTA, 2013) ajudou a melhor demarcar o rumo que seguiria para a verificação dos objetivos e das hipóteses levantadas. Além disso, orientou a investigação para o pano de fundo das narrativas, a interpretação daquilo que era dito para a compreensão do plano subjetivo fazendo com que os elementos textuais servissem de pistas para a compreensão dos modelos de mundo das entrevistadas.

O que estava posto era o meu limite, se cada postagem tinha 8, 9 ou 10 minutos, era esse o meu material de trabalho e, foi por meio dele, que a pesquisa tomou forma. Esse é um tipo de limitação que se perfaz na pesquisa netnográfica. Se a investigação ocorresse em um campo não-virtual, por exemplo, em uma entrevista aberta realizada por mim, talvez tivesse a oportunidade de desenvolver melhor a respeito de determinado elemento da história que a mim parecesse necessário, ou de ter aprofundado diretamente com o narrador o ponto de vista dele, com vistas a tornar mais inteligíveis pontos obscuros, e assim, ter o material de análise mais robusto.

Entretanto, não é assim que acontece quando se trabalha exclusivamente com narrativas e conteúdos disponíveis na rede, que geralmente já nos chegam editados e os quais já são por si só um produto narrativo pronto. Se contasse com mais elementos textuais teria sido possível identificar outros aspectos que não tratei nessa obra, porém, acredito ter conseguido resultados relevantes extraídos das proposições manifestadas em cada história de vida narrada no material analisado.

Dessa forma, é importante frisar que, ao empreender a investigação no YouTube, percebi que a descrição fidedigna não só da trajetória de pesquisa, mas também das diferentes e específicas limitações impostas pela pesquisa no ambiente on-line são fundamentais para endossar questões de ordem ética que transpareçam a integridade da pesquisa e dos resultados alcançados.

Isso posto, ressalto que - a partir do material analisado - compreendi que as youtubers negras estão comprometidas com a desconstrução dos estereótipos sociais que lhes são atribuídos e, no caso das mulheres em questão, este processo não se dá por meio de um embate direto, com publicação de conteúdos abordando temáticas inerentes a sua condição de mulher negra. Pelo contrário, o que eu notei é que elas têm consciência das questões sociais que as circundam e, algumas delas, como é o caso de Gabi, Tia Má e Nátaly, têm uma atuação mais ativista, mas o que todas querem é ocupar esse espaço (YouTube) para atender da sua maneira uma demanda reprimida historicamente de representação e representatividade.

Ao apresentarem suas vivências cotidianas, compartilhem experiências e desafios, além da identificação de outras mulheres negras, as youtubers ajudam a compor um cenário de normalização da imagem da mulher negra, pois, conformam sua apropriação da plataforma buscando demonstrar como querem ser vistas.

Trabalhar essas narrativas com o aporte teórico dos Estudos Culturais permitiu a compreensão trazida por Hall de que a construção da identidade individual se dá em uma esfera de valores culturais coletivos e, por isso mesmo, não-fixa, podendo ser abastecida por valores novos, os quais se implementam com a ascensão de repertórios culturais diversos.

É certo que ao não se verem nos produtos midiáticos que consumiam, o apagamento de um tipo de identidade influenciou a construção identitária das mulheres que estudamos aqui. O sentimento de não pertencimento social causou uma série de acepções sobre si e sobre a história de suas ancestralidades. Entretanto, essas mulheres negras estão tecendo todos os dias um movimento que aos poucos vem conseguindo não só refutar noções equivocadas sobre negros e negras no Brasil, mas também estabelecer outros olhares.

Verifiquei que o racismo estrutural é o grande tema que permeia as narrativas de todas as sete mulheres. Ao longo do processo de construção da pesquisa compreendi que as questões sobre representatividade limitada, representações equivocadas e realidades interseccionais específicas perpassam suas histórias de vida e têm raiz na forma como o Brasil administrou as sequelas sociais imprimidas em nossa história entre os anos de 1530 e 1888.

Além disso, entendo que as hipóteses levantadas inicialmente foram confirmadas. Constatei que as narrativas de mulheres negras no YouTube e em diferentes meios possibilitados pela internet não apenas contrapõem o que é considerado hegemônico, mas, faz nascer narrativas próprias (dentro e fora do movimento negro). Nesse sentido, entendendo que a contraposição tem sentido no outro e tem esse outro como referencial, já as narrativas próprias vêm das convicções de sua vivência e pela experiência dos seus.

Posso dizer que os caminhos dessa investigação me levaram ao levantamento de uma melhor hipótese, a qual não foi pensada inicialmente, porém, se mostrou bastante latente nas fases finais dessa empreitada, a de que os canais dessas mulheres conformam novas práticas sociais, construídas de forma independente por grupos colocados à margem pelo discurso das mídias tradicionais. Dessa maneira, consigo visualizar, tal qual vislumbrado pelos Estudos Culturais, que os artefatos culturais por si só já performam a mudança que almejam e, por conta disso, podem ser tomados como modelos para um novo fazer social.

A presença de figuras femininas de pele negra falando por si e incentivando outras a tomarem consciência da sua beleza, da sua potência e da sua importância social, ainda que de forma simples e inconsciente, abre portas e gera espaços sociais que estão servindo para ajudar a desmontar o imaginário depreciativo que se cristalizou historicamente no Brasil a respeito das mulheres negras.

Apesar de existirem aspectos da vivência negra que são comuns a elas, as diferenças etárias, de orientação sexual, classe social, por exemplo, posicionam essas mulheres em lugares sociais muito diferentes, por isso, a presença delas é considerada um tipo de influência. São vozes múltiplas! E isto nos faz lembrar o pensamento de Hall (2013, p. 385) “é para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra que devemos dirigir integralmente a nossa atenção criativa”.

Não há como negar a importância do YouTube para a ampliação das vozes negras, a plataforma transformou a maneira dessa geração de consumir e produzir conteúdo, além de ter propiciado a ascensão de pessoas comuns ao *status* de protagonistas. Mais um motivo para trazer esta pesquisa para ser realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins. Antes de chegar a estas sete mulheres, havia

procurado no estado do Tocantins canais de mulheres negras protagonistas para serem estudados. Como este recorte não foi possível por falta de material, ampliei meu objeto para a Campanha *YouTube Black Brasil*, por ser relevante e influenciar todo o território nacional. Mas, posso dizer que a pesquisa, serve de indício para quiçá num futuro próximo, mulheres negras tocaninenses possam também ter visibilidade nesta e em outras plataformas digitais. Fazendo com que suas vozes ecoem e ganhem outros lugares para além da região Norte do Brasil.

Como vimos, a presença e a atuação das sete mulheres negras cujas narrativas foram analisadas nesta investigação são exemplos vigorosos do efeito YouTube. Por muito tempo, o que se viu na mídia foi a história negra sendo contada de forma terceirizada em meios de comunicação com formatos sem abertura para uma contestação imediata, entretanto, a plataforma trouxe a possibilidade de produção de conteúdo autônomo, sem limite de postagens, com uma super abrangência e que pode ser feito sem a necessidade de uma gama de equipamentos caros e especializados, como ocorre nos programas de televisão, por exemplo, bastando para isso a inscrição em um canal criado a partir de um endereço de e-mail.

No YouTube podemos falar de qualquer coisa. Claro, esse ‘qualquer coisa’ é relativizado, haja vista que quando o conteúdo é ofensivo ou mentiroso tende a ser bloqueado pela plataforma. Mas, a liberdade de expressão é elemento inerente a este espaço, por isso, as narrativas que impõem formas de representação de mulheres negras diferentes da visão eurocêntrica se propagam cada dia com mais eficiência. Essas mulheres encontraram lugar para dizer como se sentem em relação aos padrões que lhes são impostos e como querem ser representadas.

Entretanto, esse espaço não é sempre de acolhida, conforme demonstrei anteriormente no exemplo do que ocorreu com a menina Ana Clara Barbosa, há aqueles que o utilizam os comentários do canal para reverberar discursos de ódio, capazes de causar sequelas e conflitos para as protagonistas dos canais. Contudo, considero que essa dualidade identificação/rejeição - a que essas mulheres estão expostas quando resolvem produzir conteúdo para o YouTube - reforça o caráter da existência de resistência da mulher negra, podendo ser considerada uma forma de praticar o feminismo negro na contemporaneidade e consolidar a plataforma como lugar de resposta aos levantes preconceituosos, trazendo à tona reflexões sobre o *status quo* social no que se refere às questões de gênero e raça, apontando caminhos para a mudança cultural.

Obviamente esta pesquisa não esgota todas as implicações referentes ao tema investigado, e sabemos que este não era mesmo o objetivo deste percurso. Reconheço que o que apresentei aqui é apenas parte de uma discussão que se constitui de muitas nuances não trabalhadas aqui. Busquei compreender como as mulheres negras se autorrepresentam a partir de narrativas de histórias de vida contadas em um vídeo de uma campanha específica.

Mas, para seguir pensando, talvez caiba ainda perguntar: é possível obter elementos diferentes de autorrepresentação por meio da análise de diferentes postagens de um único canal do YouTube ou da/na comparação de dois ou mais canais? Quais são as principais tensões geradas sobre representação, representatividade, interseccionalidade e feminismo negro nas narrativas negras em canais do YouTube? Essas narrativas geram legitimidade de discurso na própria comunidade negra? Qual o lugar de fala das negras de pele clara? Enfim, o que define a negritude de uma pessoa no Brasil? São questões que seguem em aberto e que podem inspirar novas investigações.

Outra possibilidade de investigação seria a profissionalização da vida no youtuber, isso porque muitas mulheres que começam a fazer vídeos por *hobby* ou como diário digital, veem suas vidas mudadas à medida que passam a fazer sucesso com isso. As possibilidades são inúmeras, mas espero que as análises feitas neste trabalho possam contribuir como fonte para essas futuras pesquisas relacionadas a representação e representatividade negra e a importância do YouTube no cenário brasileiro. Afinal, atualmente as discussões assuntos relacionados à negritude estão acontecendo com mais frequência e de forma mais organizada nas redes e, inclusive, alcançando espaços nos meios de comunicação mais tradicionais, como a televisão.

Por fim, a execução desta pesquisa foi profundamente enriquecedora para mim, não só como pesquisadora, mas – principalmente – como pessoa. Lançar o olhar atento e de forma completamente comprometida para analisar o relato dessas mulheres, negras como eu, me fez entender melhor meu lugar no mundo e as responsabilidades que isso impõe. Estou consciente de que minha existência não é só minha, ela é fruto da somatória de lutas de tantas outras mulheres pretas que me antecederam e neste percurso histórico espero contribuir e ser inspiração para muitas que virão após mim.

REFERÊNCIAS

- AAKER, David A. **Construindo marcas fortes**. Porto Alegre,RS: Bookmam, 2007.
- ALMEIDA, Maureci Moreira de. **Ideologia do branqueamento nas telenovelas brasileiras**. Jundiaí: Paco Editorial: 2016.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.
- ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Percurso metodológico. *In*: ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [on-line]. São Paulo: Editora UNESP: Cultura Acadêmica, 2010. p. 29-46. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-05.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- ARTES, Amélia; MENA-CHALCO, Jesús. Expansão da temática relações raciais no banco de dados de teses e dissertações da Capes. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1221-1238, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022017000401221&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 maio 2019.
- BAPTISTA, Maria Manuel. Estudos culturais: o quê e o como da investigação. **Carnets**, Première Série – 1, Numéro Spécial, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/carnets/pdf/4382>. Acesso em: 25 maio 2019.
- BARBOSA, Ana Clara. **Canal da Ana Clara**. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCTnSqM8I_s7JDDJeQJm2nQ. Acesso em: 6 jun. 2019.
- BARROS, Zelinda. **Feminismo negro na internet**: ciberfeminismo ou ativismo digital? 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/1497162/Feminismo_negro_na_Internet. Acesso em: 2 nov. 2019.
- BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: BENTO, Maria Aparecida; CARONE, Iray (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2018.
- BERNARDES, Júlio. **Racismo sem categoria**: análise mostra presença do negro na publicidade. 2012. Disponível em: <http://negobelchior.cartacapital.com.br/analise-mostra-presenca-do-negro-na-publicidade/>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BERND, Zilá. **Híbrido**. E-dicionário de Termos Literários Carlos Ceia. 2005. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/H/hibrido.htm>. Acesso em: 16 abr. 2009.
- BRASIL. IPEA. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019a. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em 20 fev. 2020.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Taxa de distorção idade-série**. 2019b. Disponível em:
http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/475929/RESPOSTA_PEDIDO_Nota%20tecnica%20da%20Taxa%20de%20Distoro%20Idade.pdf. Acesso em: 6 nov. 2019.

BRASIL. IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011. 39 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019.

BUENO, Winnie. **‘Eu não me via na TV’**: como o pensamento feminista negro me ajudou a entender quem eu sou. 2019. n. p. Disponível em:
<https://theintercept.com/2019/10/17/feminismo-negro-me-ajudou-entender-quem-sou/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CABRAL, Nathália. **YouTube Black Brasil**: ampliando vozes que devem ser ouvidas. 2017 Disponível em: <https://brasil.googleblog.com/2017/11/youtube-black-brasil-ampliando-vozes.html>. Acesso em: 1 jun. 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

CERETTA, Simone Beatriz; FROEMMING, Lurdes Marlene. Geração Z: compreendendo os hábitos de consumo da geração emergente. **Revista Eletrônica do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar – RAUnP**, ano 3, n. 2, abr./set. 2011. Disponível em: <file:///D:/User%20Cliente/Downloads/70-325-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CHAGAS, Juracy. O “lugar de fala” nos movimentos: pressupostos teóricos pós-modernos, materialização prática fragmentária. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. **Anais [...]** Vitória, ES: Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, 2018. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufes.br/?journal=abepss&page=issue&op=view&path%5B%5D=938>. Acesso em: 3 out. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia** (versão on-line). 2000. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1936981/mod_resource/content/3/aula%201_CHAU%20C3%8D%20Marilena.%20Convite%20C3%A0%20Filosofia.pdf. Acesso em: 9 maio de 2019.

CHAVES, L. G. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista Ciências Sociais**. v. 2, n. 1, 1971. Disponível em: http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v2n1/rcs_v2n1a8.pdf. Acesso em: 30 jun. 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed, São Paulo: Boitempo, 2019.

CONCEIÇÃO, Paulo. **Escravidão no Brasil**. 2012. Disponível em:
<https://filosofojr.wordpress.com/2012/04/10/escravidao-no-brasil/>. Acesso em: 21 ago. 2017.

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo, a violência do racismo. *In*: SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão (Prefácio)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, Newman. **Sobre a campanha YouTubeBlackBrasil2017**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por dricasgomes@gmail.com em 10 out. 2019.

COTRIM, Gilberto. Revolução Industrial e Lutas Proletárias. *In*: COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Mundo: da Idade Moderna ao mundo atual**, 1 grau. São Paulo: Saraiva. 1996. p. 72-81. v. 2.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, v.10, n.1, p.171-188, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 2 nov. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. 2. ed. Brasília: Letraslivres, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/2137/2707>. Acesso em: 23 out. 2019.

DOMINGUES, Petrônio. **Cultura popular e cultura erudita: as construções de um conceito na produção historiográfica**. 2008a. Disponível em: <http://gpcir.sites.uol.com.br/ce/petronio.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação** v. 13, n. 39 set./dez. 2008b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300008. Acesso em: 22 abr. 2019.

DOSSIÊ Brandlab: a revolução dos cachos. Thinkwithgoogle, 2017. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/advertising-channels/v%C3%ADdeo/revolucao-dos-cachos/>. Acesso em: 15 jan. 2018.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas, problemas e perspectivas. *In*: CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 17-38. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1055165/mod_folder/content/0/CARDOSO%2C%20Ruth.%20A%20Aventura%20Antropol%C3%B3gica%20%5Blivro%20completo%5D.pdf?force_download=1. Acesso em: 15 maio 2019.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. A contribuição do olhar feminista. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, 1998, p. 1-11. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/3367>. Acesso em: 21 mar. 2019.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Stuart Hall e feminismo: revisitando relações. **Matrizes**, v. 10, p. 61-76, 2016. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/9664>. Acesso em: 5 ago. 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador : EDUFBA, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf. Acesso em: 25 abr. 2018.

FERNANDES, Viviane; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **Identidade Negra: entre exclusão e liberdade**. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n63/0020-3874-rieb-63-0103.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

FIGUEIREDO, Rúbia Medeiros. **Revista Bravo!: estudo comparativo do jornalismo cultural frente às pressões de mercado**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – UMESP. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.metodista.br/poscom/cientifico/publicacoes/discentes/art/artigo-0039/>. Acesso em: 13 fev. 2018.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2008. (Coleção pesquisa qualitativa).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Fabio. **Jornalismo cultural**. Porto Alegre: Brasileirinho, 2005. Disponível em: <http://www.jornalismocultural.com.br>. Acesso em: 17 maio 2017.

GOMES, Helton Simões. Smartphone passa PC e vira aparelho nº 1 para acessar internet no Brasil. G1, São Paulo. abr. 2016a. Seção Tecnologia e Games. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/smartphone-passa-pc-e-vira-aparelho-n-1-para-acessar-internet-no-brasil.html>. Acesso em: 18 maio. 2017.

GOMES, Itânia. M. M. **A atividade do receptor, um modo de se conceber as relações entre comunicação e poder**. 2014. n.p. Disponível em: [http://www.intercom.org.br/papers/viii-sipec/gt03/37 Itania% 20Gomes% 20-% 20trabalho% 20completo.htm](http://www.intercom.org.br/papers/viii-sipec/gt03/37%20Itania%20Gomes%20-%20trabalho%20completo.htm). Acesso em: 25 fev. 2019.

GOMES, Laura Graziela. Novas tendências e desafios metodológicos nos estudos de consumo midiático. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla. **Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos**. Rio de Janeiro: E-papers, 2016b, p. 47-67. Disponível em: https://www.academia.edu/28924618/Etnografia_e_consumo_midi%C3%A1tico_novas_tend%C3%Aancias_e_desafios_metodol%C3%B3gicos . Acesso em: 18 jun. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1567>. Acesso em: 2 jul. 2017.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 419-441. Disponível em: cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/pensamento-e.../file.html. Acesso em: 1 jun. 2019.

GONÇALVES, Juliana. **Instituto da Mulher Negra atua pela valorização das mulheres e cultura afrobrasileiras, e luta por seus direitos**. 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/geledes-30-anos-de-amor-e-luta-pelos-direitos-das-mulheres-negras/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

GONÇALVES, Luci. **Eu sou Luci Gonçalves**. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (8min27seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t30yiSfDdNI>. Acesso em: 6 jun. 2019.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho "Temas e Problemas da População Negra no Brasil". *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 4., 1980, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130749/mod_resource/content/1/Gonzalez.Lelia%201983-original%209.Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira_1983.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HALL, Stuart. Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos Estudos Culturais. **Revista Projeto História**. n. 31, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2308/1400>. Acesso em: 20 nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, IBGE, n. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 2 mar. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>. Acesso em: 1 mar. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa sobre padrões de vida 1996-1997: primeira infância**. : Rio de Janeiro: Departamento de População e Indicadores Sociais, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6974.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

JANOTTI JUNIOR, Jeder; GOMES, Itania Maria Mota (org.). **Comunicação e estudos culturais**. Salvador : EDUFBA, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5536/1/Comunicacao%20e%20estudos%20culturais-repositorio2.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2019.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? 1986. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 9-132.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLIX, Tatiana. **Torne suas aulas mais interativas com QR Codes**. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4733/blog-tecnologia-torne-suas-aulas-mais-interativas-com-qr-codes>. Acesso em: 20 mar. 2019.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica on-line. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRUSE, Maria Henriqueta Luce *et al.* Estudos culturais: possibilidades para pensar de outro modo a pesquisa em enfermagem. **Rev Gaúcha Enferm**. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/viewFile/79579/46589>. Acesso em: 10 jan. 2019.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 19. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEITE, Amanda Maurício Pereira. On/off-line: entreolhares sobre as infâncias X, Y e Z. **Jornal Educação & Imagem**, ano 4, ed. 30. 2015. Disponível em: <http://docplayer.com.br/2255866-A-imagem-idealizada-de-uma-infancia-saudavel-e-feliz-hoje-se.html>. Acesso em: 28 maio 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LEWIS, Elizabeth Sara. “Eu quero meu direito como bissexual”: a marginalização discursiva da diversidade sexual dentro do movimento LGBT e propostas para fomentar a sua aceitação. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 3, 2012, Campinas, SP. **Anais [...]**. Campinas, SP: IEL/UNICAMP, 2012. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/titulo.html>. Acesso em: 1 mar. 2020.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). *In*: MARCONDES, Mariana M.; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle (org.). **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília : Ipea, 2013. p. 53-80. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/dossie-mulheres-negras-retrato-das-condicoes-de-vida-das-mulheres-negras-no-brasil>. Acesso em: 2 jun. 2019.

LOGIN. 2014. Disponível em: <https://www.significados.com.br/login/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

MACHADO, Hilka Vier. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. **Revista de Administração Contemporânea**, v.7, 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552003000500004. Acesso em: 12 abr. 2017.

MARINHO, Maria Helena. **Pesquisa Video Viewers: como os brasileiros estão consumindo vídeos em 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/pesquisa-video-viewers-como-os-brasileiros-estao-consumindo-videos-em-2018/>. Acesso em: 1 fev. 2019.

MARTINS, Rubens de Oliveira. Geração digital. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 6, n. 3, p. 312-316, 2010. Disponível em: <https://document.onl/documents/a-hora-da-geracao-digital-resenha.html>. Acesso em: 3 jun. 2019.

MATOS, Lídia. Transição capilar como movimento estético e político. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 1, 2016, Sergipe. **Anais [...]**. Sergipe, 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/article/download/6082/5095>. Acesso em: 17 maio 2017.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS, Sérgio. **Um perfil da TV brasileira (40 anos de história: 1950-1990)**. Salvador: Associação Brasileira de Agências de Propaganda, 1990. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/02.%20Um%20perfil%20da%20TV%20brasileira.%2040%20anos%20de%20hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 1 maio 2019.

MELLO, Daniel. **Celular é usado por 82% das crianças e adolescentes para acessar internet**. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-07/celular-e-usado-por-82-das-criancas-e-adolescentes-para-acessar-internet>. Acesso em: 15 dez. 2016.

MEYER, Maximiliano. **Quais as diferenças entre as gerações X, Y e Z e como administrar os conflitos?**. 2014. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/post/13498-quais-as-diferencas-entre-as-geracoes-x-y-e-z-e-como-administrar-os-conflitos>. Acesso em: 1 mar. 2018.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A análise pragmática da narrativa jornalística**. 2013. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NERI, Nátaly. **Eu sou Nátaly Neri**. [S. l.: s. n.], 2017a. 1 vídeo (10min44seg.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V5M8q_g1hyY. Acesso em: 6 jun. 2019.

NERI, Nátaly. **Youtubers negros são todos iguais?** [S. l.: s. n.], 2017b. 1 vídeo (12min28seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DOij3KhNTFU>. Acesso em: 6 jun. 2019.

NUNES, Camila. **Eu sou Camila Nunes**. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (8min19seg.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T_ADhD3bv94. Acesso em: 6 jun. 2019.

NYBO, Erik. **O conflito de gerações e a criação de uma nova sociedade**. 2019. Disponível em: <https://startupi.com.br/2019/03/o-conflito-de-geracoes-e-a-criacao-de-uma-nova-sociedade/>. Acesso em: 25 maio 2019.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. Intelectualidade negra e produção do conhecimento na educação brasileira. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação**, v. 1, p. 106-108, 2016. Disponível em: [http://www.fapur.ufrrj.br/SEER/index.php?journal=REPECULT&page=article&op=viewFile&path\[\]=3536&path\[\]=2188](http://www.fapur.ufrrj.br/SEER/index.php?journal=REPECULT&page=article&op=viewFile&path[]=3536&path[]=2188). Acesso em: 28 jun. 2019.

OLIVEIRA, Sérgio de Freitas. As vozes presentes no texto acadêmico e a explicitação da autoria. **Pedagogia em Ação**, [S.l.], v. 6, n. 1, mar. 2014. ISSN 2175-7003. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/9182>. Acesso em: 17 mar. 2019.

OTSUKA, Daniela. Locução adjetiva. **Infoescola**, 2014. Disponível em: <https://www.infoescola.com/portugues/locucao-adjetiva/>. Acesso em: 24 maio 2019.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f...., negra para trabalhar”**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. 324f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

POR ONDE andam as Paquitas? **Hipersessão**, out. 2010. Disponível em: <https://hipersessao.blogspot.com/2010/10/por-onde-andam-as-paquitas.html>. Acesso em: 6 jun. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. [*e-book*] Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2019.

QUINALHA, Renan. Primeiro vereador gay de São Paulo defende homofobia? **Revista Cult**, São Paulo, n. p., out. 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/primeiro-vereador-gay-de-sao-paulo-defende-homofobia/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

REVISTA DONNA. **Deu a volta por cima**: youtuber de 11 anos sofre ataques racistas e vira garota-propaganda de marca de beleza. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/gente/noticia/2018/05/deu-a-volta-por-cima-youtuber-de-11-anos-sofre-ataques-racistas-e-vira-garota-propaganda-de-marca-de-beleza-cjqxws4t700hm0qcn6dzfzazgh.html>. Acesso em: 6 jun. 2019.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017. 112 p. (Coleção: Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Stephanie. **Aliou Cissé é o “negro único” da Copa do Mundo**. 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/stephanie-ribeiro-aliou-cisse-e-o-negro-unico-da-copa-do-mundo/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

RIVERO, Reynaldo. **Lembranças: aparelhos de TV dos anos 80**. 1993. Disponível em: <http://www.autobahn.com.br/lembrancas/tv.html> . Acesso em: 1 maio 2019.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Etnografia: saberes e práticas. Iluminuras**, v. 9, n. 21, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301/0>. Acesso em: 1 maio 2019.

ROCHA, Camilo. **O perfil dos brasileiros que nunca acessaram a internet**. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/08/29/O-perfil-dos-brasileiros-que-nunca-acessaram-a-internet>. Acesso em: 18 dez. 2020.

ROCHA, Edmar José da. **Auto-declaração de cor e/ou raça entre alunos (as) paulistanos (as) do ensino fundamental e médio: um estudo exploratório**. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17039/1/Binder1.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ROCHA, Neli Gomes da. **Crespos: o cabelo como ícone da identidade negra. Memória e estética, a circulação de ideias e valores na realidade brasileira. REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, v.2, n.1, p. 86-92, mar. 2016. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/nep/issue/view/2063/showToc>. Acesso em: 17 maio 2017.

RONCOLATO, Murilo. **A caminhada do movimento negro no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/11/24/A-caminhada-do-movimento-negro-no-Brasil>. Acesso em: 8 jan. 2019.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento, 3. ed., 2003.

SANTANA, Henrique; SALLES, Iuri. **Por que os negros não apresentam programas de televisão**. 2017. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadores-negros-na-televisao/>. Acesso em: 4 maio 2019.

SANTOS, Flávia Martins dos; GOMES, Suely Henrique de Aquino. **Etnografia virtual na prática: análise dos procedimentos metodológicos observados em estudos empíricos em cibercultura**. 2013. Disponível em: www.abciber.org.br/simposio2013/anais/pdf/.../26054arq02297746105.pdf. Acesso em: 13 fev. 2019.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 110).

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília: Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1973/1/Tese%20Sales%20versao%20final%203.pdf> f . Acesso em: 20 mar. 2019.

SARAIVA, Adriana. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. **Agência de Notícias do IBGE**, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em: 21 mar. 2019.

SARDÁ, Thais de Oliveira. **A gestão de identidade dos sujeitos em sites de redes sociais Facebook e LinkedIn**. 2015. 167f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117425/000967849.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 mar. 2019.

SCHERRE, Paula Pereira. E quando pesquisador e pesquisado são a mesma pessoa? Reflexões epistemo-metodológicas à luz da complexidade e da transdisciplinaridade. **NUPEAT–IESA–UFG**, v. 5, n.1, p. 263-286 jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/download/36359/18712>. Acesso em: 1 maio 2019.

SCHULMAN, Norma. O Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham: uma história intelectual. 1999. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Aline. **O uso do cabelo natural como ato político**. 2014. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2014/11/21/o-uso-do-cabelo-natural-como-ato-politico/>. Acesso em: 1 jul. 2017.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?** Salvador: Edufba, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8688/1/Ana%20Ceia%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SILVA, Daniel Neves. **Revolta da chibata**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/revolta-chibata.htm>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SILVA, Maria Aparecida. **Trajatórias de mulheres negras ativistas**. 1. ed., Curitiba: Appis, 2017.

SILVA, Mariana Gesteira da. **Representatividade e potencialidades estéticas da negritude a partir das novas mídias**. Encrespando, [S.l.], v. 1, n. 1, jun. 2017. Disponível em: <http://www.jur.puc-rio.br/encrespando/index.php/files/article/view/5>. Acesso em: 25 jul. 2017.

SILVA, Renata. **A máscara obscura do ódio racial: segregação, anonimato e violência nas redes sociais**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal Fluminense, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/6660>. Acesso em: 6 jan. 2020.

SILVA, Sandra Rúbia. A globalização como desafio para o trabalho de campo e a produção etnográfica. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla. **Etnografia e consumo**

mediático: novas tendências e desafios metodológicos. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. p. 47-67. Disponível em: https://www.academia.edu/28924618/Etnografia_e_consumo_midi%C3%A1tico_novas_tend%C3%A2ncias_e_desafios_metodol%C3%B3gicos . Acesso em: 18 jun. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 73-102.

SILVEIRA, Letícia Lopes da. “**Se baixarmos o ‘volume’, não vão nos ouvir**”: as apropriações do YouTube e a performance das mulheres ‘crespas’ e ‘cacheadas’. 2017. 219f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24366>. Acesso em: 1 jun. 2018.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; SIQUEIRA, Euler David de. A cultura no jornalismo cultural. **LUMINA - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação**, v.1, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <http://www.ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina>. Acesso em: 20 out. 2018.

SOARES, ELZA. **A carne.** Álbum do coccix até o Pescoço. Gravadora Maianga Discos, 2002.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TAPSCOTT, Don. A geração internet chega à maturidade. *In*: TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital: como os jovens que cresceram usando a Internet estão mudando tudo, das empresas aos governos.** Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010, p. 19-52. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/wp-content/uploads/2010/06/CapituloAHora.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2019.

TEIXEIRA, Maria Santana do Santos Pinheiro; QUEIROZ, Josiane Mendes de. Corpo em debate: a objetificação e sexualização da mulher negra. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, v. 1, 2017, **Anais [...]**, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/anais.php>. Acesso em: 18 fev.2019.

TESSAROLO, Felipe Maciel; SILVA, Nathália Esteves da Silva. Claros ou escuros: um passeio pela história do racismo no Brasil. **Comunicação - Reflexões, Experiências, Ensino**, v. 13, n.13, p. 37- 44, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335207036_Claros_ou_escuros_um_passeio_pela_historia_do_racismo_no_Brasil. Acesso em: 18 out. 2019.

TIA MÁ se emociona ao rever foto de sua formatura. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (2min.). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5960159/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

TOMAZETTI, Tainan Pauli; MARCONI, Dieison. Do cultural ao queer: a contribuição dos Estudos Culturais para pensar as relações de gênero nos estudos em comunicação. **Razón y Palabra**, v. 21, p. 566-584, abril-junio, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199552192031>. Acesso em: 15 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Histórico**. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ppgcat/historico>. Acesso em: 13 mar. 2020.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, v. 11, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/300>. Acesso em: 9 fev. 2019.

VAIDAPÉ. Disponível em: <http://vaidape.com.br/sobre/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

VARGAS, Herom. Reflexões sobre o jornalismo cultural contemporâneo. **Estudos de Jornalismo e Relações Públicas**, ano 2, n. 4, dez. 2004. São Bernardo do Campo: SP. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/336943481/Reflexoes-Sobre-o-Jornalismo-Cultural-Contemporaneo>. Acesso em: 10 fev. 2019

VASCONCELOS FILHO, José Marques de; COUTINHO, Sérgio. **O ativismo digital brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. Coleção O que saber. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/10/Ativismo-digital-WEB-1.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo In: Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009. Disponível em: <http://books.openedition.org/iheid/pdf/6316>. Acesso em 15 fev. 2018.

YOUTUBE BRASIL. **YouTube Black Brasil 2019**. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (5h12min16seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d9MZYLm-7y4>. Acesso em: 6 jun. 2019.

YOUTUBE em números. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/about/press/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

ZUBARAN, Maria Angélica; WORTMANN, Maria Lúcia; KURCHOF, Edgard Roberto. Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representações e identidades. **Projeto História**, São Paulo, n. 56, p. 9-38, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/25714/20809>. Acesso em: 5 ago. 2019.